



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV N° 191, TERÇA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 242^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
----------------------	---

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a celebrar os 50 anos de atuação da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), nos termos do Requerimento nº 823/2019, do Senador Antonio Anastasia e outros Senadores.	8
--	---

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral dos Funcionários do Banco do Brasil.	8
---	---

1.2.2 – Oradores

Senador Antonio Anastasia	8
---------------------------------	---

Sr. Perpétuo Socorro Cajazeiras, Presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste	11
---	----

Sr. Sérgio Gusmão Suchodolski, Primeiro Vice-Presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)	13
--	----

Sra. Jeanette Halmenschlager Lontra, Diretora da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e Presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Badesul)	15
--	----

1.2.3 – Entrega de homenagem ao Sr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.	15
---	----

1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Antonio Anastasia	15
---------------------------------	----

Sr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, Fundador da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)	17
--	----

Sr. Hugo Florez, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil	21
---	----

Sr. Valdecir José de Sousa Tose, Diretor da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e Presidente do Banco da Amazônia	21
---	----



1.2.5 – Entrega de certificado de homenagem à Sra. Fabíola Motta e ao Sr. Hugo Florez, representantes da OCB e do BID no Brasil, respectivamente.	21
1.2.6 – Entrega do Prêmio ABDE-BID	22
1.3 – ENCERRAMENTO	22
2 – ATA DA 243ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2019	
2.1 – ABERTURA	24
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	24
2.2.2 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 13 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	24
2.2.3 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Pesar pelo falecimento do jornalista Renato Cesar de Carvalho. Considerações sobre o lucro estimado dos bancos após a aprovação da reforma da previdência. Críticas às reformas da previdência e trabalhista e à Medida Provisória nº 905/2019	24
Senador Alvaro Dias – Satisfação com a decisão do STF de anular as aposentadorias dos ex-Governadores do Estado do Paraná e registro da renúncia desta aposentadoria por S. Exa. Considerações sobre propostas de reformas que devem ser encaminhadas pelo Poder Executivo no próximo ano. Defesa da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta do fim do foro por exercício de função. Expectativa pela aprovação, na CCJ, do projeto de lei que altera o Código de Processo Penal para permitir a prisão após condenação em segunda instância e do pacote anticrime proposto pelo Poder Executivo. Manifestação contrária ao aumento do fundo eleitoral	27
Senador Reguffe – Posicionamento contrário ao aumento do fundo eleitoral. Satisfação com a manutenção do voto presidencial à propaganda partidária fora do período eleitoral	32
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – ATA DA 244ª SESSÃO, DEBATES TEMÁTICOS, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2019	
3.1 – ABERTURA	35
3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o Dia Internacional de Direitos Humanos e a População Negra.	35
3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro.	35
3.2.2 – Oradores	
Sr. Humberto Adami Santos Junior, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	35
Sra. Mayara Lima Tachy, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal (Adep-DF)	40
Sra. Deise Benedito, Mestre em Direito e Criminologia da UnB	43



Sra. Viviane Ceolin Dallasta Del Grossi, Defensora Pública Federal	47
Sra. Makota Célia Gonçalves, Coordenadora-geral do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab)	52
Sr. Toni Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+	57
Sr. José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares	60
Sra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal e Coordenadora do Grupo de Trabalho Nacional de Políticas Étnico-Raciais da DPU	65
Sra. Maria Aparecida de Laia, Presidente do Instituto de Pesquisa e Ensino para o Desenvolvimento Social (Ipedes)	69
Sra. Ana Claudia Pereira, Gerente de Projetos da ONU Mulheres Brasil	71
Sr. Antônio Crioulo, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)	74
Sr. Tom Farias, Jornalista, Escritor, Biógrafo e Crítico literário	78
Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão	83
Senador Paulo Paim	86
3.3 – ENCERRAMENTO	89

PARTE II

4 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 243^a SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Memorando nº 145/2019). <i>Substituído o membro.</i>	91
--	----

4.1.2 – Designação

Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense, nos termos do Requerimento nº 994/2019. (Ofícios n°s 169/2019-PSD, 239/2019-MDB, 76/2019-Bloco Vanguarda e 121/2019-PSDB)	93
--	----

4.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 648/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 2.107/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.926/2019.	99
--	----

4.1.4 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 1.458/2019, na origem, que comunica a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 75/2005.	102
--	-----

4.1.5 – Ofício "S"

Nº 43/2019, que encaminha denúncia de feminicídio.	105
---	-----



4.1.6 – Projeto de Lei

Nº 6330/2019, do Senador Reguffe, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para ampliar o acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral pelos usuários de planos de assistência à saúde.* 108

4.1.7 – Requerimento

Nº 1.083/2019, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Renato Cesar de Carvalho. 115

5 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**5.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 155/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 153/2018	120
Nº 156/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 33/2018	126
Nº 157/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 54/2017	135
Nº 158/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 38/2017	142
Nº 159/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 37/2019	148
Nº 160/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 14/2017	154
Nº 161/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 18/2017	161
Nº 162/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 35/2019	167
Nº 163/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 10/2019	174
Nº 164/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 4/2019	181
Nº 165/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 8/2019	188

PARTE III

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	195
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	198
8 – LIDERANÇAS	199
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	201
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	206
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	209
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	248



Ata da 242^a Sessão, Especial,
em 9 de dezembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Anastasia.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 19 minutos e encerra-se às 11 horas e 35 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar os 50 anos de atuação da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), nos termos do Requerimento nº 823, de 2019, de minha autoria e de outros Srs. Senadores.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa que vai dirigir esta sessão o Sr. Perpétuo Socorro Cajazeiras, Presidente da ABDE e Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste. (*Pausa.*)

O Sr. Sergio Gusmão Suchodolski, 1º Vice-Presidente da ABDE e Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. (*Pausa.*)

Da mesma forma, tenho a honra de convidar o Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, fundador da ABDE e ex-Presidente da associação quando ocupava o cargo de Presidente do BDMG. (*Pausa.*)

Convido igualmente o Dr. Énio Mathias Ferreira, 2º Vice-Presidente da ABDE e Diretor de Governo do Bando do Brasil. (*Pausa.*)

Da mesma forma, o Dr. Valdecir Tose, Diretor da ABDE e Presidente do Bando da Amazônia. (*Pausa.*)

A Sra. Dra. Jeanette Lontra, Diretora da ABDE e Presidente da Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

E, por fim, Dr. Rubens Rodrigues Filho, Diretor da ABDE e Diretor de Controle do Bando Cooperativo do Brasil. (*Pausa.*)

Enquanto as autoridades se dirigem à composição da Mesa, eu tenho a gratíssima satisfação de anunciar e agradecer sobremodo a presença de S. Exa. Ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, e de S. Exa. o Ministro Walton Alencar, do egrégio Tribunal de Contas da União.

Convido a todos, para, em posição de respeito acompanharmos o Hino Nacional, que será executado pelo Coral dos Funcionários do Banco do Brasil, a quem agradeço e dou as boas-vindas.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discursar.) – Agradeço, uma vez mais, ao Coral dos Funcionários do Banco do Brasil pela execução do Hino Nacional Brasileiro.

Tenho também a grata satisfação de agradecer a presença das seguintes autoridades: Sr. Cláudio Muniz, Secretário-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais; Sr. Rubens Bender, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Jorge Mario Campagnolo, que representa S. Exa. o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e dirige o Departamento de Tecnologias Estruturantes; Dr. Francisco Miranda, Presidente da Agência de Fomento do Estado da Bahia; Dr. Francisco de Assis Souza Costa, Presidente da Agência de Fomento do Estado do Amapá; Sr. Elias Sfeir, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Bureaus de Crédito; Sr. Luiz Corrêa Noronha, Vice-Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; Sr. Heraldo Alves das Neves, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Paraná; Sr. Marcos Vinícius Cardoso de Castro, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do



Amazonas; Sr. Rivael Aguiar Pereira, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado de Goiás; Sr. Paulo Costa, Diretor de Operações da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia; Sra. Valquiria Xavier del Mundes, Diretora de Controladoria e Riscos da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Wellington Otávio Dalmaz, Diretor de Operações Setor Público da Agência de Fomento do Estado do Paraná; e também Sr. Werner Conde da Silva, Diretor Financeiro da Agência de Fomento do Estado do Amapá.

Aproveito para saudar igualmente a presença de todos os familiares do Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, que aqui se encontram, não só nas pessoas dos citados Ministros que já mencionei, mas também do Dr. Hindemburgo Filho, Procurador da República, que aqui se encontra, e também do Subprocurador-Geral da República, e igualmente todos os seus familiares que eu já aqui mencionei, sua esposa Glorinha Chateaubriand Pereira Diniz, sua filha Luciana, seu genro Fred Mares Guia e seus netos.

Eu queria, com muito gosto, dar início agora a esta sessão. Em primeiro lugar, saúdo e agradeço a presença de todos e a do eminente Presidente da ABDE, Dr. Cajazeiras, a quem cumprimento e agradeço, e, na sua pessoa, a toda a diretoria da associação. É uma honra o Senado Federal recebê-los nesta sessão solene, da qual aqui tomamos a iniciativa a pedido da diretoria na pessoa do seu Vice-Presidente, Dr. Sérgio Gusmão, que preside o banco de meu Estado.

É com grande honra que procedo à abertura, pois, desta sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) por seus 50 anos de atividade. Entre os deveres desta Casa está o de reconhecer e celebrar os esforços e as conquistas de todos aqueles que, em suas áreas de atuação, contribuem efetivamente para que o Brasil se torne, a cada dia, um país melhor.

O desenvolvimento – em todas as suas expressões – é o caminho para que possamos gerar, multiplicar e compartilhar riquezas. Assim, será ampliado o acesso de todos e todas aos benefícios do progresso, em uma trajetória de inclusão social e de fortalecimento da participação cidadã. Por isso, não poderia deixar de saudar a ABDE em seu 50º aniversário.

A ABDE, entidade representativa do Sistema Nacional de Fomento, reúne bancos federais, bancos comerciais estaduais com carteiras de desenvolvimento, bancos de desenvolvimento controlados por unidades da Federação, agências de fomento estaduais, bancos cooperativos, além da Finep e do Sebrae. Composto por conjunto heterogêneo de instituições públicas e privadas, o Sistema Nacional de Fomento tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do País, nas dimensões econômica, social e ambiental, sendo elemento decisivo no financiamento das atividades produtivas de variados setores, com o objetivo de viabilizar projetos de maior prazo de maturação, descentralizar regionalmente os financiamentos e executar diversas políticas públicas.

São seus associados: Agência Estadual de Fomento (no Estado do Rio de Janeiro); Agência de Desenvolvimento de Roraima; Agência de Empreendedorismo de Pernambuco; Agência de Fomento Paulista; Agência de Fomento de Alagoas S.A.; Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.; Agência de Fomento do Estado de Goiás S.A.; Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.; Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.; Agência de Fomento do Estado de Tocantins; Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.; Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.; Agência de Fomento do Paraná S.A.; Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.; Agência de Fomento do Rio Grande do Sul; Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e



Social; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul S.A.; Banco da Amazônia; Banco de Brasília; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.; Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco do Estado do Pará S.A.; Banco do Nordeste S.A.; Cresol Confederações; Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae; Sistema Cooperativo de Crédito; e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

Na cidade mineira de Araxá, a ABDE foi criada em 1969 com a missão de definir estratégias e executar ações indutoras do fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento, com o objetivo de robustecer suas atuações em prol do desenvolvimento sustentável do País. O desenvolvimento, portanto, é visto pela ABDE como um fenômeno complexo, para muito além de sua face exclusivamente econômica.

A associação tem consciência de que, nos dias de hoje, só se pode falar em desenvolvimento considerando, também, sob a ótica da sustentabilidade, as suas perspectivas social e ambiental. É a integração dessas visões que permite à entidade exercer seu importantíssimo papel, fundamentando-se nos valores da interdependência, da disseminação do conhecimento e do incentivo à comunicação entre os seus integrantes.

A ABDE exerce seu papel dialogando com os diversos atores de alguma forma envolvidos com o tema do desenvolvimento: entidades governamentais, instituições financeiras, empresas e outras instituições da sociedade.

Dessa forma, ao funcionar como fórum especializado para as entidades que a compõem, a ABDE promove a sua articulação e o debate de temas especializados, propondo alternativas técnicas e possibilidades de aperfeiçoamento. Assim, boas práticas são identificadas e se tornam temas para reflexão em eventos como cursos, *workshops* e seminários.

Durante toda minha vida pública e política, tenho tido a oportunidade de acompanhar o desempenho de excelência, em meu Estado, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) como banco de fomento. Por isso, permito-me, com a licença das senhoras e dos senhores, destacar algumas de suas atividades de sucesso em meu Estado natal, a exemplificar todas as demais agências e bancos de fomento do Brasil.

Sempre visando o desenvolvimento regional com redução das desigualdades; a inovação para a diversificação produtiva; o apoio à agropecuária; e a sustentabilidade ambiental, econômica e social, o banco é o estruturador oficial das operações de concessões públicas, inclusive no apoio às prefeituras e aos consórcios de Municípios.

Ao fornecer o chamado crédito consciente, o BDMG atua de forma decisiva no desenvolvimento das micro e pequenas empresas de todo o Estado de Minas Gerais.

De outra parte, o BDMG, por meio de seu Instituto Cultural, tem fomentado a arte e a cultura no Estado, promovendo eventos e atividades ligadas ao teatro, dança, música erudita e instrumental, literatura e artes plásticas e gráficas.

Citando o BDMG, rendo homenagem a todos os associados à ABDE pela atuação relevante no Brasil, em cada Estado da Federação. Contendo informações sobre as atividades da associação, estão aqui disponíveis aos interessados exemplares da revista *Rumos*, publicação oficial da associação há 41 anos, e do livro do *Prêmio ABDE-BID*, com os vencedores da edição deste ano, 2019.

Nesta sessão ocorrerá, ainda, uma muito justa e merecida homenagem a um dos fundadores da ABDE, o Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, por seu profícuo trabalho na



entidade, especialmente durante o período em que ocupou a Presidência do BDMG e a da própria ABDE.

Esta sessão também será palco da entrega do Prêmio ABDE-BID, iniciativa da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que objetiva aproximar as instâncias acadêmicas das instituições do Sistema Nacional de Fomento.

Sr. Presidente da ABDE, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, ilustres representantes da ABDE, que o êxito dessa entidade, ao longo de 50 anos de sua profícua existência, sirva de exemplo para o Brasil que desejamos construir: um país pujante, que valoriza o empreendedorismo, e onde as relações entre pessoas e instituições sejam pautadas pela confiança e pela fé inabalável em nossa capacidade de transformar o mundo por meio do trabalho!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Dando sequência à nossa cerimônia, tenho o prazer de conceder a palavra a S. Sa. o Sr. Perpétuo Socorro Cajazeiras, Presidente da ABDE e Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste, que se manifestará a respeito da associação que preside.

Com a palavra o Dr. Perpétuo Socorro Cajazeiras.

O SR. PERPÉTUO SOCORRO CAJAZEIRAS (Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Início a minha fala saudando de maneira muito especial o Senador Antonio Anastasia, a quem agradeço a viabilização desta sessão especial, comemorativa do cinquentenário da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE); e a todos os Senadores e Deputados que nos recebem hoje nesta Casa.

Saúdo também os demais integrantes da mesa. Saúdo o Sr. Ênio Mathias, Vice-Presidente da ABDE; saúdo Sérgio Gusmão, meu amigo, Presidente do BDMG e 1º Vice-Presidente da ABDE; saúdo o Sr. Hindemburgo Chateaubriand, um dos nossos homenageados e um símbolo para nós na ABDE; saúdo o Sr. Valdecir Tose, Presidente do Basa; saúdo a nossa companheira Janete Lontra, Diretora da ABDE e também Presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul; saúdo também os outros ex-Presidentes da ABDE aqui presentes, que tenho a honra de nominar: Maurício Chacur e Milton Luiz de Melo Santos, a quem sucedi, depois do Crocco. Milton é um prazer, Maurício é uma alegria tê-los aqui.

Desejo também cumprimentar os demais diretores da ABDE aqui presentes: Heraldo Alves das Neves, Presidente da Agência de Fomento no Paraná; Luiz Noronha, Diretor de Planejamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e Paulo de Oliveira Costa, Diretor de Operações da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). Saúdo também todos os dirigentes das instituições associadas que se fazem presentes nesta sessão especial, assim como cumprimento toda a equipe de funcionários da associação. Muito obrigado a todos vocês pelo trabalho que desempenham e pela presença nesta sessão.

Nós estamos aqui hoje reunidos para, mais do que comemorar uma data, Presidente, ou registrar um marco importante, como são, de fato, os 50 anos da ABDE, celebrar um grande projeto cujo objetivo não poderia ser mais elevado e edificante, um projeto que tem como meta o desenvolvimento brasileiro e todas as suas variantes, tais como melhor qualidade de vida da população, ampliação da geração de emprego, maior distribuição de renda, incentivo e



investimento em inovação, entre tantos outros efeitos altamente positivos e inclusivos que contribuem para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro.

A ABDE foi fundada, em março de 1969, no I Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento, em Araxá, e, como sói acontecer, tinha que ser em Minas Gerais. As coisas deste País, as coisas de sucesso normalmente acontecem e começam por lá.

A criação tinha como missão aglutinar e representar os bancos de desenvolvimento, agentes promotores do crédito de longo prazo presentes em todo o Território nacional. Naquela oportunidade, iniciava-se uma grande trajetória, que, ao longo desses 50 anos, reuniu milhares de atores comprometidos com a causa do desenvolvimento. Refiro-me a todos os funcionários, colaboradores e gestores das instituições que integram o conjunto de associados e todos aqueles que serviram e ainda servem à ABDE.

O grupo que hoje aqui participa desta justa homenagem à ABDE representa também os milhares de atores aos quais me referi, lembrando que a associação e o seu grupo de associados formam uma verdadeira corrente, movida pela estimulante missão de trabalhar a favor do desenvolvimento brasileiro. Tenho certeza de que esse é um sentimento que contagia não só a mim, mas a atual diretoria, todos os presidentes das instituições que compõem o que hoje denominamos Sistema Nacional de Fomento e o atual corpo de funcionários da ABDR. Nossos desafios têm a dimensão do Brasil, têm um compromisso estreito com a regionalidade e a integração nacional e local de nossas diversificadas atividades.

Peço licença para citar, com orgulho e muita satisfação, as 30 instituições associadas da ABDE. São elas: BNDES, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, de onde sou oriundo, Bandes, BDMG, BRDE, Banpará, BRB, Bancoob, Cresol, Sicredi, Afap, Afeam, AGE, Agência de Fomento do Estado do Tocantins, AgeRio, AGN, Badesc, Badesul, Desenbahia, Desenvolve-AL, Desenvolve-MT, Desenvolve RR, Desenvolve SP, Fomento Paraná, Goiás Fomento, Piauí Fomento, Finep e Sebrae.

Ao longo dessas cinco décadas de atuação, a ABDE e o sistema nacional de fomento se dedicaram à tarefa imprescindível, calcada em um propósito cuja viabilização mais acurada depende da disponibilidade de políticas públicas de financiamento de longo prazo, de *funding*, de parcerias estratégicas e da inserção cada vez mais fortalecida dos agentes de fomento.

Sem esses requisitos não se poderá empreender um esforço consequente de desenvolvimento nacional capaz de multiplicar estruturas produtivas com amplo impacto social e ambiental e impulsionar a retomada do crescimento sustentável brasileiro.

No curso da sua história, a ABDE também ampliou e aprimorou as suas parcerias estratégicas, aproximando-se de atores nacionais e internacionais, cujas missões convergem com o objetivo maior que une a associação e seus pares, que é trabalhar para a retomada do desenvolvimento sustentável do Brasil, calcado no trinômio: econômico, social e ambiental.

Mais uma vez peço licença para citar algumas dessas importantes parcerias: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD); a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ); a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide); o WWF-Brasil; o Consulado Britânico; e o Banco Central do Brasil.

E emblemático que estejamos comemorando o cinquentenário da ABDE aqui, Senador Anastasia, neste Senado, onde se dá o funcionamento da Casa e da produção legislativa do Brasil,



um espaço de representação do povo brasileiro, aquele a quem a ABDE, por intermédio de seus associados, trabalha indistintamente para viabilizar ações transformadoras de prosperidade e crescimento.

Por intermédio do Sistema Nacional de Fomento, a ABDE tem se empenhado para formar uma forte rede federativa, que tem vocação para ser ainda mais atuante se ampliar a sua interlocução com o poder legislativo. Por isso aproveito a oportunidade para propor intensificarmos o diálogo com o Senado Federal.

Por fim, nesse breve discurso, quero afirmar que todas as nossas ações estarão sempre pautadas em transparência e em padrões elevados de gestão; e que modernidade e criatividade devem ser reconhecidas como as marcas da ABDE e do Sistema Nacional de Fomento, que iniciam a jornada para um futuro que não pode prescindir de desenvolvimento e dos principais atores de ações e projetos para o crescimento sustentável do País, pois desenvolvimento se faz cuidando de pessoas, foco principal de todas as nossas ações. E isso só será possível acabando com as desigualdades regionais e inter-regionais.

Deus abençoe nosso País, nossa Nação e nosso povo!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Agradeço e cumprimento ao Dr. Cajazeiras, Presidente do Banco do Nordeste e da ABDE pelas suas palavras.

Antes de dar sequência, eu quero fazer a menção e o agradecimento pela presença do Senador Wilder Morais, do Estado de Goiás, que aqui se encontra – ele também que é um grande empresário, não só em Goiás, mas em todo o Brasil. É muito bom revê-lo aqui, eminente Senador Wilder.

Convido agora, para a sua palavra, S. Exa., primeiro Vice-Presidente da ABDE e Presidente do BDMG, Dr. Sérgio Gusmão.

Com a palavra o eminentíssimo Presidente.

O SR. SÉRGIO GUSMÃO SUCHODOLSKI (Para discursar.) – Bom dia, senhores e senhoras, é uma grande honra participar desta sessão solene do senado federal para comemorar os 50 anos da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Antonio Anastasia, que propôs essa homenagem e preside esta sessão, tanto pelo apoio à nossa associação, quanto ao trabalho e dedicação ao Estado de Minas Gerais em sua liderança histórica no campo do desenvolvimento, e ao Presidente da Casa, Senador Davi Alcolumbre, pelo apoio à realização desta sessão.

Saúdo também os demais integrantes desta Mesa, na presença do Presidente da ABDE e Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste, Perpétuo Socorro Cajazeiras.

Eu gostaria ainda de louvar a presença das instituições associadas que, representadas de forma exemplar pela ABDE, contribuem para o desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental do nosso País.

Minas Gerais e a ABDE estão umbilicalmente ligadas. Essa importante associação foi fundada em março de 1969, em Araxá, Minas Gerais, durante o histórico I Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento e capitaneada pela instituição anfitriã que eu tenho a honra de presidir, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e pelo nosso visionário ex-Presidente aqui presente, Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz. Foi fundada com o



propósito de unificar os esforços dos bancos estaduais, regionais e nacionais, com o intuito de sensibilizar as autoridades nacionais pela obtenção de regulação específica para essas instituições.

Hoje, a ABDE se apresenta revigorada, com sua essência voltada ao fortalecimento contínuo do Sistema Nacional de Fomento. Esse colegiado, formado por instituições espalhadas por todo o território brasileiro, apresenta toda a diversidade e representatividade dos mais distintos ecossistemas do País e oferece a representação institucional de seus associados, com vistas ao desenvolvimento sustentável, ao aperfeiçoamento técnico, à integração, e à harmonização do sistema.

Também não poderia deixar de saudar a Alide, sólida comunidade de instituições financeiras com a missão de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe, por meio das boas práticas financeiras voltadas ao desenvolvimento sustentável, da qual o Dr. Hindemburgo Pereira Diniz também foi presidente.

Senhoras e senhores, o amadurecimento institucional trazido por estes 50 anos nos capacita a enfrentar com eficácia os novos desafios de uma economia em transição. Precisamos fortalecer e melhorar a eficiência dos modelos de negócios das instituições, combinando solidez financeira com impacto de desenvolvimento. Isso implica ir além da atividade de intermediação financeira, ofertando serviços de assessoria técnica, estruturação de projetos e facilitação de novos negócios.

Nesse contexto, também é fundamental alinharmos nossa atuação aos objetivos do desenvolvimento sustentável, uma agenda global consolidada com metas claras a serem observadas por todos os países signatários, inclusive o Brasil. Para isso, temos que ser capazes de monitorar, avaliar e comunicar nossos resultados, justificando o uso dos recursos escassos e dando legitimidade democrática a nossa atuação. Além disso, esse alinhamento nos habilita a acessar recursos internacionais em condições adequadas ao financiamento de projetos e setores estratégicos ao desenvolvimento sustentável.

O BDMG, instituição a qual me orgulho de presidir, tem dado passos sólidos nessa direção. Cerca de R\$1,6 bilhão da carteira do banco já estão alinhados com os objetivos do desenvolvimento sustentável e estamos trabalhando para elevar esse patamar.

Realizamos este ano a maior captação internacional da história do banco, uma linha de 100 milhões de euros com o Banco Europeu de Investimento para financiar projetos de energia renovável e eficiência energética. Reforçamos nossa atuação junto a micro e pequenas empresas mineiras, por meio de uma transformação digital que permite a contratação digital do crédito, além de taxas e condições diferenciadas para empresas controladas por mulheres.

É urgente reforçar a presença brasileira em novas instituições de peso no financiamento global desenvolvimento, como o New Development Bank – o Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido como o Banco dos Brics – e também o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), dos quais o Brasil é fundador, e ainda explorar cada vez mais oportunidades trazidas pelo Fundo de Desenvolvimento Financeiro da Bacia do Prata (Fonplata).

Para isso é necessário mobilizar os agentes políticos para destravar os entraves que, muitas vezes, postergam a atuação das instituições multilaterais interessadas em aportar seu capital em projetos relacionados, inclusive ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, importante destacar o estreitamento cada vez mais significativo de parceiros tradicionais e de grande envergadura, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Agência Francesa de



Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e Agência de Cooperação Alemã (GIZ), além da Agência Espanhola de Cooperação (AECID).

Mas tudo isso é só o começo. As portas para uma nova fase de desenvolvimento no Brasil e no mundo estão abertas. Precisaremos de muita sabedoria e estratégia para atravessá-las, e a ABDE está pronta a participar desse debate.

Contamos com o apoio de todos vocês para o sucesso dessa empreitada.

A todos os senhores e as senhoras, o meu muito obrigado! E que venham os próximos 50 anos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Eu agradeço, da mesma forma, de modo muito empenhado, a palavra do eminente Vice-Presidente da ABDE e Presidente do BDMG, Dr. Sergio Gusmão, cumprimentando-o.

Dando sequência à nossa cerimônia, teremos agora a homenagem ao Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, fundador da ABDE, ex-Presidente da Associação, e também da Alide, como lembrava o Dr. Sérgio, por sua relevante atuação em prol do desenvolvimento brasileiro.

Para tanto, concedo a palavra à Sra. Jeanette Lontra, Diretora da ABDE e Presidente da Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. JEANETTE HALMENSCHLAGER LONTRA (Para discursar.) – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Anastasia – e, em seu nome, a todas as autoridades já nominados nesta Mesa – e todos os presentes.

Toda construção para ser erguida necessita de bases sólidas, consistentes, e de mentores capazes de torná-las reais e produtivas, no contexto em que se inserem. A ABDE teve a felicidade de nascer com o importante propósito de aglutinar instituições vocacionadas para o desenvolvimento brasileiro; e um dos seus ilustres criadores nos honra aqui hoje com a sua presença. Refiro-me ao Sr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.

Dr. Hindemburgo nasceu na Paraíba e formou-se em Direito no Rio de Janeiro. Trabalhou nos governos dos Presidentes da República Getúlio Vargas e Café Filho, e participou das articulações da campanha de Juscelino Kubitschek para retornar à Presidência da República em 1965.

O acadêmico Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz ocupa a Cadeira nº 20 da Academia Mineira de Letras. Foi Diretor-Secretário do Correio Braziliense, do grupo Diários dos Associados e é autor de diversos artigos e livros publicados.

Em Minas Gerais, onde também se dedicou à vida política, Dr. Hindemburgo presidiu o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, o BDMG, em dois períodos, tendo sido o responsável pela criação da ABDE, a homenageada nesta sessão especial, e da Fundação João Pinheiro.

Em nome de todos os dirigentes e funcionários da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) convido o Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz a receber uma placa em homenagem à sua dedicação ao desenvolvimento brasileiro.

*(Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.)
(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Antes de passar a palavra ao homenageado, Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz,



abusarei da condição de Presidente desta sessão para fazer aqui também um registro e uma homenagem, me associando à ABDE, ao Dr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.

Dr. Hindemburgo, lhe confesso que acredito que, quando o Dr. Sérgio Gusmão me relatava da justa e merecida homenagem ao eminente homem público brasileiro, coincidentemente no Plenário do Senado Federal... O Dr. Hindemburgo – como aqueles que o conhecem bem –, todos nós sabemos que ele é um defensor visceral da Federação.

E esta Casa é a Casa da Federação. Inspirados pelo busto de Ruy Barbosa, que está logo aqui em cima da Mesa Diretora, nós Senadores – não posso falar da República, porque ela não gosta da expressão – federais somos responsáveis pela manutenção da Federação. E, entre os princípios mais fortes para que a Federação prospere, está exatamente – a ABDE presente – o tema do desenvolvimento econômico, da inclusão, do progresso, da criação de empregos, da criatividade, da tecnologia. E todas essas expressões são, ao longo da trajetória pública do Dr. Hindemburgo, sinônimo da sua vida, do seu esforço e do seu empenho.

Tive a honra e a grande alegria, durante anos de minha vida, de acompanhar essa trajetória. E aqui, perante seus familiares, quero dar o testemunho, não só na condição hoje de Presidente desta sessão, de Vice-Presidente do Senado, ex-Governador do Estado de Minas Gerais, mas sobretudo de seu discípulo, de que o Dr. Hindemburgo carrega no seu sangue o gene do desenvolvimento. É o desenvolvimentista mais vigoroso e veemente que eu já conheci ao longo de minha vida. O progresso, a criação do interesse geral, a defesa do interesse público são baluartes da sua vida em todas as inúmeras e muitas funções públicas relevantíssimas que ocupou.

Como ouvimos aqui a Dra. Jeanette falando, ainda que nascido no Estado da Paraíba, no Nordeste, estudou no Rio, veio a Brasília, ainda no início da Capital, e seguiu para o nosso Estado, Minas Gerais, onde constituiu família. Na realidade, é mais mineiro do que muitos mineiros. Aliás, não só é cidadão honorário do Estado, mas de centenas de Município de nosso Estado – reconhecimento que os mineiros fazem.

Neste momento, portanto, Presidente Cajazeiras, eminente Dr. Sérgio, diretores e representantes da ABDE, não há homenagem mais justa e merecida do que esta: o reconhecimento a um homem público que dou a sua vida na sua inteireza, sua inteligência, seu esforço, sua dedicação e uma energia tão extraordinária para o desenvolvimento, para o progresso e pelo interesse público de nosso País. Portanto, o Senado Federal se une à ABDE nesta homenagem, e fica muito feliz em hospedar, nas dependências do Palácio do Congresso, essa merecidíssima e reconhecida homenagem à trajetória de homem público do Dr. Hindemburgo, como fundador que foi da ABDE, 50 anos atrás.

Eu não poderia deixar de, presidindo esta sessão, ainda que quebrando um pouco o rigoroso protocolo do nosso Senado, fazer aqui o meu registro pessoal. E concluo dizendo que todos nós na vida temos aquele famoso tipo inesquecível, que nos inspira, nos orienta, nos moldura, e tenho a honra de dizer que Dr. Hindemburgo está nesse conceito na minha vida e na minha trajetória.

Parabéns, Hindemburgo! (*Palmas.*)

Quero saudar a presença também, na galeria, dos alunos do curso de Administração do Instituto Federal do Norte de Minas – uma feliz coincidência –, *campus* de Pirapora, em Minas Gerais, de onde Dr. Hindemburgo também é cidadão honorário, como falei há pouco. Sejam bem-vindos ao Senado Federal!

Com a palavra, para seu agradecimento, S. Exa. o Sr. Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.



O SR. HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ (Para discursar.)

– Prezado Senador e querido amigo Antonio Augusto Anastasia; Sr. Presidente da ABDE, Perpétuo Socorro Cajazeiras; Sr. Presidente do BDMG, Sérgio Gusmão; Sra. Jeanette Lontra, que abriu esta homenagem da ABDE; minhas senhoras e meus senhores, esta homenagem da ABDE constitui mais uma página a ser incorporada na resenha dos acontecimentos que abriga na memória como testemunho prestigioso de um dos fatos comprovantes das semeaduras que fiz, no sentido do interesse social, ao longo da minha vida pública.

Por certo, não posso esconder que, neste instante, me dirijo a todos presentes – especialmente à direção da ABDE; aos membros da minha família, que gostaria de nominar: minhas filha Luciana, minha sobrinha Ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça; meu sobrinho Walton Alencar Rodrigues; meu genro Fred Mares Guia; minha esposa Glória Pereira Diniz; meu filho, Subprocurador-Geral da República, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho; e àqueles que me distinguiram por meio de menções atenciosas, especificamente ao Presidente Antonio Anastasia –, com o coração agradecido, pleno de regozijo.

Entendo que me cabe relembrar, de início, os acontecimentos e as circunstâncias indutoras da criação da ABDE. Com esse propósito, passo a repetir matéria que escrevi no livro *BDMG – Histórias e Desafios*, sobre a origem dessa entidade.

Até o do exercício de 1968, os bancos públicos, federais e estatais – com exceção do BNDE, que não comparecia – reuniam-se numa assembleia comum em que todos participavam, com direito à palavra e ao voto, dentro de disciplina consolidada havia muito tempo. Na reunião de 1967, fiquei decepcionado, apesar de haver encaminhado sugestões e as ter defendido oralmente. No encerramento, ou seja, na hora da votação, nada do que fora proposto por mim constou da lista das matérias a serem decididas. Houve uma outra, extraordinária, no princípio de 1968, e tudo se repetiu. Senti que nem prestavam atenção ao que eu dizia, porque durante as falas de representantes de bancos comerciais, não deixava de haver ouvintes fazendo anotações.

Conversando com o Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Jorge Babô Miranda, e com o Presidente do então Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), Jairo Ortiz Gomes Oliveira, constatei que os dois concordavam comigo. Ali só se tratava de interesses dos bancos comerciais.

Resolvi, então, não participar da assembleia ordinária daquele ano e designei José Hugo Castelo Branco, que era então Diretor do Banco de Desenvolvimento, e Oto Jacob para representarem o BDMG. Levaram a minha recomendação de discutir com Babô Miranda e Jairo Ortiz, como era chamado, sobre a possibilidade de realizarmos uma reunião de que participariam apenas os bancos que operassem com objetivo de fomento. Os dois concordaram com entusiasmo marcando-se o evento para março de 1969, no Município de Araxá, em Minas Gerais.

Pela perspectiva resultante dos trabalhos, que deveriam envolver debates diversos entre técnicos sobre aspecto de modelagem e operações das entidades interessadas, alugou-se todo o hotel para os três dias do evento.

O fato é que a assembleia, cujas sessões plenárias foram presididas pelo Governador Israel Pinheiro, cada uma com tempo reservado para manifestações de um Ministro de Estado – Hélio Beltrão, na abertura; Costa Cavalcanti, no segundo dia; e Delfim Netto, no encerramento –, constituiu sucesso superior às melhores previsões.



Também compareceram o Presidente do Banco Central Ernane Gaivêas; Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil; e diversos chefes e diretores de instituições federais e estaduais. Só Jayme Magrassi de Sá, Presidente do então BNDE, não foi.

Bem mais de 50 técnicos dos bancos presentes expuseram teses e as debateram durante dois dias em que ocorreram as reuniões temáticas.

Ao longo do congresso, suas preocupações estiveram em foco na mídia do País, com registros do empenho geral no sentido de modelar a ação dos bancos de desenvolvimento submetida a uma visão macroeconômica.

A ressonância do congresso de Araxá foi tamanha que, na reunião inaugural da entidade resultante – que é a ABDE –, formada por corporações financeiras públicas de desenvolvimento, 17 instituições de 15 Estados diferentes inscreveram-se como sócios fundadores.

Nos primeiros encontros de trabalho entre membros dos bancos que deram vida à ABDE, tratou-se logo de identificar as características básicas que distinguem a natureza dos institutos financeiros de desenvolvimento daquela própria aos bancos comerciais, sejam eles simplesmente de desconto ou de investimento.

Sob esse aspecto, descobre-se sem demora a distinção matriz entre as duas espécies: enquanto os bancos comerciais, mesmo sob o controle público, objetivam fundamentalmente o lucro, as corporações bancárias de fomento são criadas com propósito de contribuírem para a expansão econômica dos territórios onde são instituídas.

Neste instante, devo transmitir alguns esclarecimentos com respeito ao que acabo de afirmar.

Não faço restrição à procura do lucro normal, fator legítimo, indispensável mesmo, àqueles que participam na exploração da atividade econômica, ainda mais no campo bancário, cujo insumo primário para o exercício da ação específica é o dinheiro.

À época em que tive a oportunidade de participar de debates sobre a importância relativa do lucro na realidade bancária em geral, cheguei a ouvir de dois economistas laureados, um mineiro e outro gaúcho, que os BDs não precisavam situar o lucro entre seus intuitos. Felizmente foram vozes que não animaram adeptos.

Na verdade, apesar de as instituições financeiras de fomento não terem no lucro seu escopo básico, esse resultado positivo e um nível saudável de liquidez também lhes são essenciais a fim de conquistarem presença respeitável no mercado, cumprirem com maior eficiência suas missões e não causarem perturbação na ordem bancária. Contudo, o interesse econômico de natureza social há de ser sempre seu primeiro objetivo.

Diferentemente, em que pese a circunstância de as instituições financeiras privadas constituírem vínculos naturais e indispensáveis do mercado, a consciência, que as levam a tomar decisões, baseia-se na visão microeconômica, voltada à manutenção das respectivas sobrevivências. Daí o risco ser sempre analisado com lentes de aumento, quando se consideram organizações bem administradas. Tendo em vista o determinismo que lhes é próprio, os bancos comerciais, no suprimento do crédito, tendem a aplicar seus recursos nas empresas detentoras de mais informações e melhores garantias para o cumprimento de suas obrigações.

Em consequência, amplos segmentos da economia, constituídos por pequenas empresas, ficam sem atenção em face do alto risco dos seus projetos e da falta das garantias exigidas, mesmo quando as iniciativas destas últimas tenham importância significativa para se superarem insuficiências econômicas locais.



Já os bancos de desenvolvimento, sob orientação das indicações macroeconômicas, devem procurar contribuir, nos limites indicados por análises próprias, em favor de interesses empresariais que reclamem o apoio dos seus estímulos financeiros para inverter em projetos de repercussão social, sejam aqueles econômica e tecnicamente viáveis, mas de risco maior, sejam os localizados em áreas deprimidas por falta de iniciativa. Daí o imperativo de se constituírem com recursos públicos e de valores humanos habilitados em instrumentos verdadeiramente eficazes, na missão de atenuar as imperfeições naturais do mercado.

O estadista, Chefe de Executivo nacional ou de Estado-Membro de uma Federação, atento à visão de longo prazo, conhecendo a realidade específica, orientado pela luz do pensamento lógico, há de entender a importância da capitalização dessas instituições, até com alguma parcela dos insumos orçamentários oriundos do aumento de arrecadação tributária propiciada pelos ativos que eles próprios financiaram, vários dos quais nem existiriam sem a ação de uma entidade bancária de fomento.

Nessa perspectiva, a ação dos bancos de desenvolvimento deve orientar-se para atenuar as insuficiências e reduzir as imperfeições na distribuição do crédito de longo prazo, que as reformas por intermédio do livre mercado não têm vocação para superar. Diga-se também que, na realidade brasileira, os BDs são entidades normalmente desprovidas de meios para perturbar a política monetária.

Atualmente, nas diversas economias, das menores às mais desenvolvidas da Terra, os bancos de fomento, onde existem, constituem vertentes de importância estratégica, mas esse fato não costuma transmitir à opinião pública consciência exata dos papéis que exercem em favor da realidade econômica.

No meu juízo, falta-lhes, aos bancos de desenvolvimento, serem induzidos a revelarem-se sob a ótica mais ampla da contabilidade social, de modo a iluminarem, anualmente, tanto quanto seja possível, os detalhes de suas contribuições, no sentido do interesse comum, promovidas pelas empresas mutuárias.

Sobre a subestimação da essencialidade dos bancos de fomento entre nós, observa-se o exemplo do BNDES, que vez por outra entra no noticiário sob críticas levianas cujo conteúdo deixa margem para leitores menos preparados considerarem até sua existência dispensável.

Não conheço nenhum estudo comparando a importância relativa para a economia nacional das aplicações disseminadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com as de qualquer outro instituto de crédito do País. Mas o importante é que o maior banco de fomento do Brasil tem realizações extraordinárias, capazes de constranger, num debate público aberto, seus adversários privatistas mais radicais.

Afinal de contas, o BNDES, inúmeras vezes, enfrentou os riscos de empréstimos vultosos, de longo prazo, a iniciativas pioneiras estratégicas para o País, quase todas exitosas, que a banca nacional privada não teria condição de efetuar e, mesmo hoje, prefere não considerar. Ainda no começo de sua existência, deu continuidade aos financiamentos que se seguiram no elenco elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na primeira metade dos anos 50 do século passado, e foi o principal animador do nosso processo de desenvolvimento industrial.

Afirmo, sem receio de ser temerário, que, ausente o BNDES, o Brasil seria outro, mais atrasado.



Já no plano dos Estados-membros, cito o BDMG, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, casa com a qual mantive profundas relações nas vezes que presidi sua Diretoria Executiva e também seu Conselho de Administração.

Na segunda metade dos anos 60 do século passado até pouco tempo atrás, a grande maioria dos principais empreendimentos industriais e agrícolas constituídos naquela unidade da Federação receberam apoio do BDMG, muitas vezes decisivo.

Menciono dois de importância superior, um de cada setor econômico: a Fiat e o programa de recuperação dos cafezais do Estado. Este último – o programa dos cafezais – transformou uma atividade agrícola, em vias de ser substituída pela ação do Gerca, grupo de erradicação de cafezais deficitários – na maior produtora do País, provavelmente do Planeta, contrariando a política do Governo, a política do Executivo da União, até revelar-se viável e vitoriosa. À época, o BDMG era uma autarquia estadual. De modo que pôde ignorar a interferência do Banco Central, já que todos os recursos aplicados eram próprios, oriundos do Tesouro mineiro.

Por fim, cumpre-me pontuar, sintetizando particularidades que, no meu juízo, devem caracterizar o perfil de um típico banco de desenvolvimento, até porque não conheço nenhum manual com prescrições específicas e que a doutrina ainda não se voltou para esses aspectos: enquanto o banco precisa garantir esse lucro no plano microeconômico, mantendo liquidez respeitável. Há de ser preferencialmente público, porquanto, compete-lhe, em princípio, estar voltado para os interesses socioeconômicos do Estado. Em consequência, deve ter visão macroeconômica própria, a fim de que a sociedade – veja, Sr. Presidente da OBDE – conheça a repercussão do seu trabalho em benefício do objetivo para que foi criado o Banco do Desenvolvimento. É recomendável que, anualmente, faça divulgar balanço social de sua ação, onde se quantifique o número de novos empregos e o acréscimo no valor dos tributos pagos pelos seus mutuários. Entre aqueles que financiam, devem evitar empresas em operação, relativamente à concessão de capital de giro, cujo patrocinador natural é a banca privada – devem tentar evitar. Seus dirigentes não devem ser políticos leigos, em recesso ou aposentados, nem qualquer pessoa desprovida de habilitação própria.

Diversas dessas observações deveriam constar de preceitos governamentais, normatizando o processo de atuação dos bancos e associações de desenvolvimento, a fim de que operem sob princípios legais que os contenham, rigorosamente, nos limites dos objetivos do fomento socioeconômico, sem faculdade para improvisar nem praticar qualquer ordem de especulação.

Infelizmente, no palco que lhes é reservado aqui no Brasil, não existe preceito que os identifique. Além do preconceito de neoliberais pela circunstância de serem entidades estaduais, estão submetidos à disciplina que rege a banca privada, mesmo quando operam com recursos orçamentários públicos.

Vem dessa situação a maior importância e responsabilidade da ABDE. Único meio de contato não oficial, entre os diversos BDs do País, em cujo auditório discute-se e se assimilam ensinamentos adequados a se orientarem, em conjunto, no rumo do combate ao atraso econômico, contribuindo para a erradicação da pobreza nas sociedades a que servem.

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Cumprimentando o Hindemburgo Chateaubriant Pereira Diniz, que, com esse discurso, comprova mais do que o merecimento da homenagem, eu dou sequência a esta cerimônia,



convidando para fazer uso da palavra o Sr. Hugo Florez, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no Brasil.

Com a palavra, portanto, o Sr. Hugo Florez, para sua manifestação.

O SR. HUGO FLOREZ – (Discurso em língua estrangeira.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Eu que agradeço a manifestação do representante do BID no Brasil, Dr. Hugo Florez.

E, dando sequência à cerimônia, conforme ele próprio há pouco anunciava, nós vamos passar agora à entrega do Prêmio ABDE/BID.

Para tanto, concedo a palavra ao eminente Presidente do Banco da Amazônia e Diretor da ABDE, Dr. Valdecir Tose.

O SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA TOSE (Para discursar.) – Em sua sexta edição, o Prêmio ABDE/BID de Artigo sobre Desenvolvimento é iniciativa promovida pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento com o apoio da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Com a finalidade de aproximar as instâncias acadêmicas das instituições do Sistema Nacional de Fomento para o debate sobre o desenvolvimento, incentivamos a pesquisa e a elaboração de artigos científicos.

Em 2019, o prêmio teve o seu recorde de trabalhos escritos, com 68 artigos submetidos nas três categorias abertas: Desenvolvimento em debate; Inovação Financeira: finanças verdes, fintechs, e parcerias público-privadas; e Sistema OCB: Desenvolvimento e cooperativismo de crédito. Os trabalhos foram analisados às cegas por bancas de examinadores, formados por especialistas em diversas áreas.

Antes de entregar os prêmios, agradecemos a parceria e importante contribuição para o desenvolvimento brasileiro do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), os quais homenageamos agora.

Sr. Hugo Florez, para receber a homenagem; e Sra. Fabíola Motta, gerente relações institucionais da OCB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Convido, desse modo, o Sr. Hugo Florez, representante do BID no Brasil, e a Sra. Fabíola Motta, gerente de relacionamento institucional da OCB, para subirem aqui à Mesa Diretora para receberem certificado outorgado pela ABDE para as entidades parceiras.

(*Procede-se à entrega de certificado à Sra. Fabíola Motta.*) (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega de certificado ao Sr. Hugo Florez.*) (*Palmas.*)

O SR. VALDECIR JOSÉ DE SOUSA TOSE – Destacamos aqui a presença dos segundos colocados do prêmio, os quais tenho o prazer de nomear.

Na Categoria 1, André Correia Bueno, com o trabalho: Os impactos de uma elevação dos investimentos em infraestrutura no Brasil: uma análise referente a 2015.

Na Categoria 2, Júlia Mello de Queiroz, com o artigo: Mecanismos financeiros para o financiamento da biodiversidade: um estudo do arranjo institucional do Global Environment Facility (GEF) no Brasil.



Na Categoria 3, Gustavo Henrique Dias Souza, Edleuza Paulina Loures da Silva, Valéria Gama Fully Bressan e Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, com o trabalho: Segmentos do Sistema Financeiro Nacional e eficiência do cooperativismo de crédito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Eu convido, portanto, o primeiro colocado, na Categoria 1 – Desenvolvimento em debate, para subir e receber o seu prêmio, Sr. Igor Lopes Rocha.

(*Procede-se à entrega de certificado ao Sr. Igor Lopes Rocha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Na Categoria 2 – Inovação Financeira: finanças verdes, fintechs e PPPs, o primeiro colocado é Gustavo Alexandre Duda Mattana.

(*Procede-se à entrega de certificado ao Sr. Gustavo Alexandre Duda Mattana.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– E, por fim, na Categoria 3 – Sistema OCB: Desenvolvimento e cooperativismo de crédito, será entregue pelo Dr. Rubens Rodrigues Filho, convidamos Marcelo Henrique Shinkoda Santos e Marcelo José Braga.

(*Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. Marcelo Henrique Shinkoda.*) (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. Marcelo José Braga.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Gostaria de cumprimentar a todos os premiados pelos trabalhos, desejando-lhes muitas felicidades.

Concluída, portanto, as fases protocolares, eu gostaria, antes de encerrar a sessão, de agradecer a presença de todos, e, mais uma vez, cumprimentar a ABDE pelos seus 50 anos, seu jubileu de ouro, e desejar, de fato, que a ABDE continue o seu trabalho juntamente com as entidades parceiras em prol do desenvolvimento de nosso Estado. Da mesma forma, quero cumprimentar os vencedores dos prêmios, as entidades que foram aqui justamente homenageadas, e de modo especial, mais uma vez – uma homenagem feita de maneira extremamente carinhosa, justa e merecida –, o fundador da entidade em Araxá, 50 anos atrás, Dr. Hindemburgo Chateaubriant Pereira Diniz, estendendo os cumprimentos a seus familiares, aqui presentes, e agradecendo a presença ilustre da eminente Ministra Isabel Gallotti e do eminente Ministro Walton Alencar. A todas as senhoras e os senhores, portanto, muito bom dia, muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos.*)



**Ata da 243^a Sessão, Não Deliberativa,
em 9 de dezembro de 2019**

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Reguffe.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 15 horas e 3 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

A Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão do Congresso Nacional para a próxima terça-feira, dia 10 dezembro, às 13h, destinada à deliberação dos destaques aos Votos nºs 35 e 44, de 2019, e dos Projetos de Lei no Congresso Nacional nºs 51, 48, 49, 46, 42, 50, 25, 26, 35, 37, 44, 47, 33, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 43, 10 e 15, de 2019.

Com a palavra Senador Paulo Paim, primeiro orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, eu estou com o celular na mão aqui porque o Senador Kajuru, que não vai estar presente no dia de hoje, pediu que eu – vou falar o que ele me disse aqui – agradecesse ao Presidente em exercício, Senador Alvaro "todos os Dias", e agradecesse também a mim, no caso, na certeza de que eu faria esse registro.

Claro que faço o registro, informando que o Senador Kajuru só não está aqui – ele está sempre com a gente aqui – por recomendação médica, que orientou que ele ficasse de repouso. Ele quer ver se vem amanhã, mas ficará tomando remédio e afastado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Senador Paim, nosso abraço ao Senador Kajuru. Ele é presente todos os dias, como V. Exa., jamais falta a qualquer sessão, somente quando há esse impedimento que não está ao alcance dele de decidir. Ele tem que obedecer aos médicos realmente, porque a saúde é muito importante para que ele possa continuar trabalhando e contribuindo para que o País possa mudar de verdade.

Os nossos cumprimentos ao Senador Kajuru.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Ele encerra dizendo: "Eu sei que farão um grande debate. Gostaria de estar aí, mas hoje eu não posso".

Senador Alvaro Dias, eu, com tristeza, vou hoje apresentar um voto de pesar e vou discorrer sobre ele. Eu me refiro ao querido jornalista Renato Cesar de Carvalho, Presidente da Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul (Adjori-RS).

Senhoras e senhores, registro o falecimento do empresário e jornalista Renato Cesar de Carvalho, Presidente da Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul e também da Associação dos Jornais do Interior do Brasil. Ele morreu no dia de ontem, na cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, onde estava internado desde setembro. O Sr. Renato era também Diretor-Presidente do jornal *O Semanário*, da cidade de Tupanciretã, Rio Grande do Sul.

Renatinho, como era conhecido e carinhosamente chamado, foi um ícone do jornalismo do interior, estando à frente da Adjori do Rio Grande do Sul desde 2015. Organizou e realizou congressos anuais de jornais do interior, o espaço Casa dos Jornalistas do Interior, na Expointer, entre tantos outros projetos.

Eu tive a alegria de estar com ele no 55º Congresso de Jornais, realizado pela Adjori, em setembro de 2018, na cidade de Torres, Rio Grande do Sul. Era ano eleitoral. Ele convidou diversos Senadores. Eu era painelista junto com o Senador Simon; o Senador Simon não pôde, eu



o representei. Foi um belíssimo evento, que reuniu cerca de 200 pessoas, representando 80 jornais do interior do Rio Grande do Sul.

Renatinho, como era chamado, deixou esposa, Themis Goretti, que com ele teve o casal de filhos Nathália e Teodoro, e os netos Pedro Afonso e Íris Luiza, além é claro de uma multidão de amigos, de admiradores do seu trabalho árduo em prol do jornalismo do interior, sua maior paixão ao longo da sua vida.

O jornalista faleceu em função de falência de múltiplos órgãos decorrente de uma infecção urinária. Ele tinha somente 64 anos – era mais jovem do que eu.

O corpo está sendo velado na Capela São Camilo e o enterro ocorre nesta segunda-feira, no Cemitério Municipal de Tupanciretã, na região central do nosso Estado.

O 1º Vice-Presidente da Adjori-RS, Jair Francisco de Souza, que já estava exercendo as atividades de Presidente da entidade devido ao afastamento de Renato, lamentou a morte do amigo.

Jair comentou – abro aspas: " A principal lembrança que ele deixa para os amigos é a vontade de viver. Ele sofreu um acidente de carro aos 18 anos, no auge da juventude, e ficou quatro anos entre idas e vindas ao hospital. Sempre lutou muito e nunca reclamava de nada" – fecho aspas –, lembrou ele.

Presidente da Adjori-RS desde 2015, Carvalho esteve à frente dessa importante entidade, e foi eleito em 2018. Há pelo menos 30 anos ele comandava *O Semanário*, de Tupanciretã.

Ele lembra também que Renato era uma pessoa independente, mesmo com dificuldades de locomoção: "Depois do acidente, ele ficou deficiente, mas utilizava uma bengala para caminhar. Apesar disso, ele era totalmente independente na vida, viajava e aproveitou bastante", destaca o Vice-Presidente.

Em 19 de dezembro, Carvalho iria completar 65 anos.

Descanse em paz, guerreiro da notícia e da boa informação do nosso querido Rio Grande!

Sr. Presidente, apresentei voto de pesar pelo falecimento deste estimado empresário, jornalista e amigo.

Que o voto de pesar seja encaminhado aos familiares e também à Adjori-RS.

Lembro aqui que, na campanha do ano passado, a sede do meu gabinete ficava ao lado da Adjori e, seguidamente, eu tive oportunidade de conversar com ele, dialogar com ele e conhecer um pouco mais da caminhada e da história dos jornais do interior do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, aproveito os minutos que ainda tenho para comentar sobre o lucro dos bancos e a reforma da previdência. Quero registrar aqui uma estimativa da consultoria Mercer com base em estudo do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), que calcula que os bancos privados devem lucrar cerca de R\$480 bilhões, em dez anos, com a reforma da previdência – ou seja, o que nós já vínhamos alertando há muito tempo, já no ano passado, quando o próprio Presidente Michel Temer encaminhou e, depois, quando o Governo atual encaminhou a proposta, que, contra o nosso voto, foi aprovada.

O estudo do FMI concluiu que reformas similares no sistema de aposentadorias em outros países resultaram na transferência de 60% para bancos privados do valor do dinheiro que foi reduzido nos pagamentos feitos pelo Estado.

Lembro que eu já tinha passado essa informação aqui e que ela foi amplamente divulgada pela própria imprensa nacional.



Reafirmo: lembro que essa informação que eu estou passando aqui foi amplamente divulgada pela própria imprensa nacional.

A consultoria afirma que, com a reforma da previdência, os brasileiros serão obrigados a poupar muito, muito mais para a velhice.

Abro aspas, porque a palavra é da consultoria: "sistema de previdência pública mais generosa não incentiva a formação de poupança privada". "Sistema de previdência pública mais generosa não incentiva a formação de poupança privada em patamares decentes".

No Brasil, muitas pessoas continuam cobertas pela previdência social. Após a reforma, diminuiu o valor, mas ainda ficam protegidas pela previdência. Mas outro grupo significativo terá benefício com valores muito, muito menores a partir de regras de acesso mais rígidas. E terá também que pagar mais para a previdência privada.

Os mais pobres, segundo a consultoria, não terão incentivos para poupar, pois gastam todo o orçamento com a previdência. Ficarão com uma previdência pífia – a previdência pública nos moldes que ficou – e não poderão também fazer a sua previdência privada.

A reforma da previdência, segundo os cálculos que me foram apresentados, é um dos maiores desastres sociais incentivados e realizados pelo Governo. O alvo é a grande maioria dos trabalhadores que se aposentariam com um a três salários mínimos. Trabalhadores que ingressaram muito cedo no mercado de trabalho exercem as ocupações mais duras, que mais afetam a sua integridade física e psicológica, e são os que percebem menores rendimentos. Agora, terão dificuldades enormes para se aposentar no chamado serviço penoso, insalubre e perigoso, que são as aposentadorias de alto risco e as aposentadorias especiais.

A reforma da previdência penaliza os mais pobres, os mais necessitados, os que estão iniciando a trabalhar; reduz o valor das aposentadorias. Isso representa mais de 80% dos integrantes do Regime Geral da Previdência, o famoso RGPS. A quem interessa aumentar essa miséria? A quem interessa fazer com que a previdência de fato vá à falência? Só interessa àqueles que querem, ali na frente aplicar, o regime de capitalização, como foi feito no Chile, no Equador, na Argentina. E todos nós estamos assistindo à situação de desespero. O exemplo mais visto é o do Chile, onde a maioria está com um benefício correspondente a meio salário mínimo; outros perderam tudo. E o Governo é que tem que dar essa ajuda, como se fosse um Bolsa Família, de meio salário mínimo. Por isso é que o Chile está praticamente há um mês com grandes mobilizações por todo o país. E as indignações, além do desemprego, claro, são o arrocho salarial que é imposto, mesmo àqueles que têm o emprego assegurado, e os benefícios que são vergonhosos naquele país.

Repto, o Governo está entregando todo esse manancial social de possibilidade de crescimentos e de lucro para o sistema financeiro, principalmente para os bancos privados. É lamentável que tenhamos que constatar que estávamos com a razão. E aqui quem está falando é consultoria privada, é o próprio FMI: que a realidade no Brasil ficará muito, muito difícil.

Já tivemos uma reforma trabalhista no Governo Temer, tivemos outra reforma trabalhista neste Governo com a chamada MP da liberdade econômica e agora estamos tendo outra reforma trabalhista com o chamado Pacote Verde e Amarelo, MP 905. Eu tenho esperança ainda de que essa MP seja devolvida. Ela faz 135 alterações na CLT, questões absurdas, como aquela em que o empregador deixa de pagar os 20% sobre a folha, e o desempregado vai pagar 7%. Calcule, o empregado já recebe uma mixaria – como o Chico Anysio dizia, é isto aqui – e ainda agora vai ter um desconto de 7%, e o empregador não vai pagar os 20% sobre a folha. A periculosidade cai de



30% para 5%. O percentual que o trabalhador estava recebendo, agora com a MP já não recebe mais, porque ela tem efeito imediato. O Fundo de Garantia, que era 8%, passou para 2%. Inúmeras categorias vão desaparecer, entre elas as de jornalistas e radialistas, que estão fazendo uma campanha em nível nacional. São 10, 12 categorias que vão desaparecer, entre elas, repito, jornalistas e radialistas. Eu estou só levantando algumas das questões que preocupam todos.

Essa terceira reforma trabalhista é tão cruel quanto as outras duas. Houve uma – que é a segunda, da liberdade econômica – em que esta Casa derrubou o artigo que dizia que ele poderia trabalhar domingos e feriados, e o empregador daria uma licença durante a semana. Com isso, não receberia mais o adicional de hora extra, ou mesmo em dobro, se trabalhasse domingo e feriado. E isso esta Casa já derrubou por unanimidade, e não pode, no mesmo ano legislativo, você querer que a mesma proposta seja votada pela segunda vez. E há outras incoerências que a própria Consultoria do Senado já levantou.

E aí nós esperamos que essa MP, de preferência, seja devolvida. Se não for devolvida, caso seja instalada – o que eu espero que não aconteça –, nós teremos um longo debate, com muitas audiências públicas, porque são mais de 1.890, 1.886, quase 2 mil emendas apresentadas nessa MP 905.

Percebo eu que os trabalhadores, as suas entidades, estão fazendo debate em todos os Estados. No Rio Grande do Sul, as centrais, federações e confederações, e os sindicatos vão fazer ciclos de debate em todas as regiões, para mostrar a gravidade dessa terceira reforma.

E já falam que vem uma quarta depois. Por isso é fundamental que a população se mobilize, questione, passe correspondência, ou mesmo WhatsApp para os Senadores e Senadoras e também para os Deputados, de forma que essa proposta não seja aprovada. Repito, oxalá seja devolvida!

Presidente, agradeço a tolerância, como sempre. Eu encerro aqui o meu pronunciamento.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Agora convido para fazer uso da palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para discursar.) – Senador Reguffe, Senador Paulo Paim, vamos conversar hoje com os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado. Segunda-feira é este momento oportuno para esta reflexão, para que possamos também transmitir informações importantes sobre o nosso trabalho, sobre o trabalho do Congresso Nacional, estabelecendo uma interação maior com a sociedade brasileira. Eu vou falar sobre a mobilização de ontem, falar sobre o que ocorrerá nesta semana no Congresso Nacional, a partir já da Comissão de Constituição e Justiça, pela manhã, e falar sobre a questão do Fundo Eleitoral também.

Mas antes eu gostaria de fazer referência a uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal relativamente ao Paraná. O Supremo julgou e anulou as aposentadorias dos ex-Governadores do Paraná. Todos os ex-Governadores do Paraná e também viúvas de ex-Governadores falecidos vinham recebendo a aposentadoria. Aliás, eu me equivoquei, eu falei "todos", mas um deles não.

Eu, talvez, não viesse à tribuna focalizar este assunto se a imprensa tivesse dado a ele o necessário destaque e se a divulgação que ocorreu fosse completa. Na verdade, quem divulgou – e pouca gente divulgou, poucos órgãos de imprensa divulgaram – essa decisão do Supremo Tribunal



Federal, que é uma decisão que a população apoia... E, de qualquer maneira, mesmo divulgando, uma omissão: divulgou-se o nome de todos os ex-Governadores que receberam, nesses anos todos, alguns há muito tempo já recebendo as aposentadorias, mas não se divulgou, não se fez referência ao único ex-Governador que jamais recebeu essa aposentadoria.

Senador Reguffe, quando eu assumi o Governo do Paraná – 15 de março de 1987 –, encaminhei à Assembleia Legislativa do Estado um projeto extinguindo as aposentadorias de ex-Governadores. A assembleia, obviamente por influência de ex-Governadores politicamente prestigiados, arquivou o projeto, não o aprovou. Quando concluí o meu mandato, no dia 15 de março de 1991 – portanto, completei o mandato até o último dia, não renunciei para disputar as eleições para o Senado, em que pese o fato da facilidade de obter esse mandato, uma vez que terminamos a gestão com 93% de aprovação de parte da generosa população do Paraná –, não queri a aposentadoria, nem mesmo no período de oito anos em que fiquei fora da atividade pública, já que retorno apenas nas eleições de 1998 para o mandato nesta Casa.

São, pois, quase 29 anos desde que deixei o Governo do Paraná. Se requeresse essa aposentadoria, teria acumulado mais de R\$11 milhões nesse período. Não o fiz por uma questão de coerência e de respeito à população do meu Estado. E mais: pelo fato de ter completado o mandato até o último dia, o Vice-Governador não assumiu, ficando, assim, impedido de requerer a aposentadoria. Por essa razão, Senador Reguffe, Senador Paulo Paim, a economia para o Paraná foi de R\$22 milhões.

Eu estou informando da tribuna do Senado, porque aqueles que divulgaram pela imprensa não o fizeram, não registraram que pelo menos um ex-Governador abdicou, renunciou, não recebeu a aposentadoria durante quase 29 anos.

Aí, recebi várias mensagens das pessoas dizendo o seguinte: "Está vendo? Você renunciou a esse privilégio e nem mesmo é citado pela imprensa. E, mais, você fez uma votação pífia para a Presidência da República. Esse comportamento não foi levado em conta pela população". E eu respondi: "É evidente que fico triste com isso, mas o importante é que eu durmo com a consciência tranquila".

Nós estamos num momento em que a população exige das autoridades a renúncia a privilégios. Nós vivemos num mundo de privilegiados em contraste com os desassistidos. Ainda agora a Fundação Getúlio Vargas divulga que, nos últimos 17 trimestres, os mais ricos ficaram mais ricos, já que o poder de compra deles aumentou 10%. Refiro-me a 1% dos brasileiros que são os mais ricos e que concentram – concentram – um terço da riqueza nacional; e os mais pobres tiveram uma redução de 18% na capacidade de compra. O poder de compra dos mais pobres foi reduzido em 18%. Os mais ricos ficaram mais ricos e os mais pobres ficaram mais pobres. Houve um aumento da desigualdade social no País e, por essa razão, a revolta em relação a privilégios das autoridades é crescente. Neste momento em que se discutem no Brasil reformas fundamentais para atravessarmos as dificuldades e caminharmos para um processo de desenvolvimento econômico sustentado, certamente vale a reflexão sobre os privilégios das autoridades.

Eu tenho repetido – especialmente no ano passado foi o tema central da discussão que procurei desenvolver em todo o País – a necessidade da refundação da República, porque a República que temos mais se parece a um império exatamente porque a imagem que a sociedade tem do sistema vigente é de que um grupo se apodera do Poder para preservar os seus privilégios, e a população trabalhadora vive no sacrifício, com o aprofundamento das desigualdades sociais,



com o crescimento das dificuldades, com o desemprego crescente, com a precariedade dos serviços públicos na área de saúde, educação e segurança pública.

Estamos vivendo, portanto, um momento crucial para o futuro do País, e, se nós não começarmos a agir do andar de cima para baixo, certamente nós promoveremos maior indignação da população. Quando o Supremo Tribunal Federal anula as aposentadorias de ex-Governadores do Paraná, nós aproveitamos o ensejo para essa reflexão. É por essa razão que nós advogamos, há bom tempo, a redução do número de Senadores, de Deputados Federais e Estaduais e de Vereadores, propondo um Legislativo mais enxuto, mais econômico e certamente mais qualificado. Imagino que este é o momento para esse debate.

No próximo ano, o Congresso Nacional estará discutindo três PECs encaminhadas pelo Poder Executivo. Uma delas é a emergencial; a outra é a do sistema federativo; e a outra trata dos fundos.

A PEC emergencial certamente procurará restringir direitos na busca de um ajuste fiscal, que, reduzindo despesas, possa permitir ao Poder Público investir em setores essenciais, já que hoje há precariedade de investimentos em setores fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população e possibilitar o exercício pleno da cidadania em nosso País. Se vamos cortar, se vamos sacrificar – aliás, como fizemos ao aprovarmos aqui a reforma da previdência, uma reforma de sacrifício para a população trabalhadora; nós não temos o direito de sacrificar mais a sociedade e o povo –, buscando arrumar as contas públicas para o País retomar crescimento econômico, não teremos autoridade se nós não começarmos pelo andar de cima, e nós estamos no andar de cima. Essa é a visão dos que se encontram na planície.

Sem dúvida, não caminhamos adiante em relação a privilégios nem mesmo no campo criminal, já que o fim do foro privilegiado não foi decretado, uma vez que a Câmara dos Deputados ainda não deliberou sobre a matéria, em que pese o fato de ter o projeto à sua disposição desde junho de 2017. O projeto está pronto para a Ordem do Dia, para a deliberação, para o voto, para a decisão, e não é incluído na Ordem do Dia. E eu indago: por quê? Qual a justificativa? Evidentemente, nós sabemos, mas é preciso que assumam a responsabilidade, que coloquem o DNA nesta proposta. Ela tem que ser votada! Quem é contra vota contra e depois vá às ruas, vá até o aeroporto e veja como será recebido pela população. O importante é que se vote.

Mas, Presidente Reguffe, eu gostaria de analisar, no tempo que resta, questões que estarão sobre a mesa das deliberações já no dia de amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, como o projeto de lei do Senado que altera três artigos do Código de Processo Penal, restabelecendo a prisão em segunda instância, que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, deixou de ser consagrada e permitiu – seis Ministros, eu repito, não o Supremo como instituição, mas seis Ministros – aquilo que nós denominamos de "saidão histórico da vergonha", com a liberdade para presos, assassinos, enfim, narcotraficantes, corruptos, ladrões. Eles saíram às ruas, foram libertados, estão convivendo com os brasileiros que trabalham, com os brasileiros de bem, graças à decisão de seis Ministros do Supremo Tribunal Federal, e nós podemos restabelecer a verdade da prisão em segunda instância aprovando este projeto.

Há sim uma proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados. Nós tínhamos duas aqui que poderíamos também votar. Optamos pelo projeto por ser mais rápido, mais eficaz, com alcance suficiente, reduzindo o espaço de interpretações divergentes e certamente sinalizando maior aceitação da parte do Supremo Tribunal Federal em razão dos indícios que votos contrários à prisão em segunda instância nos oferecem, enquanto que a PEC da Câmara – me perdoem, eu



creio que eu devo dizer o que penso –, para muitos, obviamente de boa-fé, há uma possibilidade de termos prisão em segunda instância com essa proposta da Câmara, mas, do meu ponto de vista, é uma ilusão. Essa proposta da Câmara, ampliada, alcança outros ramos do Direito, não apenas o Direito criminal: alcança a legislação trabalhista, a legislação eleitoral e a legislação cível, com consequências que os juristas, os especialistas, informam consequências impactantes – ainda Herman Benjamin aqui na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça fez essa afirmação. Essa proposta, que tem um caminho longo à frente até a sua aprovação, pode até ser aprovada no Congresso, mas certamente não resistirá à disposição de Ministros do Supremo Tribunal Federal, que não a entenderão como adequada para solucionar esse impasse da prisão em segunda instância.

É por essa razão que eu considero necessário, inteligente, votar o projeto que altera o Código de Processo Penal. A solução é muito mais célere se houvesse vontade política: amanhã mesmo, votaríamos de manhã na Comissão de Justiça; na quarta-feira poderíamos votar aqui no Plenário do Senado Federal; e, imediatamente, remeter à Câmara dos Deputados, que poderia também votar em regime de urgência e liquidar esse assunto ainda antes do final deste ano.

Mas a necessidade e vontade política... E, sinceramente, aqueles que comandam o Congresso Nacional não demonstram essa vontade política para atender essa aspiração do povo brasileiro, que muitos levaram, no dia de ontem, chamados pelo Vem Pra Rua, para as ruas de várias cidades deste País.

Mas amanhã também se pretende votar o pacote anticrime, anticorrupção e antiviolência, que chegou da Câmara desidratado, como já se noticiou, e com a inclusão de alguns dispositivos que deverão merecer o veto do Presidente da República, segundo vontade do Ministro Sergio Moro. Cabe-nos aprovar rapidamente para oferecer o avanço, mesmo que aquém do desejado, e, depois, trabalharmos outros projetos para a complementação.

Especialmente no que diz respeito a crimes contra a Administração Pública, o pacote deixa a desejar. E nós temos a obrigação de continuar o debate...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – ... sobretudo legislando para complementar essa proposta, com a inclusão, por exemplo, da corrupção na Administração Pública como crime hediondo, matéria já discutida no Senado. Eu fui o Relator aqui. Ainda estava na Casa o Presidente Sarney. Ele apresentou uma emenda, que relatei desta tribuna. Naquele projeto, nós aumentamos as penas e também incluímos peculato e crime de concussão. O projeto foi aprovado aqui no Senado – corrupção como crime hediondo. Foi para a Câmara. A Câmara não deliberou até hoje e não incluiu no pacote atual. Portanto, ele deixa a desejar, especialmente do ponto de vista dos crimes praticados contra a Administração Pública. E, no nosso entendimento, essa é uma questão essencial. Nós não podemos descurar da nossa responsabilidade no ato de legislar sobre crimes contra a Administração Pública, porque para muitos fica a impressão de o Congresso Nacional estar legislando em causa própria, já que há, no mundo da política atual, muitos políticos sendo investigados e denunciados.

Enfim, Sr. Presidente, são questões essenciais, assim como é a do fundo eleitoral. Vamos enfrentar essa situação agora em sessões do Congresso Nacional.

O Podemos, o nosso partido, por intermédio do nosso representante na Comissão Mista de Orçamento, apresentou emenda supressiva para impedir o aumento dos valores do fundo eleitoral. O aumento proposto é de R\$1,8 bilhão, retirados R\$500 milhões da saúde, retirados R\$300



milhões, me parece, da habitação, retirados da educação e de infraestrutura, ações fundamentais para o País.

Essa priorização da campanha eleitoral com recursos públicos... É evidente que nós consideramos que esse foi o modelo adotado. É inevitável, nós temos que bancar as campanhas pelo modelo adotado com recursos públicos, mas não se justifica esse aumento de R\$1,8 bilhão da eleição que tivemos no ano passado para a Presidência da República, Governadores, Senadores, Deputados Estaduais e Federais para essa eleição municipal de Prefeitos e Vereadores. Não há justificativa para esse aumento.

Perdemos na Comissão Mista de Orçamento. Fomos derrotados. Temos o dever de tentar outra vez nas sessões do Congresso Nacional que deliberarão sobre essa matéria e o compromisso público do nosso partido é de votar contra o aumento dos recursos para o Fundo Eleitoral.

E mais, Senador Reguffe: nossa assessoria jurídica já está concluindo uma ação direta de constitucionalidade em relação ao projeto eleitoral que o Senado se recusou a aprovar quando aqui chegou. Primeiramente, obstruímos a sessão, a sessão caiu, e, depois, o projeto foi substancialmente alterado, com a eliminação de todos os artigos, restando apenas um deles. Retornou à Câmara, que restabeleceu a proposta na sua integralidade, sendo ela sancionada pelo Presidente com alguns vetos, que foram, inclusive, derrubados, prevalecendo a disposição inicial da Câmara dos Deputados com facilitações que, certamente, abrem espaços para a prática de ilícitos no processo eleitoral. E é por essa razão que nós estamos preparando a ação direta de constitucionalidade, que queremos protocolar, quem sabe, ainda nesta semana, na esperança de que o Supremo Tribunal Federal possa determinar a anulação da votação dessa proposta, restabelecendo a legislação anterior.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – Vou concluir, Sr. Presidente, afirmando que, neste final de ano, nós temos que desenvolver, nesses próximos dias, a partir de amanhã, uma ação que envolva a disposição política daqueles que querem oferecer resposta às exigências da sociedade. Temos poucos dias para aprovar a prisão em segunda instância. Se me perguntarem: "Você acredita?", não, não acredito. Não acredito que seja aprovada este ano. Não há como ignorar a resistência que se impõe aqui ao restabelecimento da prisão em segunda instância. Há os que preferem a vergonha do atraso, já que há um abraço no atraso ao excluirmos a hipótese da prisão em segunda instância. E é bom dizer e repetir sempre que o Brasil é o único país do mundo com o quádruplo grau de jurisdição. Isso é o paraíso da impunidade se instalando, porque, certamente, com essas possibilidades de recursos intermináveis até a última instância, muitos criminosos envelhecerão e não serão condenados e presos; certamente, morrerão antes que isso ocorra. Dos 193 países da ONU, o Brasil é o único que não pratica, que não consolidou na sua legislação a prisão em primeira e segunda instância.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – Essa é a razão da indignação. E, por isso, Sr. Presidente, estamos convocados à responsabilidade. Esperamos que a partir de amanhã possamos caminhar adiante na direção de uma nova Justiça, que é a prioridade número um hoje do Brasil e do seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Reguffe. PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Quero dizer que essa questão da prisão em segunda instância precisa ser votada e deliberada por parte do Senado Federal. Nós não podemos simplesmente esperar que a Câmara decida isso para só depois o Senado ter uma posição sobre o assunto. É muito importante que o Senado Federal delibere esse tema. Eu sou um defensor da prisão em segunda instância desde o meu mandato como Deputado Federal, muito antes do caso de A ou B. É um absurdo a quantidade de recursos que nós temos no Brasil. Isso é uma fábrica de impunidade. E o Senado Federal tem obrigação com a sociedade brasileira de votar esse tema e deliberar sobre esse tema ainda este ano.

Quero também falar sobre essa questão dos privilégios: são inaceitáveis! E nós precisamos combatê-los de frente, apresentando projetos para mudar, como fiz, e também dando o exemplo. A sociedade brasileira não aceita esses privilégios – e com toda a razão: é um absurdo a quantidade de privilégios que nós temos no Poder Legislativo e também nos outros Poderes.

Eu vou fazer apenas uma breve fala, se V. Exa. puder assumir a Presidência.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Com a palavra o Senador Reguffe. Reguffe é representante de Brasília, mas é um Senador do Brasil.

Com a palavra V. Exa.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu fui um dos pouquíssimos Parlamentares que, na Legislatura passada, votou contra a criação desse fundo eleitoral. Agora, estão querendo aumentar esse fundo eleitoral. Esse aumento do fundo eleitoral é um acinte e um escárnio com o contribuinte brasileiro. Estão querendo passar o fundo de R\$1,7 bilhão para R\$3,7 bilhões – mais do que dobrar esse fundo. Então, votei contra, na Legislatura passada, a criação desse fundo e votarei contra agora esse absurdo inaceitável, o aumento desse fundo eleitoral.

Pelo menos na sessão do Congresso na semana passada, quando se votou o veto do Presidente proibindo a volta das propagandas partidárias no período fora da eleição – daqueles comerciais dos partidos na televisão no período fora da eleição –, pelo menos o Senado cumpriu o seu papel. A Câmara tinha aprovado a volta da propaganda partidária no período fora da eleição e o Senado conseguiu reverter isso. Precisavam de 41 votos favoráveis para a volta da propaganda partidária e tiveram apenas 39. E me orgulho de ter votado pela manutenção do veto e contra a volta dessa propaganda partidária, que daria um prejuízo aos cofres públicos, porque seria paga com dinheiro público através de renúncia fiscal às emissoras de televisão. Daria um prejuízo aos cofres públicos de R\$1,5 bilhão – R\$1,5 bilhão! – se somar o primeiro semestre de 2020 até 2022.

Então, me orgulho de ter votado pela manutenção do veto e ter derrubado, aqui no Senado, o que a Câmara tinha aprovado antes, essa volta da propaganda partidária no período fora da eleição. Não é aí que o contribuinte brasileiro quer ver sendo gasto o dinheiro dos seus impostos.

Mas quero dizer que, com a sociedade alerta, espero que nós consigamos derrubar esse vergonhoso aumento do fundo eleitoral para as eleições do ano que vem. Não é algo razoável, principalmente no momento que o Brasil vive; em qualquer momento que fosse já não seria algo razoável, quanto mais neste momento.



Então, volto a dizer, Sr. Presidente, esse aumento é um acinte, uma agressão e um verdadeiro escárnio com o contribuinte deste País. E terá meu voto contrário, assim como votei, na legislatura passada, contra a criação desse fundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Senador Reguffe, que tem não só apresentado projetos e sobretudo feito apelos à eliminação dos privilégios, como também pratica o discurso, dando o exemplo. É essencial que isto ocorra: nós só temos autoridade de combater os privilégios dos outros quando abrimos mão dos nossos próprios privilégios!

Como não há mais oradores inscritos, declaramos encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 03 minutos.)



Ata da 244^a Sessão, Debates Temáticos,
em 9 de dezembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 17 minutos e encerra-se às 19 horas e 26 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão de debates temáticos é destinada a celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a população negra – claro que aproveitaremos e falaremos também de outros preconceitos, tanto que está presente aqui o Toni, por exemplo, que esteve pela manhã conosco –, nos termos do Requerimento nº 929, de 2019, de minha autoria e de outros Senadores.

Nós faremos duas Mesas. Para a primeira Mesa, convidamos a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do DF, Sra. Mayara Lima Tachy. Por favor. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convidamos o Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Humberto Adami Santos Junior. (*Palmas.*)

Convidamos a Mestre em Direito e Criminologia da Universidade de Brasília, Sra. Deise Benedito. (*Palmas.*)

Convidamos a Coordenadora Nacional do Centro Nacional da Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, Sra. Makota Celinha. (*Palmas.*)

Também nesta Mesa a Sra. Viviane Ceolin Dallasta Del Grossi, Defensora Pública Federal, que falou hoje pela manhã na reunião da CDH. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos!

Neste momento, vamos ouvir o Hino Nacional.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sejam todos bem-vindos!

Alguns estão chegando ainda, alguns convidados que são painelistas também.

Nós só lembramos que esta sessão se refere ao Dia Internacional de Direitos Humanos, que será amanhã. Como amanhã nós teremos sessão de votação, nós antecipamos para hoje. E teremos duas Mesas, em que todos poderão expressar seu ponto de vista em relação aos direitos humanos. É claro que o foco, neste momento – e este foi o objetivo daqueles setores que me procuraram –, é o preconceito no Brasil, principalmente o preconceito racial, mas, claro, poderemos livremente aqui falar do preconceito contra as mulheres, de todo tipo de preconceito, como o preconceito à comunidade LGBTI, que está aqui também presente. Todos terão liberdade plena para expressar o seu ponto de vista. E, amanhã, pela manhã, lembro também que teremos um outro debate sobre direitos humanos lá na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que eu presido.

Não sei se há preferência de algum dos senhores para iniciar. Pela experiência e pelos nossos cabelos brancos, vamos começar aqui com o nosso querido Humberto Adami Santos Junior.

Então, neste momento, eu passo a palavra – se quiserem falar daqui, podem falar, mas, de preferência, da tribuna – ao Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Humberto Adami Santos Junior.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR (Para discursar.) – Sr. Senador Paulo Paim, boa tarde. Agradecido pelo convite.

Parabenizo-o por esta sessão. Lembro há quanto tempo V. Exa. está aí nessa mesma temática.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde a Constituinte, pelo menos.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Por aí nós começamos, também saudando os parceiros e parceiras de Mesas, as pessoas que estão aqui presentes hoje e também aquelas que nos assistem pelo meio de transmissão televisiva do Senado Federal.

Eu venho falar, obviamente, da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Brasil do Conselho Federal da OAB, ao mesmo tempo em que saúdo a minha colega e Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade, Dra. Silvia Cerqueira, que também está aqui presente e esteve comigo hoje na sessão do Conselho Federal, que, pela unanimidade de seus membros, deliberou pela representação criminal contra o nomeado Presidente da Fundação Palmares. O Conselho Federal da OAB vai representar criminalmente contra a pessoa que foi nomeada e que praticou crime de injúria racial, racismo. Na verdade, foi uma nomeação que se desvia da função da Fundação Palmares, se desvia do objetivo da Fundação Palmares, que é preservar a cultura negra, fazendo demarcações de terras quilombolas, fazendo reconhecimento de todas os quilombos do Brasil, que já se vão para mais de 5 mil quilombos, mas não há, desde 1988, 300 quilombos demarcados.

Então, ao mesmo tempo em que se gasta essa energia para retirar o que eu chamei hoje, no Conselho Federal, de um fantoche, de um câncer dentro do organismo que é de promover toda a cultura negra, que tem que ser extirpado e que já obteve uma liminar de um juiz federal do Ceará, outras ações populares estão sendo ajuizadas, mas é preciso também, além de combater esse fantoche, verificar que, enquanto a gente perde essa energia, outras coisas estão passando ao largo, outras coisas ruins. Então, vamos fazer dessa união a catalização dessa energia, como fez o Conselho Federal hoje, que delegou à sua diretoria um mandato em branco para, toda vez que houver necessidade, fazer representações. O que aparecer, a diretoria do Conselho Federal já está autorizada a fazer nota, a ingressar com ações. Fazer isso uma luta permanente e não ficar apenas na expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Vamos fazer disso... Acho que é um momento histórico. E o Conselho Federal da OAB faz essa presença sempre permanente na história do Brasil.

Saúdo também a presença do meu querido amigo, o Reitor dessa universidade histórica que é a Zumbi dos Palmares – já são 17 edições do Troféu Raça –, que vem promovendo lá de São Paulo, espalhando a cultura negra, o reconhecimento de pessoas negras no Troféu Raça. Muitas das pessoas que foram lá presenteadas e homenageadas jamais tinham ganhado qualquer prêmio. Nós tivemos artistas como Tony Tornado e Canarinho, que disseram lá: "Eu nunca ganhei um prêmio em lugar nenhum". E foram, então, presenteados lá no Troféu Raça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que até eu ganhei.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Eu também ganhei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dar uma salva de palmas. É uma bela iniciativa. É bom ver que o Reitor já chegou. (*Palmas.*)



O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Aliás, tem que lembrá-lo de que ele é o Vice-Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Conselho Federal. Muitas vezes, dentro das suas atribuições, ele acaba se esquecendo.

A Comissão Nacional da Verdade está hoje, Sr. Senador, em 17 seccionais da OAB. A última, que tem cerca de 15 dias, nós instalamos no Maranhão, no glorioso Estado do Maranhão. Eu estou pela terceira gestão na Presidência da Comissão Nacional, acumulando com a Comissão Estadual da Verdade, e só agora o Maranhão, em boa hora, levou essa comissão para lá. Mas, se são 27 Estados, a pergunta que fizemos hoje ao Conselho Federal da OAB e às suas seccionais é por que ainda estão faltando dez. E o caminho é procurar o convencimento para que todas elas estejam lá.

A Comissão da Verdade está em várias subseções. E um dos primeiros resultados eu chamo de ressuscitar a história de Luiz Gama. Através de uma placa, transformou o Luiz Gama, que era advogado provisionado... Chamavam-no de rábula, mas a Profa. Ligia Ferreira corrigiu, dizendo que ele tinha uma provisão. Então, ele era advogado provisionado, mas não conseguiu ter o diploma na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Por quê? Porque ele tinha o problema de ser preto desde aquela época, como muitos que estão aqui hoje ou que assistem a esta sessão continuam tendo esse problema.

É um problema que não dá para fazer desaparecer. Há até um livro da Profa. Ana Maria Gonçalves que traz a legislação da época, que é o defeito de cor que precisava ser dispensado para que pessoas pretas e pardas assumissem os cargos do Império, de eclesiásticos, militares e administrativos.

Então, Luiz Gama ressuscita sua história depois de 140 de morto, e eu tive o prazer de, juntamente com o Reitor Zé Vicente, estar presente quando ele, que não conseguiu entrar no Largo de São Francisco, deu seu nome a uma sala lá na Faculdade de Direito, que, muito envergonhada, veio reconhecer o papel do Luiz Gama. Eu me lembro de alguém lá dizendo o seguinte: "Olha, na verdade, Luiz Gama é que faz um favor, porque a história dele e as palavras dele são muito maiores do que a própria Faculdade de Direito do Largo de São Francisco". E hoje ele é herói da Pátria, é patrono da abolição da escravidão.

A Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra da OAB do Piauí propôs ao Conselho Estadual e proclamou que Esperança Garcia, uma africana escravizada que viveu lá nos idos de 1700, 1800, escreveu uma carta reclamando da tortura que ela e seus familiares sofriam. E essa carta, depois, pelo historiador baiano Luiz Mott, que fotografou essa carta, então, traz toda a história de Esperança Garcia, e a Profa. Maria Sueli Rodrigues, na Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB do Piauí, submete essa carta às Ordenações Filipinas e conclui que essa carta preenchia os requisitos de uma petição. Então, o Conselho da OAB do Piauí proclama Esperança Garcia primeira advogada do Piauí. Olha que viagem, que recuperação da história que estava afastada.

Na Conferência Nacional da OAB de 2020, nós, agora, vamos trazer, pela Seccional da OAB do Rio, o caso da Mariana Crioula...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Isso é para mim? (*Risos.*)

O caso da Mariana Crioula...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando toca, você tem mais cinco minutos ainda. Vai dar um total de quinze para cada um.



O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Tá.

O caso da Mariana Crioula virá para a Conferência Nacional da OAB, juntamente com o caso do Manoel Congo, que, como descobrimos – todo dia a gente começa a descobrir coisas – era o segundo herói negro do Rio de Janeiro, o primeiro foi Zumbi dos Palmares, e havia um trabalho do Centro de Pesquisa e Documentação, em Mendes, no Município de Mendes, um pequeno Município do sul fluminense, e ele, Manoel Congo, virou feriado em Mendes.

Amanhã a gente vai passar o filme Menino 23 e vai instalar o consórcio de subseções para trazer também a história do Manoel Congo para a Conferência Nacional da OAB. Do Ceará vem o Dragão dos Mares e do Maranhão está vindo o Negro Cosme.

A pergunta é: de quantos heróis e heroínas da escravidão estamos precisando? Aguardamos um resgate... Cada Município da Bahia e do Brasil tem uma história precisando ser resgatada; prédios, lendas e personagens que foram esquecidos e que precisam vir contar essa história. E é isso que a Comissão da Verdade da Escravidão Negra vem fazendo.

E, no ano que vem, a gente se dedica à questão da reparação da escravidão. Aproveito o cenário do Senado Federal para chamar a atenção para isso, porque é um debate internacional. Discute-se esse tema da reparação da escravidão hoje na campanha eleitoral dos Estados Unidos, com as Deputadas do Partido Democrata; discute-se na Austrália; discute-se no Caribe e em todo lugar se pleiteia e se postula a reparação na escravidão, que pode ser memória, pode ser símbolo, mas que também tem que enfrentar um debate econômico além das políticas públicas que vêm sendo feitas através das ações afirmativas.

Eu penso que ações afirmativas são muito importantes, têm tido, inclusive, um grande desenvolvimento, embora sempre ameaçadas. A OAB inclusive participou da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 186, que julgou cotas no sistema universitário, depois propôs a ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade) 41, que organizou a constitucionalidade de cotas no sistema de empregos. Muitos dissídios individuais acabaram quando o Supremo Tribunal Federal, por conta de a OAB ter usado a sua legitimidade para propor o controle concentrado de constitucionalidade, na ADC 41, de relatoria do Ministro Barroso. A ADPF 186 foi de relatoria do Ministro Lewandowski.

Então, nós vamos continuar fazendo isso. Hoje o juiz não pode declarar que o sistema de cotas é inconstitucional, porque o Supremo Tribunal Federal já proclamou a constitucionalidade – e proclamou num prazo de dois anos.

É preciso avançar. A questão quilombola agora está com ADPF 632 para impor dano moral à demora da demarcação de terras quilombolas. Ela foi proposta pela Federação Nacional de Associações Quilombolas, que é minoritária – a majoritária é a Conaq. A Fenaq propôs a ação depois de realizar um seminário nacional quilombola, no Tribunal Regional Federal, no ano passado. Foi feito um livro com a pergunta: o que vem depois da ADI 3239? Ação que discutia, há 15 anos, se o Decreto nº 4887 era constitucional ou não.

Tudo bem, é constitucional. E aí? O que é que mudou na questão das 5 mil comunidades quilombolas que aguardam a demarcação de terras quilombolas? É preciso dizer que, se há 5 mil, não é só do atual Governo Federal essa conta, porque está desde 1988 para ser feita a demarcação de terras quilombolas. Essa é uma obrigação que não é do governo A, do governo B, do partido C ou D; é uma obrigação do Estado brasileiro. A questão é: quanto tempo vai demorar para que essas comunidades quilombolas, que aguardam, tenham a sua terra reconhecida e demarcada? E, para isso, como em qualquer outro litígio...



(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – ... nós estamos propondo dano moral para a demora na demarcação de terras quilombolas, que, mais do que a ação ser vitoriosa, leva esse tema ao Supremo Tribunal Federal.

Depois de 15, 20 anos, como disse o Senador, nós estamos com cabelos brancos – alguns até sem cabelo –, mas vemos aquela outra questão, que diz o seguinte: "Bom, mas eu não quero entrar no Judiciário, não quero judicialização", e hoje, lamento informar, as coisas são praticamente quase todas discutidas no Judiciário ou com grande participação do Supremo Tribunal Federal.

Então, quando o Senado da República se dedica a esse tema... Eu acabei de falar hoje de manhã sobre essa questão da reparação da escravidão. Eu milito há muito tempo como advogado na questão de ações afirmativas; na questão da juventude, do genocídio da juventude negra; na questão da intolerância religiosa e de vários outros temas que são temas-pauta permanentes do movimento negro; mas a reparação da escravidão, no horror dos anos da reparação da escravidão, é uma questão central para o Brasil de hoje e de sempre.

O Brasil jamais será uma nação de primeiro mundo enquanto não enfrentar a questão da reparação da escravidão negra, porque os anos de holocausto negro no Brasil não podem ser só enfrentados com políticas públicas; eles têm que ir mais a fundo. É preciso trazer essas pessoas como o Manuel Congo, que fez uma revolta de 400 escravos e foi enforcado em Paty do Alferes, em Miguel Pereira. E nós não sabíamos disso. Como deve haver milhões de heróis da Cabanagem, Balaiada, o...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – ... Dragão do Mar. Eu já recebi o terceiro aviso.

Eu digo que essa questão da reparação da escravidão é a questão mais importante do Brasil. Enquanto o Brasil não olhar a reparação da escravidão, jamais será uma nação de primeiro mundo. É por isso que, em outras coisas, as outras questões todas, elas são tão importantes, mas elas são sempre colocadas num olhar subjacente, um olhar: "Ah, mas não há esgoto no meio ambiente". Por que só em alguns lugares não há esgoto? Vai ver quem são as pessoas que moram ali: a grande maioria são as pessoas pobres, em sua grande maioria, são as pessoas pretas.

Também a ADPF 635 foi ajuizada agora pelo Dr. Daniel Sarmento contra a política genocida do Governo do Estado do Rio de Janeiro. É preciso fazer uma outra contra a política genocida do Estado de São Paulo. Daí porque a parceria com a Defensoria Pública da União será inevitável – e que seja feita em todos os Estados. A gente tem parceria com o Ministério Público do Trabalho. Há muito tempo que a gente tem parcerias. E é preciso avançar mais e mais. E o ano que vem com certeza será um ano de enfrentar a reparação da escravidão e ver como ela está sendo tratada não só no Brasil, como também no resto do mundo.

E como eu sempre acabo dizendo: nós vamos fazer tremer o chão desta terra!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode voltar. Você tem um tempinho ainda.



O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Desculpa: se eu não fizer isso, eu vou ser absolutamente esquartejado pela Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, minha querida amiga Rita Cortez, que criou uma comissão especial, mais uma, e eu acabei na Presidência dela. Ano que vem é tão importante...

O Instituto dos Advogados Brasileiros é mais antigo do que a OAB. Ele tem 163 anos e agora está sendo presidido pela segunda vez por uma mulher, que é a advogada Rita Cortez. Ela criou lá a Comissão da Igualdade Racial. E o que a comissão vai fazer? Vai se dedicar unicamente a um parecer jurídico feito a várias mãos sobre aspectos jurídicos da reparação da escravidão. A promessa é para o ano que vem, em abril.

Se eu não fizesse esse registro aqui, seria um ex-Presidente muito rápido no Instituto dos Advogados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Foi o Presidente da Comissão Nacional da Verdade e da Escravidão Negra do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, um grande militante, companheiro e amigo, Sr. Humberto Adami Santos Junior, que advoga há muito tempo sobre essa causa.

De imediato, eu passo a palavra – já combinamos aqui na mesa – para a Presidenta da Associação dos Defensores Públicos do DF, Sra. Mayara Lima Tachy.

A SRA. MAYARA LIMA TACHY (Para discursar.) – Boa tarde a todas e a todos.

Gostaria de, inicialmente, aqui parabenizar o Presidente da Comissão Nacional da Verdade, Sr. Humberto Adami Santos Junior pelo belíssimo resgate da nossa história da escravidão, que realmente traz aqui um ponto de partida para a minha fala.

Queria cumprimentar os demais componentes da Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, agradecendo o convite para a nossa instituição ter voz neste debate, que é tão importante.

Eu queria começar falando sobre esse comentário que foi trazido de que nós temos várias minorias e vários direitos humanos a serem protegidos. Realmente isso é extremamente relevante. A gente tem que fazer não um recorte individualizado do que a gente tem de preconceito e discriminações nossas na sociedade, mas eles são intersetoriais. Hoje eu estou aqui diante de V. Exas. e de V. Sas. junto com várias mulheres negras para falar sobre minorias. Então, duas minorias aqui que se interconectam.

É muito importante a gente fazer esse resgate porque a gente vive, Senador, um momento em que a gente ouve um mito no nosso País de que o racismo não existe. A gente ouve as pessoas falando que o nosso País é um país da diversidade, que não há racismo no Brasil e que nós não devemos nos preocupar com isso e procurar outros caminhos que devem realmente ser objeto de atenção. Mas é este mesmo País onde nós temos uma advogada que enche o peito para falar que é racista, que não gosta de negro e acredita que tudo vai ficar bem. É neste mesmo País onde nós temos juiz que concede fiança, a despeito da posição contrária do Supremo Tribunal Federal, a essa mesma advogada branca, que cometeu um crime de injúria racial, conforme consta nas acusações aí que a gente vem percebendo.

A gente já sabe que o conceito de raça não se sustenta mais. Nós não temos mais aquele conceito científico de raça que naturalmente nos segregava como negros. Nós temos agora, depois do caso Ellwanger, que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que o Projeto Genoma identificou que todas as pessoas têm algum tipo de origem negra. Nós temos o mesmo genoma.



Criou-se um conceito de racismo social para a gente poder entender o que realmente acontece, porque nós somos todas pessoas da mesma raça.

Não temos mais nenhum elemento biológico que justifique esse tipo de segregação ou qualquer tipo de discriminação contra as pessoas, mas nós temos que perceber que não só aquele racismo individual daquela moça que saiu no noticiário é relevante, enquanto nós temos 77% dos jovens negros sendo mortos todos os dias no nosso País; enquanto eu acabei de passar a manhã nas audiências de custódia, fazendo o meu trabalho ordinário de defensora pública, e, de 23 audiências de custódia na minha sala, pelo menos 16 jovens eram visivelmente negros. Nós não podemos dizer, no Brasil, que o racismo não existe. O racismo é evidente. Quantas pessoas nós temos ali, representando a nossa raça, no poder?

E a gente tem de tomar muito cuidado com essa ideia de representatividade, porque, às vezes, ela exatamente camufla. Na minha instituição, eu sou a Presidente da Associação, mulher e negra. A Defensora Pública-Geral da minha instituição também é mulher e negra. E, aí, nós tendemos a olhar para isso e achar que está tudo bem, achar que não há racismo no Brasil. Mas o racismo no Brasil é uma questão estrutural. É uma questão que está dentro das nossas instituições e que precisa ser mudada, e as ações afirmativas são um dos caminhos para conseguirmos esse caminho, para conseguirmos chegar nesse objetivo.

Mas nós temos de pensar também no racismo individual, quando nós temos agressões a pessoas ainda simplesmente pelo fato de serem negras; quando temos um rapaz que é abordado por agentes no metrô e é praticamente torturado – um rapaz de 14 anos, sem que houvesse qualquer suspeita concreta em relação a ele –; e quando a violência contra a mulheres brancas, de 2003 a 2013, diminuiu 10%, mas a violência contra mulheres negras aumentou mais de 50%.

Alguma coisa está errada no nosso País, e nós temos que realmente problematizar essa questão e não podemos fechar os olhos para isso.

Nós temos exemplos diários disso. A capa da revista *IstoÉ Dinheiro* recentemente mostrou os principais empreendedores do País. Nós vimos lá somente homens brancos. A capa da revista *Exame* também trouxe aquelas pessoas que mais venceram financeiramente: homens brancos.

Então, Senador, nós não podemos fugir da ideia de que há uma interseccionalidade entre isso e nós temos de discutir, sim, raça junto com gênero. A gente tem de entender, sim, que mulheres negras sofrem mais, muito mais, porque elas estão ali na parte mais baixa da cadeia alimentar. Elas recebem menos, elas são mais penalizadas pela nossa cadeia tributária simplesmente porque são mulheres e negras.

Então, isto que está acontecendo aqui hoje, este momento de debate, é muito importante. Ele tem de ser replicado não só no Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nós temos de problematizar esta questão de forma diária. Nós temos de levar isto para a mídia, nós temos de mostrar que o nosso País está doente. Nós temos de entrar nas nossas instituições e começar a trabalhar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Senador, curiosamente, o nosso Distrito Federal agora está discutindo cotas para negros no nosso sistema de acesso a concurso público – nosso Distrito Federal, a capital do nosso País.

Então, enquanto nós não pensarmos em incluir essas pessoas e tentar reverter os anos de prejuízo pela escravidão, que não podem ser esquecidos por nós, porque eles estão no passado, mas eles não acabaram – ainda temos reflexos até hoje sobre isso –, nós não vamos conseguir resolver o problema do racismo.



Então, é uma iniciativa extremamente louvável que nós tenhamos isso. Nosso poder não pode discriminhar de forma ativa, mas, muito pelo contrário, ele tem de incluir de forma ativa essas pessoas.

Nós estamos vendo aqui um Plenário com muitas pessoas de origem negra, posso dizer que a grande maioria, mas ainda assim não temos um Plenário cheio, porque, infelizmente, este não é um assunto de principal interesse da população, que tende a querer cada vez mais normalizar o racismo e entender que isso é normal. Isso não é normal.

Nós temos, então, de trabalhar o racismo institucional por forma de ações afirmativas. Nós temos de problematizar a questão. Nós temos de trazer isto para os meios de divulgação. Nós temos de levar isto para os jornais. Isto tem de aparecer na nossa novela. A novela tem de mostrar pessoas negras em posições em que elas deveriam estar e não simplesmente relegá-las à condição de empregada doméstica, à condição de bandido ou bandido clássico, porque reproduzimos, então, o imaginário popular quando trazemos essas posições para as pessoas que estão ali apreendendo essa informação.

Eu gostaria de entrar num detalhe que para mim é o detalhe que me é mais caro, como Defensora Pública. Eu sou Defensora Pública da área criminal, então isso, para mim, é bastante evidente. A gente percebe que o novo encarceramento em massa é uma nova escravidão. Nós estamos segregando pessoas de uma nova forma, porque a escravidão já não é mais aceita. Então, nós encontramos formas de tirar aqueles indesejáveis do nosso convívio. Nós não queremos o criminoso, nós não queremos o negro. Então, nós vamos colocar o negro nessa figura. E a gente tem um encarceramento em massa de jovens negros.

Eu visito semanalmente os nossos presídios aqui no Distrito Federal – eu posso dizer que ainda são os melhores do País – e ali realmente a situação é de desumanidade. É de afastamento da dignidade daquelas pessoas que deixaram de ser humanas e deixaram de ser humanas muito tempo atrás, quando nós falávamos que não queríamos os negros convivendo conosco.

Em 1951, nós tivemos a primeira legislação que tratou sobre a discriminação, a Lei Afonso Arinos. Mas nós ainda precisamos evoluir muito.

Hoje os noticiários divulgaram a nova Miss Universo, uma mulher negra. Novamente nós temos mulheres negras nessa posição. Nós temos a ideia que começa a surgir de que o negro é bonito, mas nós temos que tomar muito cuidado para que isso não nos cale e não nos faça invisibilizar a luta que acontece há muito mais tempo. Hoje nós temos uma mulher negra sendo Miss Universo no nosso mundo. E isso aí é um motivo de muita vitória, de muitos aplausos. (*Palmas.*)

E o discurso dessa mulher trouxe uma fala que nós não podemos esquecer nunca. Nós precisamos empoderar não só essas mulheres, mas essas pessoas, para que elas possam buscar aquilo que lhes foi tirado há muito tempo.

Meu discurso aqui é eminentemente de reflexão. Nosso encarceramento traz muitos negros, traz negros nos crimes em que eles são mais penalizados. Então, nós temos uma penalidade muito alta para os crimes de tráfico e os crimes contra o patrimônio, que naturalmente são atribuídos aos negros, mas não percebemos que o nosso sistema é feito para encarcerar negros...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAYARA LIMA TACHY – ... e que isso demanda uma estrutura de poder e que a nossa estrutura de poder é naturalmente uma estrutura racista. Nós não percebemos que com isso tiramos direitos dessas pessoas. Elas têm o *status* delas alterado para sempre, porque elas



vão ser sempre ex-presidiárias. E a gente sabe o quanto já é difícil para um negro conseguir se inserir no mercado de trabalho sem nenhuma pecha de ex-presidiário. Nós tiramos a dignidade dessa pessoa.

Eu queria deixar, para finalizar, uma reflexão, uma frase de um grande filósofo do Direito, Silvio de Almeida, que é um dos maiores defensores dessa ideia de racismo estrutural, de que o racismo não é meu, não é seu, não é unicamente das instituições, mas é da nossa sociedade como um todo. Esta frase tem que pautar todos os dias a nossa luta pelos direitos de igualdade racial: "Não existe e nunca existirá respeito às diferenças em um mundo em que as pessoas morrem de fome ou são assassinadas pela cor da sua pele".

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos à Presidente da Associação dos Defensores Públicos do DF, Sra. Mayara Lima Tachy. Parabéns pela fala e pela exposição com o brilhantismo que esperávamos. Meus cumprimentos, Doutora. Parabéns!

Passamos a palavra agora à Mestre em Direito e Criminologia da Universidade de Brasília, a Sra. Deise Benedito. (*Palmas.*)

A SRA. DEISE BENEDITO (Para discursar.) – Boa tarde a todos e todas. Eu quero agradecer mais uma vez ao Senador Paulo Paim o convite que foi feito para estar aqui nesta sessão solene alusiva ao Dia dos Direitos Humanos e a população negra.

Para a gente começar a falar de direitos humanos, a gente tem que lembrar os conceitos humanísticos que dão direitos a seres humanos. E nós sabemos que, ao longo da história da humanidade, sempre houve aqueles que eram considerados menos humanos. E quando eu trago essa humanidade para o Brasil, os menos humanos foram os povos indígenas, que foram largamente extermínados e mortos. Os primeiros a serem torturados, os primeiros a serem aprisionados, os primeiros jovens a serem presos foram jovens indígenas.

Quando a gente fala dessa violência contra a mulher, as primeiras mulheres violentamente ultrajadas na sua dignidade foram as mulheres indígenas, não é? Então a gente não pode deixar de falar dos povos indígenas quando a gente vai falar de direitos humanos da população negra, até porque essa população foi protagonista da dor, do preconceito e da discriminação neste País.

E aí, quando eu falo também dos menos humanos, o que foi feito da população africana no Brasil? Jovens africanos que aqui ficaram na condição de serem escravizados. Porque eram jovens que vieram para cá. Eram jovens que vieram para desenvolver este País, para fazer este País crescer e se desenvolver durante o processo da escravidão.

E eu sempre digo que a escravidão que durou mais de 300 anos neste País foi uma execução penal sem crime. As pessoas, por serem africanas, automaticamente foram condenadas a cumprir uma pena neste País, serem açoitadas, sendo humilhadas, sendo despersonalizadas na sua essência de pessoa.

E aí, quando a gente fala desse processo da残酷da da escravidão, há dois períodos muito interessantes: 1789, que abre a grande revolução, os grandes comentários sobre a questão dos direitos humanos no mundo; e a França tem a guilhotina, tem a Revolução Francesa, em 1789. Então, enquanto a França proclama *égalité, fraternité, socialité*, cada um interpreta como quiser o resto, a população africana aqui estava sendo escravizada. E a França escravizava largamente outros africanos, falando de igualdade, fraternidade e solidariedade. E pregando o início de toda a história dos direitos humanos. Olhem a incoerência da Declaração dos Direitos Humanos.



O que foi a Revolução Francesa? Muito semelhante à Inconfidência Mineira. Vamos libertar, vamos nos livrar de Portugal; mas nenhum parágrafo diz: "vamos acabar com a escravidão".

Então, quando a gente fala da luta por direitos, a luta pela existência e plenitude de negros e indígenas sempre foi um grande desafio no nosso País, porque somos inadequados dentro dum padrão civilizatório branco e europeu. Somos inadequados. Indígenas, tratados... Até poucos dias, um procurador chamou os povos indígenas de vagabundos. E também ofendeu os quilombolas. Quer dizer, essa população é inadequada a acessar direitos; é despersonalizada na sua essência de sujeito de direitos.

E, aí, quando falamos dessa questão dos direitos humanos, temos de perguntar: o que são direitos humanos? O pleno direito a existir, o pleno direito a ter direitos. E, aí, quando a gente passa por essa história que foi a escravidão no Brasil, um dos piores crimes contra a humanidade desde o seu nascedouro é transformar as pessoas em não pessoas. A gente tem um grande caso hoje na nossa sociedade, que são os efeitos dessa execução penal sem crime que foi imposta. As sequelas do fim da execução dessa pena ainda perduram: o racismo, a discriminação, o racismo institucional, a violência racial.

E, aí, quando a gente fala dessa violência racial, a gente vê como ela se dá e como ela se propõe. Assim, hoje, aqueles jovens de 18 a 25 anos, que vinha largamente para o Brasil para trabalhar, da condição de traficados, hoje encontram-se presos na condição de traficantes. De traficados a traficantes. Eram objetos, eram licitamente trazidos para o Brasil e, hoje, estão presos por portarem objetos ilícitos. Olhem a ironia: terem os seus antepassados traficados, principalmente após o fim do tráfico – a lei que pôs fim ao tráfico é de 1850, e o tráfico perdurou ainda clandestinamente por mais de 50 anos neste País... E, aí, os mesmos processos que hoje a gente ouve falar do tráfico de drogas no Brasil... Era tráfico de drogas... Hoje, fala-se em tráfico de drogas, mas antes se traficava pessoas, jovens. Estes eram altamente comercializados junto com armas, o que não é diferente do processo de tráfico de drogas como a gente vê hoje.

Então, eu sempre falo: um país que durante 300 anos traficou carne humana não poderia deixar de ter um grande *know-how* no tráfico de drogas. A experiência é que fez com que isso se alastrasse até os dias de hoje. De traficados a traficantes. E presos como traficantes, mas não como grandes traficantes. Eu sempre digo e afirmo que esses jovens que se encontram presos, que trabalham no tráfico, na grande empresa das facções, são explorados nessa ótica capitalista da droga. Eles têm hora para pegar no fuzil, mas não têm hora para largar o fuzil. Essa é a grande verdade! O tráfico de drogas é uma grande empresa que gera lucros e dividendos para outras empresas e financia alguns políticos que frequentam esta Casa.

Ao mesmo tempo, quando a gente coloca essa situação, a gente coloca uma situação mais grave, que é a questão das mulheres que se encontram nas prisões, também uma grande maioria de mulheres condenadas pelo crime de tráfico de drogas. Mais uma vez: de traficadas a traficantes.

E, aí, quando nós vemos a história de vida dessas mulheres, nós nos perguntamos: quem são essas mulheres? De onde vêm essas mulheres? De onde vêm esses jovens que estão ocupando os lugares nas prisões? Eles vêm de uma política excludente, tão criminosa ou muito mais criminosa que qualquer delito praticado por eles, Senador. (*Palmas*.)

É o descaso das políticas públicas neste País, a ausência de compromisso no pós-abolição com escola, com moradia, com saúde, o que nunca foi assegurado para a população negra, nunca foi garantido a essa população negra, que só passa a frequentar a escola depois de 1930. E, quando nós falamos da educação, nós estamos falando de um direito que foi assegurado aos imigrantes: os



imigrantes italianos tiveram assegurado terra, trabalho e educação; e a população negra, não. E, na situação que nós estamos vivendo no nosso País atualmente, estamos beirando as mesmas condições do dia 14 de maio de 1888: sem trabalho, sem educação e sem moradia, porque, com as novas políticas que se avizinharam aí no que se referem ao acesso ao trabalho, ao acesso à saúde e à nova metodologia que está sendo aplicada para a empregabilidade de pessoas, veremos que a maioria da população negra vai continuar desempregada. Hoje ela é a maioria no trabalho informal, e vai aumentar essa informalidade. E aí, nós teremos uma população negra revivendo...

(Soa a campainha.)

A SRA. DEISE BENEDITO – ... a mesma saga de dor e sofrimento, descaso e discriminação que viveram seus antepassados.

E aí, quando a gente fala dessas mulheres negras, essas mulheres negras que estão lá são as mulheres que estão na base da pirâmide, são mulheres que são vítimas da violência doméstica, são mulheres que foram vítimas da violência obstétrica, da violência institucional dentro dos espaços públicos, dentro, principalmente, dos hospitais públicos deste País, em que médicos não colocam a mão em mulheres negras, onde as mulheres negras, durante o momento em que vão dar à luz, ficam mais tempo aguardando atendimento médico, porque dizem: "Mulher negra pode esperar. Elas são mais fortes" – uma visão racista e escravagista da dor e do sofrimento impostos a essas mulheres.

E aí, quando a gente vê essa situação da discriminação, a gente está vivenciando outros processos. A cor da nossa pele define os lugares em que temos que ficar e os não lugares, os que não devemos frequentar.

A gente está vendo, Senador, principalmente nos aeroportos, um novo método de abordagem em que, quando a gente passa, a luzinha apita, mas apita para preto. E aí a gente, na frente de várias pessoas, é obrigado a retornar, porque dizem: "Existe alguma coisa de suspeita com você". Eu ontem respondi, no aeroporto, a essa afirmação de que existia alguma coisa de suspeita: "Existe, a cor da minha pele. A cor da minha pele é a suspeição". Voltei e falei: "Você achou uma FAL? Você achou uma AR-15 ou uma AK-45 junto comigo?".

Quer dizer, você vê que as empresas estão atuando no sentido de coibir esse ir e vir – e são terceirizadas, as mesmas empresas terceirizadas que permitiram que um jovem negro fosse chicoteado no interior do supermercado este ano. Essas empresas ainda permitem que jovens sejam chicoteados no interior de supermercados, vítimas de tortura e maus-tratos! E aí, quando a gente fala isso, a gente ainda enfrenta não só essa questão da discriminação racial, como essa perseguição constante: "Aonde você vai? Quem é você?".

E aí, quando a gente fala disso, a gente também tem que ver um outro lado, que é esse lado da questão do extermínio. A gente, neste ano, foi brindado com os 80: "Oi, tenta ser negro; oi, tenta sair com a sua família num carro; oi, tenta entrar numa joalheria; oi, tenta ser bem tratado num hospital público; oi, tenta fazer uma denúncia numa delegacia". Foram 80 tiros que mataram uma família, 80 tiros por tentarem se divertir num final de semana. A bala que mata Ágatha, a bala que mata Marielle, a bala que mata vários jovens no fim de semana, a cada 23 minutos, porque, neste momento em que eu estou falando aqui, há um jovem negro sendo alvejado por bala em qualquer parte deste País...

E, aí, quando a gente fala disso, a gente também fala de um extermínio lento, gradual, seguro e eficaz para a política pública de extermínio de uma população neste País, porque, quando eu perco, no País, 60 mil jovens por ano, sendo que mais de 60% são jovens negros, na faixa de 18 a



25 anos, eu não estou só perdendo jovens; eu estou perdendo médicos, advogados, cientistas, engenheiros, analistas, políticos, Senadores. Eu estou também deixando de ter a contribuição desses jovens vivos no INSS (*Palmas.*) porque, se esses jovens estivessem vivos, por quantos anos de vida esses jovens poderiam trabalhar e contribuir? Então, é um País que dá tiro no pé.

Esse fuzil – saia de onde sair – sempre tem o gatilho do Estado apontado. É o Estado que está matando. Há várias formas de se matar hoje em dia: com a ausência da saúde, da educação, da moradia, do meio ambiente, com a questão quilombola, a questão indígena. Olhem as formas de se tirar aquilo que a gente considera inadequado neste País, varrendo para debaixo do tapete da extinção.

Quando a gente – já estou indo para o término da minha fala... Eu acho que há uma outra questão, que são os esforços empreendidos. Neste ano, nós somos brindados...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DEISE BENEDITO – ... com o pacote Moro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais dois ainda.

A SRA. DEISE BENEDITO – Fomos brindados com o pacote Moro, e foi criado, constituído na Câmara, o GT penal que realmente tinha o objetivo de atuar e reduzir os danos desse pacote Moro antes de ele vir para o Plenário da Câmara. Pela primeira vez, foram realizadas mais de 15 audiências, e, nessas audiências, a gente teve a presença de jovens advogados e juristas negros, como Marivaldo Pereira, Gabriel Sampaio e Silvia Souza, a primeira mulher negra a fazer uma defesa no STF, uma jovem negra que fez uma defesa contra a prisão em segunda instância. Pela primeira vez na história do STF no Brasil, uma mulher negra faz uma sustentação no STF. (*Palmas.*) Na nossa história!

Nós tivemos a participação de Lívia Casseres, Defensora Pública do Rio de Janeiro; Samuel Vida; Luciano Góes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DEISE BENEDITO – E ainda temos brilhantes defensores negros. Eu falo da defensoria, de todo o meu xodó pela defensoria, porque a defensoria trabalha com aquilo que ninguém quer trabalhar: pobre, preto, *gay*, lésbica, sem-terra, sem-teto, indígena. É colocar a mão no barro, é sentir a vida pulsando em busca de Justiça,

Eu queria que tivéssemos o mesmo número de promotores públicos – defensores da lei – e de defensores públicos, a mesma estrutura que há no Ministério Público. (*Palmas.*)

Eu queria ver isso nas defensorias públicas. Eu queria ter todo aquele conforto do ar-condicionado do Ministério Público nas defensorias públicas. Aí eu poderia falar do art. 5º, que fala do princípio da igualdade, do acesso à Justiça.

E, terminando, eu gostaria também, Sr. Senador, de aproveitar a oportunidade, já que a gente está...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. DEISE BENEDITO (*Fora do microfone.*) – Acabou o som?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não acabou não.

(*Soa a campainha.*)



A SRA. DEISE BENEDITO – Ah, tá. Já estou no fim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora reclamou e ganhou mais dois minutos.

A SRA. DEISE BENEDITO – Eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer não só ao Senado, na sua pessoa, mas a todos os companheiros que lutam neste momento, e dizer que Paraisópolis somos nós. Quando matam, quando exterminam, quando massacram, um pedaço de nós também é massacrado. É parte da nossa vida e da nossa história. Sabemos que os interesses são outros. Quando se fala da discriminação do *funk*, é uma discriminação bairrista de São Paulo, porque eu sou paulista e digo: é o preconceito contra os cariocas, é o preconceito contra o *funk* do Rio de Janeiro, é o preconceito contra uma juventude que não tem lazer e não tem aonde ir, porque, lamentavelmente, com respeito a todas as religiões, os locais de lazer de São Paulo foram transformados em igrejas evangélicas, em busca da compra de almas perdidas aos reinos dos Céus. Aí essa população não tem onde se divertir.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DEISE BENEDITO – Então, eles vão para as ruas, porque a rua nos acolhe, a rua nos recebe.

E aproveito para mandar solidariedade aos familiares de Paraisópolis e de todas as comunidades do nosso País, lembrando também que, quando se fala da Defensoria... E você falou brilhantemente. E o Humberto falou de Esperança Garcia e Luiz Gama. Que sejam Esperança Garcia e Luiz Gama os patronos da Defensoria Pública do Brasil!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos à Sra. Deise Benedito, Mestre em Direito e Criminologia da Universidade de Brasília (UnB), de longa jornada no movimento e sempre com a mesma fibra, a mesma raça. Parabéns!

Agora eu passo a palavra à Defensora Pública Federal Viviane Ceolin Dallasta Del Grossi, que convidamos hoje pela manhã para fazer uma exposição baseada no trabalho da Defensoria lá de São Paulo e naquele massacre da juventude negra. Fiz o apelo para que ela viesse aqui à tarde. De pronto, como boa defensora... Todos são bons. Todos os defensores, homens e mulheres, são bons.

A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI (Para discursar.) – Estou aqui.

Boa tarde a todas e a todos. Tomei um fôlego agora com essa fala maravilhosa da Profa. Deise. Cumprimento os colegas da Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem eu agradeço muito pelo convite – é uma honra e uma alegria estar aqui hoje, falando no Plenário o que eu já comentei pela manhã –, e também cumprimento os colegas, que eu já conheço de outros espaços, enfim.

Eu começo a minha fala hoje trazendo um caso. Profa. Deise, vou aproveitar que a senhora concluiu a sua exposição anterior com Paraisópolis e vou interagir com a senhora aqui para a gente conversar, fazer um bate-papo.

Paraisópolis. Direito de reunião na periferia.

Outro evento histórico que comprova a frustração do direito de reunião e a atuação inadequada da Polícia Militar do Estado de São Paulo ocorreu agora, longe dos holofotes do grande público, em Paraisópolis. Cansados da situação de violência, os moradores organizaram-se



e levaram ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo diversas declarações manuscritas, dando conta das inúmeras arbitrariedades dos policiais militares.

Segundo os moradores, é comum reunirem-se nas ruas para concretizarem seu direito ao lazer, já que o bairro, assim como ocorre, via de regra, nas periferias da capital, não proporciona oportunidades de entretenimento a eles. Assim, os habitantes da localidade reúnem-se na via pública, defronte a bares e restaurantes, para reverem os amigos e se divertirem, concretizando, assim, ainda que minimamente, o direito constitucional que todo cidadão tem ao lazer.

Contudo, vêm encontrando resistência da Polícia Militar, a qual, de maneira violenta, surge todas as noites e dispersa os moradores, violando-se o direito de reunião. Além de violarem o direito de reunião pacífica dos moradores, a Polícia Militar utiliza-se de métodos violentos, completamente desnecessários e desproporcionais.

O *modus operandi* que a Polícia Militar utiliza no bairro de Paraisópolis é o mesmo narrado nas outras manifestações que estamos descrevendo. Não permitem que haja aglomeração de pessoas, desrespeitando o direito constitucional de reunião, agindo de forma violenta e truculenta, com bombas de gás, *spray* de pimenta, armas de fogo com balas de elastômero, vulgarmente conhecidas como balas de borracha.

Profa. Deise, quando a senhora acha que aconteceram esses fatos que eu narrei agora?

A Sra. Deise Benedito (Para apartear.) – Não estão acontecendo de hoje. Já há muito tempo que Paraisópolis está sofrendo, como outras comunidades em São Paulo, e as pessoas temem denunciar pelas represálias que podem vir da polícia.

A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI – Exatamente! Esses trechos que acabei de ler são de uma ação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizada em 2014. Essas denúncias começaram em novembro de 2012, e em janeiro de 2013 Daiane ficou cega de um olho em razão de uma bala de borracha que perfurou seu globo ocular.

Então, o que eu quero trazer aqui hoje é que essa violência não é pontual. Essa violência é sistemática, é estrutural. Ela é uma violência que remonta há muito tempo e que já é de amplo conhecimento.

E também, para dar sentido à minha presença aqui hoje, eu quero dar voz e trazer outro relatório que foi feito, que foi o relatório *Círculo Favelas por Direitos*. Esse relatório foi feito pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública da União durante a intervenção federal ocorrida em 2018, em que o colega Thales Arcoverde Treiger, que, com seu trabalho de excelência, participou desse circuito, desse relatório, cujo maior legado, eu acredito, são os direitos, o respeito e a empatia, em que houve o recorrido por 30 favelas, em que houve uma aproximação e uma escuta da comunidade. E eu vou trazer aqui alguns relatos que constam nesse relatório cuja leitura eu recomendo fortemente. Vale a pena procurar o relatório *Círculo Favelas por Direitos*:

Tem sempre três ou quatro mais nervosos e mais abusados, e a gente, mulher, sofre mais com isso. Minha filha estava tomando banho, e dois policiais saíram entrando na minha casa e olhando tudo. Um foi ao banheiro e abriu a cortina com ela pelada dentro. Ela gritou e ele disse: "Cala a boca, sua piranha!".

[...]

O caveirão sempre vem também. O pior é que ele chega na parte que nem tem saneamento. Vem na área mais crítica, mais pobre. Arrebentam com os nossos barracos. Os policiais chamam a gente que é mulher de piranha. Dão tiro para o alto para a gente



sair da rua. Mas qual a diferença de estar na rua e em casa se eu moro no barraco? Não tenho nenhuma proteção, não. Eles entram nas nossas casas, mexem na panela, abrem a geladeira. Acham que tudo que a gente tem é roubado, pedem nota de tudo, tem que ter nota de tudo?

[...]

Fui tirado da minha cama 5h30 da manhã, estava dormindo, fui jogado no beco praticamente sem roupa e começaram a me agredir mesmo eu falando que era trabalhador e minha mãe mostrando a [...] [carteira de trabalho]. A minha sorte foi que os vizinhos todos saíram de casa e impediram que fizessem o pior comigo.

[...]

Eu estava com a minha filha, amarrando o cabelo dela, aí veio uma fumaça, era gás. Minha filha disse: "Mamãe, não estou conseguindo respirar". Acho que era represália porque colocamos um papel para avisar que tinha criança em casa e evitar os tiros. Minha filha fica apavorada, ela tem 7 anos, ela chora, não quer ir para a escola, diz que não quer me deixar aqui sozinha porque tem medo de me perder. Já pediram para entrar e revistar, veio com cachorro. A gente não sabe o horário que vai começar a dar tiro. Quando começa, eu boto a minha filha no chão e deito em cima dela.

Uma liderança local relatou a seguinte situação:

Trinta homens nessa favela que é pequena. Vários deles atirando pro alto. Pedi a documentação das ações que eles estavam fazendo e o policial respondeu: "Fala com o Braga Neto". Liguei pro batalhão e eles disseram que não estava tendo operação. A vida da favela toda alterada, as pessoas acuadas e impedidas de circular, sem que exista nada oficial, sem que a gente tenha a quem recorrer e saber o que está acontecendo, o porquê está acontecendo. A gente não é nada, a gente é lixo.

[...]

O camburão aqui trabalha como uma máquina de matar por dentro e por fora, porque acontece muito de a pessoa ser colocada lá viva e depois aparecer morta jogada em algum lugar.

Esses relatos dão conta de uma perspectiva de que a letalidade policial, que também consta nesse relatório, assume vários formatos, que são o impedimento de prestação de socorro, alteração de cena, execução, chacina. O relatório todo é permeado desses relatos das pessoas que participaram, dos colegas que participaram, dos colegas que foram até a comunidade.

Profa. Deise, acho que a gente não precisa de ar-condicionado, porque a gente tem mais é que estar na rua indo até onde as pessoas estão. É essa nossa missão. (*Palmas.*)

No final, o relatório conclui com muitas recomendações, mas uma que mais me chamou a atenção foi a recomendação de que não se faça revista nas mochilas de crianças, não se faça revista em crianças e que as revistas às mulheres sejam feitas por mulheres e não por homens. É tão óbvio e tão básico, mas precisa estar escrito isso. Onde faltam os direitos mais básicos, de dignidade, onde falta saneamento, onde falta comida, faltam também os direitos procedimentais mais básicos. Então, é algo que redonda, é uma coisa que leva a outra nessas regiões periféricas.

Mas eu volto aqui para a minha exposição para dar sentido...

(Soa a campainha.)



A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI – ... para comprovar que é algo muito de longa data. É imprescindível lembrar o caso Cosme Rosa Genoveva e outros *versus* Brasil, conhecido como Favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Foi a primeira condenação, foi o primeiro caso brasileiro, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que tratou da impunidade em casos de violência policial, em que a Defensoria Pública da União também atuou como *amicus curiae* e que tratou da impunidade da violência policial para casos que ocorreram em 1994 e 1995.

A corte assentou que a violência policial é problema de direitos humanos no Brasil. A condenação foi publicada em 2017, sendo que uma das condenações expressas da sentença da corte é a redução da letalidade policial no Rio de Janeiro. E, hoje, em 2019, após o prazo de cumprimento das determinações da corte, a letalidade policial no Rio de Janeiro só aumenta. Segundo dados oficiais do Observatório de Segurança Pública em 2019 sobre letalidade, 40% das mortes violentas cometidas no Rio de Janeiro são homicídios e decorrentes da abordagem policial. Então, a letalidade chegou a 40% no Rio de Janeiro. É um dado chocante.

Há falhas comuns nas investigações associadas à letalidade policial que são mencionadas também na ação da Defensoria Pública do Estado – que não sei se são falhas intencionais ou não. A gente sabe que há falta de exame médico legal nos policiais também, quando há esse confronto para saber se houve ou não confronto; há retirada dos corpos do local do crime por pessoas não autorizadas conforme os protocolos estaduais; há ausência de exame de corpo de delito nas vítimas. Então, eu não vou agora me prolongar lendo todas essas falhas, mas elas são muitas, muitas mesmo.

Segundo a Anistia Internacional, o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. E essa letalidade é muito direcionada, como já foi dito aqui. Essa violência produz reflexos diretos e nocivos nas camadas da população vulnerável, periférica, jovem e negra. E nesse sentido, para comprovar o que eu estou falando, é interessante trazer os dados, as informações da pesquisadora Flávia Medeiros, que trabalhou no IML do Rio de Janeiro por nove meses nas ações policiais, vendo os cadáveres das abordagens policiais. Ela fala: "Eu nunca acompanhei uma necropsia, tampouco vi nos registros produzidos pelos policiais o cadáver de uma pessoa branca morta por projétil de arma de fogo".

Em 2016, o Relatório Especial da ONU para Questões Relativas a Minorias já havia pedido a abolição dos autos de resistência, abolição do que se chamava de resistência seguida de morte; o auto de resistência como classificação oficial, realmente foi abolido, mas as execuções extrajudiciais e sumárias continuam ocorrendo. E a Profa. Deise também lembrou o pacote anticrime, que a gente espera que as excludentes de ilicitude permaneçam fora desse pacote, porque, caso elas passem, elas vão ser a autorização que não estava faltando – infelizmente.

Norberto Bobbio, na obra *A era dos direitos*, afirma que uma das poucas lições certas e constantes que podemos retirar da história é que a violência chama a violência não só de fato, mas também com todas as suas justificações éticas, jurídicas e sociológicas – o que é considerado mais grave.

Em relação aos fatos recentes ocorridos em Paraisópolis – os fatos recentes, porque a gente sabe que os fatos ocorrem há muito tempo –, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou a chacina e pediu a apuração dos fatos. A violência no nosso País é grave, sistêmica, estrutural e permeada de condutas desproporcionais.



A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, segundo informações gentilmente repassadas pela colega Daniela Trettel, comenta que há mais de 100 apurações sem conduta sendo apuradas. Nessas peças, eles exemplificam essas condutas desproporcionais com casos concretos.

Quanto a algumas teorias e teóricos cuja fundamentação...

É importante, neste momento, a gente tentar buscar alguma explicação teórica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI – ... alguma fundamentação, algo que possa nos dar pistas do que está acontecendo.

Neste contexto, eu acho muito pertinente lembrar a Teoria do Estado de Exceção Permanente, do teórico Giorgio Agamben, para quem o Estado de exceção permanente configura um Estado esvaziado, um espaço vazio de direitos. Não implica que isso aconteça dentro de uma ditadura, de um Estado totalitário.

E o que eu quero trazer aqui, com esse raciocínio, é que justamente Paraisópolis é o maior exemplo desse Estado esvaziado, em que não há políticas públicas e em que o Estado só chega para matar. Então, o Estado não chega lá, o Estado não fornece educação, o Estado não trabalha com posturas e condutas preventivas. O Estado só chega, o Estado falido só chega quando, na verdade, as pessoas estão se divertindo, né?

Ainda que oficialmente a gente também precisa reconhecer que a gente ainda não vive num Estado de exceção, afinal as polícias militares ao redor do Brasil e ao longo do nosso País não atuam só ilegalmente, elas não atuam na ilegalidade. A gente não pode dizer que a gente vive num Estado de exceção, mas a gente tem de prestar muita atenção porque há indícios de que, se a gente não tomar cuidado, a gente pode chegar, sim, nesse ponto.

Quando o Giorgio Agamben fala, ele fala de um Estado de exceção para um cumprimento de determinados objetivos. Sobre esses objetivos, eu também não posso deixar de mencionar o filósofo camaronês Achille Mbembe, cuja obra temos à disposição, a *Necropolítica*. Ele não fala em Estado de exceção. Ele trata como soberania. Para ele, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI – ... quem é descartável e quem não é.

O necropoder consiste na decisão soberana de quem vive e de quem deve morrer. Exercer controle sobre a mortalidade e a relação com o Estado de exceção são a base normativa do direito de matar.

E aqui, também, eu volto a refletir sobre as questões do pacote anticrime para que a gente não esqueça.

Para além da chacina de Paraisópolis, em que Bruno, Dênis, outro Dênis, Eduardo, Gabriel, Gustavo, Luara, Marcos e Mateus morreram, também temos o Lucas, de 14 anos, de Santo André, que apareceu morto numa represa recentemente, o Miguel, de 12 anos, de São José dos Campos. São inúmeros casos, e eu acho importante nominá-los porque, nessa perspectiva de mudança de mentalidade, a gente vai ter de passar por uma questão de justiça de transição de verdade, de memória...

(*Soa a campainha.*)



A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI – ... e essas pessoas precisam ser lembradas.

O Condepe, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em São Paulo – estou concluindo –, está tendo uma atuação e já criou um comitê interinstitucional com várias organizações de defesa para apuração das mortes e das circunstâncias das mortes, já que recentemente saíram os laudos preliminares em que não há marcas nos corpos, em que as mortes ocorreram por asfixia, enfim.

Então, hoje, conforme informações do Presidente do Condepe, Dr. Dimitri Sales, deve ser formalizada a Comissão Externa com uma reunião agora com o Governador às 18h, cujo papel – dessa Comissão – será técnico, não substituindo o Poder Público.

Nesta semana, dia 11, às 15h, nós teremos também uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado para apurar as circunstâncias das mortes e também as preocupações que a gente deve ter no sentido de fornecer apoio, amparo psicológico...

(Soa a campainha.)

A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI – ... e material às famílias.

Eu queria concluir falando que neste País, realmente, a gente tem um crime muito grave. Nós temos um crime de extrema gravidade que é punido com pena máxima e para o qual nós não precisamos atingir a maioridade penal para ser punidos: é o crime de nascer pobre e, mais ainda, mais qualificado ainda, se formos negros, jovens e periféricos.

Eu trago isso para reflexão – as colegas já trouxeram a questão da escravidão –, e eu espero também que, nesta data de comemoração, em 2030, graças à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a gente possa dizer que isso não exista mais, ainda que seja uma utopia, que em 2030 algo tenha melhorado, porque hoje, realmente...

(Soa a campainha.)

A SRA. VIVIANE CEOLIN DALLASTA DEL GROSSI – ... a gente tem essa política sistemática do Estado institucionalizada, esse racismo institucional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Defensora Pública Federal, Sra. Viviane Ceolin Dallasta Del Grossi, meus cumprimentos.

Por isso que há duas Defensoras na Mesa, pelo trabalho de vocês.

Concluindo os trabalhos desta Mesa, convido agora a Coordenadora do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, Sra. Makota Celinha.

A SRA. MAKOTA CÉLIA GONÇALVES (Para discursar.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu gostaria de, na pessoa do meu companheiro Senador Paulo Paim, cumprimentar toda a Mesa, dizer que é um grande prazer estar aqui e trazer um pouco...

Eu gostaria um pouco de pegar essa data, Senador, e perguntar: por que há o 10 de dezembro? Por que a ONU criou essa data? Foi uma tentativa de mostrar para a humanidade que vidas importam, isso, em 1948, quando o mundo saía da Segunda Guerra Mundial, de um processo perverso de colonialismo. Infelizmente o homem não aprendeu com a lição.



Em 2019, nós estamos aqui no Senado do Brasil ainda discutindo o direito à vida, ainda discutindo o direito à prática religiosa. Então, acho que a gente tem que trazer esse resgate porque quando você espera...

A criação do dia 10 de dezembro, como o Dia Internacional dos Direitos Humanos, era para marcar o mundo sobre a importância da vida. Quantos anos se passaram e nós ainda não aprendemos isso? Então, o homem não aprendeu ainda a lidar com isso, e, nesse sentido, eu acho muito triste estar aqui.

Eu queria estar fazendo poesia, sabe, Paim? (*Palmas.*)

Eu queria estar fazendo poesia. Eu queria neste momento estar descansando, estar relaxando, contando piada, mas não! Eu tenho que discutir que eu tenho direito de viver, que eu tenho que ter direito de rezar. É um retrocesso do ponto de vista da humanidade. Isso porque as lições não foram aprendidas. Nós somos um País construído e consolidado com base no trabalho escravo, onde milhões de africanos foram escravizados e submetidos à mais vil forma de se tratar um ser humano.

Mas o nosso Brasil é um País que sonha em ser um País branco, mesmo que todos nós saibamos que ele foi construído por pretos e pretas. E é esse sonho de ser um País branco que leva este País a nos negar, que leva este País a fazer o que faz com sua população negra. E aí eu quero trazer uma discussão. Eu não sei matemática – sabe, Senador? –, mas eu nunca ouvi falar que 54% é minoria. (*Palmas.*)

Se nós somos 54% da população, por mais que eu não saiba fazer conta, eu não consigo entender que 54 é minoria.

Então, eu acho que o que acontece é que talvez o Estado não reconheça esses 54% como legítimos e aptos, cidadãos aptos a receberem os mesmos direitos, que são garantidos à minoria de 46%, que são os não negros. É isso. A minoria para mim são os não negros, 46%, porque 54% é a maioria da população, e é nossa, é de negros e negras.

Mas, infelizmente, há inversão de valores nesse sentido. E para nós, negras e negros, que há séculos vivemos uma história de negação de nossa importância política, social e econômica neste País, os poderosos deste País, meus queridos, não honram a ideia de ser esta Pátria uma Pátria, mãe gentil, como agora há pouco nós cantamos no Hino Nacional.

Na verdade, esta é uma Pátria que não tem nada de gentil para com a maioria de sua população.

E aí, quando eu venho trazer isso, do ponto de vista da minha prática religiosa, a situação é muito pior, porque este País, que foi forjado com grandes diferenças sociais, com grandes diferenças econômicas, onde cada vez mais uns poucos têm muito e os muitos não têm nada, é um País que, inclusive, me nega o meu direito à minha prática religiosa. E, por isso, eu estou aqui debatendo este direito à nossa prática religiosa, e numa conjuntura em que nós não temos tempo para poder descansar, fazer poesia, rezar, cantar, ler um bom livro. Os caras nos ocupam 24 horas por dia há um ano. Se a gente bobear, a gente não dorme, não come, porque a todo segundo é um ataque, a todo segundo o ódio aparenta, e isso nos adoece. E isso nos adoece!

E é exatamente essa conjuntura que faz com que essa onda de racismo religioso cresça, essa onda de racismo em que as pessoas não nos entendem como seres de iguais direitos. É essa conjuntura que nós vivemos hoje em nosso País, porque infelizmente a prepotência, a banalização da fé, da minha subjetividade, da subjetividade do meu povo têm sido recorrentes em tempos modernos.



Que modernidade é essa? Que civilidade é essa? Que civilização é essa que me nega como ser, como pessoa que pensa? Porque é isso, é isso que o racismo religioso faz conosco.

E há infelizmente uma certeza tão grande de impunidade correndo a passos largos em nosso País, que as pessoas hoje se sentem no direito de depredar, de desrespeitar, de vilipendiar o que não lhes pertence, porque elas sabem que não vão ser punidas, porque elas sabem que há no País hoje uma corrente que incentiva isso, que incentiva esse ódio.

Caminhos racistas, meus senhores e senhoras, na contramão do real significado do que seja ter fé. Eles não praticam o que realmente deveriam praticar e nos ensinam o que é ser religião. Pelo menos a minha religião me ensina a acolher, a cuidar, a preservar a integridade e a vida do outro. Eu aprendo isso no meu terreiro. E, por isso, nós somos vida. Na porta de terreiro vocês não vão encontrar mendigos nem pessoas sofrendo ou pedindo porque eles vão estar lá dentro comendo, sendo cuidados e acolhidos. (*Palmas.*)

E é exatamente essa forma de ser da minha religião que incomoda os racistas. Eles têm inveja, têm inveja porque eu rezo dançando, porque eu rezo cantando, eu bato palma. Eu sou feliz na minha forma de rezar. E eu não tenho culpa se a religião dos outros não é uma religião de felicidade. Eu não tenho, porque eu sou feliz e adoro ser feliz na minha prática religiosa. E é isso que alimenta o racismo religioso, uma inveja profunda. Porque nós acolhemos, nós não recolhemos. Porque nós tratamos, nós alimentamos. (*Palmas.*)

E é exatamente dessa incapacidade de se ver no outro, dessa inveja à minha fé, daí, para dar um pulo para a prática da intolerância religiosa, é assim ó! Porque eu banalizo: o acarájé do terreiro é do diabo; na igreja é bolinho de Jesus.

(Soa a campainha.)

A SRA. MAKOTA CÉLIA GONÇALVES – O banho de descarrego no terreiro é do diabo; na igreja é abençoado. E, aí, eu sinto muito, meus senhores, se as pessoas não dão conta de perceber que ter fé, rezar, ser feliz é pessoal. Ninguém precisa se preocupar se a gente vai para o inferno ou para o céu. Se cada um cuidar da sua vida, nós já estamos com meio caminho andado quanto à intolerância. (*Palmas.*)

Mas, infelizmente, não é isso que acontece. As pessoas têm usado o nome de Deus, de Jesus para oprimir, para matar, para depredar. E isso, a meu ver, vem de encontro a uma não profissão de fé. Até porque fazem todos esses atos em nome de uma pessoa que foi a única pessoa que não criou nenhuma religião e que se chama Jesus Cristo. As pessoas matam em nome de alguém que pregou o amor. As pessoas depredam em nome de alguém que veio atrás dos doentes e não dos saúses. Pelo menos é isso que deviam aprender nas igrejas quem lê e quem conhece a história. Mas, não! As pessoas não dão conta disso.

Portanto, eu não consigo compreender que, em 2019, ainda haja pessoas que, em nome do que acreditam terem recebido como exemplo e ensinamento, caminhem pelo caminho do ódio, da banalização; preguem a morte através do armamento civil; defendam a família, mas aceitem a homofobia e preguem a morte dos *gays*, em nome de Deus.

Mas nós precisamos, Senador Paulo Paim, responsabilizar o Estado brasileiro. Nós precisamos responsabilizar, pelo descaso, pela omissão, pela incapacidade de fazer valer suas próprias leis, o Governo brasileiro. Porque, para mim, não adianta você ser signatário dos melhores tratados, ter as melhores leis, se você não dá conta de cumprir a básica: proteger seu cidadão. (*Palmas.*)



Porque não adianta nós falarmos que o nosso País é democrático, que o nosso País tem as melhores leis, se eu nunca vou ver um racista na cadeia, porque eu nunca sei o que vai sair da cabeça de um juiz, como não sei o que sai de um monte de lugares.

É isto: estou na mão da subjetividade de um interpretador de leis, e esse não é, para mim, um princípio de justiça. Então, essa é a grande questão. Para mim, o Estado brasileiro tem que ser responsabilizado. Estou vendo aqui a Dra. Débora Druprat – a nossa solidariedade à senhora (*Palmas.*) o nosso carinho.

E aí eu queria dizer que o nosso Estado não cumpre com aquilo que lhe é básico, que é proteger seus filhos e suas filhas, pelo menos em relação aos pretos e às pretas. Nós sabemos que ele não nos protege, não nos cuida, não é uma Pátria, mãe gentil; foi uma Pátria, mãe exploradora, e que ainda hoje não nos reconhece.

Mas tudo isso se soma a um sistema político que não nos representa, a um sistema político que é reflexo e propulsor de desigualdades, a um sistema político em que nós não nos vemos, em que não nos encontramos, em que não há negros, mulheres, pobres, trabalhadores e trabalhadoras, a um sistema político falido, que reforça a posição de um Estado que não cuida de seus cidadãos.

Para mudar esse estado de coisas é preciso urgentemente a criação de um novo sistema político que nos inclua e em que caibam todos e todas as brasileiras; um sistema político que seja para todos, em que tenhamos um Parlamento real, que seja, de fato, a Casa do Povo, em que os Parlamentares eleitos democraticamente sejam os defensores da democracia, da liberdade e do direito.

Precisamos ainda pensar um Estado laico, que, de fato, assim o seja; um Estado que compreenda a sua diversidade e...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAKOTA CÉLIA GONÇALVES – ... pluralidade; onde rezar seja um direito para quem o quiser fazer e da forma como o quiser fazer; e onde também quem não quiser rezar tenha esse direito assegurado. Nós não queremos que o Estado brasileiro reze, mas nós queremos que o Estado brasileiro respeite a nossa forma de rezar.

Aí, sim, nós conseguiremos avançar para vencer o ódio, que, diga-se de passagem, não é nosso. O racismo também não é um problema dos pretos e das pretas, é um problema do racista. Isso não é um problema nosso. A intolerância religiosa não é um problema meu; é um problema do intolerante, que não dá conta de me entender como sujeito de direito. Portanto, quem está perdendo a humanidade não sou eu, é ele, assim como os homens que fazem violência contra as mulheres. Quem perde a humanidade são eles, que, daqui a pouco, precisam ir para a jaula. Do contrário, nós continuaremos a ver a prepotência dos que se acham melhores que os outros a reinar absoluta, na contramão do real significado do que seja fé, do que seja viver em coletividade.

É preciso que o Estado brasileiro seja responsável e puna os criminosos racistas religiosos, dando uma demonstração de que se importa com o bem-estar de todos e todas, mas nós não podemos ter ilusão, pois a roupa institucional não cobre os corpos negros. Nunca cobriu! A roupagem institucional não nos cobre! Nós temos que ter essa certeza, mas nós não podemos deixar de denunciar que nós precisamos fazer parte dessa roupagem.

Quebrar terreiros não pode ser considerado...

(*Soa a campainha.*)



A SRA. MAKOTA CÉLIA GONÇALVES – ... uma banalidade. Proibir-nos de usar roupas e contas tradicionais não pode ser considerado normal. É preciso uma atitude objetiva e concreta, um recado de nossas autoridades contundente de que este é, de fato, um país de todas e todos os brasileiros, com sua subjetividade. Não podemos entender como normal uma guerra santa – se é guerra, já não é santa!

Estou terminando, Senador.

E nós povos de terreiros já vimos, há séculos, demonstrando a generosidade e a sabedoria dos africanos e aquilo que nós aprendemos em nossas casas: que nossa tradição e nossa fé é muito maior que a prepotência e o ódio que os racistas têm de nossa felicidade em ser tradição. (*Palmas.*)

Porque o que, de fato, incomoda esses senhores é a nossa felicidade, é a nossa tradição ser viva, é a nossa fé ser uma fé viva que se readapta a todo processo de opressão deste País.

Eles não nos calarão! Eles ainda não aprenderam isso? Não calaram em 519 anos, vão calar agora?! Não, eles não calarão, porque o nosso Deus é um Deus de amor, que nos faz completos, complexos, firmes, resilientes e resistentes.

Quebrar nossos templos não nos fará desistir de nosso sagrado; ao contrário, alimentará a nossa fé, pois temos como princípio a defesa intransigente de nossa ancestralidade. Nós não viemos parar aqui a bordo de navios de turismo, e nem como imigrantes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAKOTA CÉLIA GONÇALVES – Chegamos aqui escravizados, resistimos, construímos nossa diáspora. E não é uma onda fascista e racista que nos fará desistir de ser quem somos, oriundos do útero do mundo. Nós somos africanos na diáspora. Porém, exigimos que nos respeitem.

Doeu muito ver o STF, com um monte de juiz branco, cristão, julgar o meu direito à minha prática religiosa. Como doeuf! Mas não importa, eles não conseguirão nos calar porque nós somos mais fortes do que eles. Nós queremos que esse Estado reconheça isso e nós queremos dizer, alto e bom som, que, apesar de não se viver do passado, o passado – principalmente o nosso passado, de negras e negros brasileiros – é a nossa vida.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAKOTA CÉLIA GONÇALVES – Nós sabemos que, para desmontar a casa grande, nós precisaremos de ferramentas que não sejam as ferramentas da casa grande. E estamos construindo essas ferramentas, como há séculos nossos ancestrais as construíram, resistiram e nos deixaram como legado a tradição, a cultura, a resiliência, a resistência e principalmente a fé, a religião e a religiosidade praticada e exercida em terreiros de todo o País.

O que nos une, senhoras e senhores – e terminando –, jamais será a luta contra o racismo, como pensam aqueles que não nos conhecem. O que nos une são os princípios africanos, a plasticidade de nossas tradições, o jeito *ubuntu* de ser, que antecede a nossa luta, até porque o racismo é um problema dos racistas, e ele é muito mais do que uma mera reação; é uma mentalidade que alimenta a prepotência.

Um grande axé! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos, de forma muito carinhosa, à Coordenadora Nacional do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira, Sra. Makota Celinha. Parabéns!



A SRA. MAKOTA CÉLIA GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seu improviso fez com que eu guardasse o escrito do Presidente da Casa, que está aqui, porque eu vou falar em nome da Presidência.

Vou convidar os senhores e as senhoras para que retornem ao Plenário e vamos para a segunda Mesa, de imediato.

Muito obrigado a todos e uma salva de palmas para esta Mesa. Meus cumprimentos! Valeu!

Convido, de imediato, o Sr. José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. Já estive lá visitando, é muito bom.

Convido a Sra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal e Coordenadora do Grupo de Trabalho Nacional de Políticas Étnico-Raciais da DPU. (*Palmas.*)

Sra. Maria Aparecida de Laia, Presidente do Instituto de Pesquisa e Ensino para o Desenvolvimento Social (Ipedes). (*Palmas.*)

Sr. Toni Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+. (*Palmas.*)

Sra. Ana Claudia Pereira, Gerente de Projetos da ONU Mulheres. (*Palmas.*)

Sr. Antônio Crioulo, Coordenador das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). (*Palmas.*)

Por fim, com enorme carinho e respeito, pela história de todos, mas ela ultimamente está sendo, eu diria, atacada... Permitam-me que eu use esse termo, é por minha responsabilidade. Convidamos com muita satisfação a Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. (*Palmas.*)

E o Sr. Tom Farias, jornalista, escritor, biógrafo e crítico literário, com especialização em literatura do final do século XIX e autor de diversos livros. (*Palmas.*)

Queria ainda fazer um registro rapidamente, registro de presença: 1^a Secretária da Embaixada da República Francesa, Sra. Stéphanie Carpentier; representante da Embaixada da República do Malawi, Sra. Janaína Dantas; representante do Governador de Santa Catarina e Assessora da Secretaria Executiva de Articulação Nacional, Sra. Márcia Regina Sbeghn; Presidente da Confederação Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sra. Sílvia Siqueira; e Assessora Especial da Secretaria de Estado de Educação do DF, Sra. Janaína Andréa Almeida; e ainda o Procurador-Geral da Câmara Municipal de São João de Meriti, Rio de Janeiro, Sr. Wellington Luiz Messias da Silva; e representantes da Frente das Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno, Sra. Maria Andrade, Sra. Jovina Teodoro e Sra. Margareth Rose Santos Alves.

Por um problema de voo, eu passo a palavra, de imediato, ao Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+, Sr. Toni Reis.

Estou dando dez minutos para cada um e mais cinco, se necessário.

O SR. TONI REIS (Para discursar.) – Boa tarde a todos, a todas e todes. É um prazer muito grande estar aqui. Gostaria inicialmente de colocar nossa bandeira da diversidade aqui neste momento tão solene. Nós estamos comemorando 71 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vou deixar aqui bem bonitinho, bem fora do armário. Está certo?

Quero saudar o nosso querido Senador Paulo Paim. Hoje pela manhã, Senador Paulo Paim, fiquei triste com a notícia de que o senhor não quer ser candidato mais. Não, o senhor tem que continuar! Então, eu vou fazer um apelo aqui: esse homem tem que continuar essa luta como



Senador, como Governador, como Presidente (*Palmas.*) e não desista, nós precisamos do senhor. É fundamental a sua garra e a determinação que o senhor tem aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso dizer rapidamente? Com esse mandato, são 40 anos de Congresso: quatro de Federal e três de Senador. Eu queria muito semear, semear, para que uma juventude começasse a tocar as bandeiras que nós todos tocamos ao longo das nossas vidas. Esse é o objetivo. E começar a avisar sete anos antes.

O SR. TONI REIS – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é tua.

O SR. TONI REIS – Mas, Senador, então a gente continua fazendo um apelo: continua! E o senhor tem muito a nos ensinar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sete mandatos.

O SR. TONI REIS – Também quero saudar a nossa querida amiga, maravilhosa, essa senhora, Deborah Duprat. (*Palmas.*)

Hoje, numa sessão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, nós da Aliança Nacional LGBTI+ concedemos-lhe o prêmio, juntamente com a Rede GayLatino, em 22 países, pelo reconhecimento que a senhora tem sobre direitos humanos no Brasil. Se uma pessoa tiver que nominar cinco pessoas dos direitos humanos neste País, o seu nome com certeza estará. E olhe que eu estou há 35 anos nessa luta. Os seus 15 dias lá na Procuradoria-Geral da República foram os melhores 15 dias que nós já tivemos neste País. A senhora defendeu todos e todas: a senhora defendeu índio, a senhora defendeu LGBT, a senhora defendeu mulheres, a senhora defendeu negros e negras. A senhora defendeu todos. A senhora representa os direitos humanos. Nós não poderíamos deixar de prestar essa homenagem à senhora nesse dia tão significativo que é o dia de hoje.

Sr. Senador Paulo Paim, eu quero começar com um depoimento pessoal: eu vim aqui, eu fiquei emocionado, eu chorei umas duas vezes, fui procurar meu WhatsApp... Eu quero falar uma questão: eu estou há 30 anos casado com o meu companheiro, um inglês maravilhoso, e nós adotamos três filhos. Nossos três filhos são negros. E eu quero contar três fatos que aconteceram de racismo: primeiro, meu filho foi estudar numa escola pública, porque eu sou um defensor da escola pública, e ele falou: "Pai, eu estou muito triste com o senhor". Eu disse: "Por que, meu filho?" "Porque eu não pude resolver um problema na escola. Eles estão me chamando de feijoada, nariz de batata e cabeça de caixa-d'água". Eu fui rápido lá falar no colégio. A equipe pedagógica falou assim: "O senhor tem que mandar o seu filho para um psicólogo. Ele precisa de um psicólogo. Ele não tem autoestima". Falei: "Meu amigo, como pedagogo, como pós-doutor em educação, eu acho que quem tem que ir para o divã é essa escola racista. Vocês têm que fazer um trabalho. Uma escola tem que ensinar a respeitar todos. Isto não pode acontecer". (*Palmas.*)

E o meu filho falou: "O senhor é culpado, meu pai, porque o senhor ensinou que violência não se combate com violência, e eu sou forte, podia bater nos meus amigos. Mas você não permite!" Eu disse: "Não se pode bater nas pessoas! Violência não se combate com violência. Escuridão não se combate com escuridão, se combate com luz".

Outro dia fui convidado VIP, very important person no Rock in Rio. Eu e meu companheiro passamos. Muito bem, meu filho negro parou. Aí, você já fica... A gente querendo ver os artistas



lá dançando e cantando e tal, e o meu filho... E aí eu fui pedir para o senhor. Perguntei porque eu havia passado e o nosso filho foi parado para ser revistado. Ele disse: "É padrão, é padrão".

Então, infelizmente o racismo existe, pessoal, existe.

Minha filha, em um *shopping center* em Curitiba, numa livraria que eu gosto muito de frequentar com eles... A primeira coisa que chega é o assédio moral. Aí eu bati no senhor e falei assim: "O senhor está assediando a minha filha. Isso não pode. "Então, é sua filha, Sr. Toni Reis?" Eu disse: não, qualquer pessoa. Não é a cor dela que vai dizer se ela está roubando ou não.

Então, minha solidariedade ao povo de negros e negras no nosso País. Isso eu estou sentindo na pele, porque falou do filho da gente, mesmo sendo adotado, mesmo sendo adotado, fala da gente.

E o número, Senador Paulo Paim – isso não estava no improviso aqui –, hoje nós temos 60 casais preparados para adoção, e temos 5 mil crianças e adolescentes para serem adotados. Sabe quais são as que estão lá e não são adotadas? As crianças negras e as crianças acima de 5 anos.

Estão existe, sim, o racismo, e os nossos racistas têm que rever, pessoal... Nós não podemos continuar com esse tipo de situação. Olha que eu luto pela comunidade LGBTI+ há 35 anos e sempre fui muito solidário, mas agora estou sentindo na pele essa questão do racismo.

Muito bem, hoje nós estamos aqui comemorando o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Hitler, com a sua fama e seu posicionamento ideológico de racista, nazista e fascista, queria eliminar todas as pessoas que não fossem arianas. Aí ele eliminou 6 milhões de pessoas judias, eliminou 19 milhões de pessoas chamadas "indesejáveis", entre eles idosos, Testemunhas de Jeová, pessoas LGBTI – naquele tempo chamavam de homossexuais, pessoas com deficiências físicas e mentais, comunistas, opositores ao regime nazista, ciganos, mulheres estéreis, presidiários e pessoas que não se encaixavam no protótipo ariano.

E aí a Liga das Nações, em 1948 – não era a ONU naquele tempo –, fez o documento chamado Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que todos nós nascemos livres e iguais em direito e dignidade. E nós temos que comemorar ou reclamar essa dignidade humana, porque ainda infelizmente o povo negro não a tem, as mulheres ainda não a têm, a comunidade LGBTI ainda não a tem e muitas outras que eu poderia ficar enumerando. Por isso, é importante a gente rever isso.

E eu quero aproveitar este momento para a gente perceber essa onda de ódio em nosso País e rememorar essa declaração dos direitos humanos, porque, em 1933, na Alemanha, começou a questão da exclusão do povo judeu, começou a discriminação, começou a retirada de direitos, a segregação das pessoas, a criminalização, o encarceramento, o trabalho forçado, a aniquilação e o extermínio. Eu espero que a gente relembrre: nós temos que estudar história para não repetir.

(Soa a campainha.)

O SR. TONI REIS – Então, nesse sentido, nós precisamos de audiências como esta para a gente reclamar.

Infelizmente, a cada 19 horas uma pessoa LGBTI+ é assassinada no Brasil e uma pessoa LGBTI é agredida a cada 2 horas. A vida das pessoas trans dura apenas 35 anos. A taxa de suicídio, na nossa comunidade, é 8 vezes a da comunidade heterossexual.

Ainda temos, em nosso País, essa questão de *fake news* que hoje pela manhã eu detalhei. As pessoas tentam dizer que nós queremos destruir a família. Nós não queremos destruir a família de ninguém, nós queremos construir a nossa, do nosso jeito e da nossa forma. Nós não queremos legalizar a pedofilia, nós somos contra a pedofilia. Nós não queremos explorar as crianças



sexualmente. Nós não queremos transformar ninguém em LGBTI, nós não queremos ensinar ninguém a ser, as pessoas são. Nós não queremos legalizar o incesto. E também, infelizmente, o senhor filho do Presidente comparou a relação entre pessoas do mesmo sexo a uma relação com cães, com cachorros. Nós não queremos legalizar a zoofilia no Brasil. Isso é importante que se diga.

Acho que nós temos que ter mais amor, mais carinho, mais afeto. Nós temos que levar luz a essas pessoas, nós temos que levar racionalidade. Acho que, com tudo o que ouvi aqui, Senador Paim, com tudo o que ouvi das pessoas que nos antecederam na mesa – e com certeza nós vamos ter muito para ouvir nesta segunda mesa.

É como *No Caminho, com Maiakóvski*, do poeta Eduardo Alves da Costa. E aí eu vou fazer algumas adaptações. "Na primeira noite eles se aproximaram e roubaram uma flor do nosso jardim. E nós não dissemos nada". É o que aconteceu lá em Paraisópolis. Nós temos que dizer, nós temos que denunciar isso. "Na segunda noite, já não se escondiam: pisaram as flores, mataram nosso cachorro e nós continuamos a dizer nada. Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossas casas, rouba-nos a luz e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta e já não podemos dizer mais nada".

Então, esta é uma mensagem com a qual eu acho que temos que nos solidarizar. Todas essas milhões de pessoas que se dizem minoria têm que estar unidos. Nós não podemos largar a mão de ninguém e nós temos que lutar pelos direitos humanos de todas e todos.

Por último, quero dizer que a questão dos direitos humanos não é partidária, não é do pessoal de esquerda, de direita ou do centro, é de todos. Nós precisamos defender a Constituição Federal.

Também lembrei, hoje pela manhã, o Ayres Britto falando em nome dos homenageados no nosso congresso internacional, lá em Curitiba. Ele falou: "Nós temos a solução para todos os nossos problemas". Aí ele fez um suspense e pediu ao seu assessor para tirar da sua maleta um livro. Mostrou para a gente: "Está aqui a Constituição Federal. Se a gente cumprisse a Constituição Federal, estaria tudo de bom para nós, porque lá diz que ninguém será discriminado, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

Então, nesse sentido, vamos cumprir a Constituição, vamos nos respeitar, vamos colocar a cara no Sol e defender todos e todas, independente de raça, credo, religião, orientação sexual e identidade de gênero.

Mais uma vez, parabéns, Paulo Paim, por todo o seu trabalho como defensor dos direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antônio Reis é Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+ e é chamado por todo o País para fazer palestras com o brilhantismo de sempre.

Queria só registrar a presença do coordenador do Centro Social Marista de Porto Alegre (Cesmar), Sr. Miguel Antônio Orlandi, grande frei, e do diretor do jornal Brasil Popular, Sr. Nilo Barros. Embora não tenha colocado o nome aqui, eu o conheço de longe, militante dos direitos humanos, faz um trabalho belíssimo nas periferias, está lá de cabelo branco o Leonel. Bem-vindo também, Leonel.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ VICENTE (Para discursar.) – Boa tarde a todas. Boa tarde a todos.



Querido Senador e amigo Paulo Paim, primeiramente, eu quero dizer da minha grande satisfação de novamente ter sido convidado para poder participar dos trabalhos desta Casa e quero, por conta disso, dizer, então, da grande alegria, da grande satisfação e mesmo da gratidão, primeiro, de poder novamente estar nesta tribuna, mas, segundo, por saber que desta tribuna ainda possovê-lo como vi todas as outras vezes e, aovê-lo, a satisfação de que não estou sozinho do lado de lá e de que nesta Casa nós temos uma representação à altura das nossas necessidades, à altura da luta que está e que precisa ser lutada. De modo que, fazendo coro com o nosso articulista que me antecedeu, eu também quero que, nos próximos sete anos, nós outros convençamos de que o seu lugar é aí, preferencialmente como Presidente desta Casa. Então, aí é o seu lugar e aí é que nós precisamos de você por mais 40 anos. (*Palmas.*)

Quero, na pessoa de V. Exa., cumprimentar a queridíssima amiga Procuradora Deborah Duprat. E aqui peço licença para falar também como membro da Comissão Arns para dizer que nós somos solidários, que nós a reconhecemos como baluarte na defesa dos direitos, dos direitos humanos, dos direitos do negro e que isso será só uma pequena ventania, logo as coisas voltarão ao normal e tudo haverá de prevalecer. Conte conosco. Conte com a nossa solidariedade.

Quero transmitir também um abraço à Defensora Pública Federal Rita Cristina de Oliveira, prazer em revê-la; à Presidente do Instituto de Pesquisa e Ensino para o Desenvolvimento Social, a minha estimada amiga Maria Aparecida de Laia, colega de voo e de táxi – viemos juntos – e uma grande amiga que, em São Paulo, me auxiliou a fazer essa longa travessia da trajetória do jovem negro.

Quero transmitir um abraço ao Diretor Presidente Toni Reis, que falou e está aqui ainda – não foi embora. Toni Reis, é uma alegria poder ouvi-lo e revê-lo!

Quero também transmitir um abraço muito afetuoso à nossa Gerente de Projetos da ONU Mulheres, Sra. Ana Claudia Pereira; ao Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras, Sr. Antônio Crioulo; ao jornalista, escritor, biógrafo, crítico literário e meu amigo dileto e pessoal, Tom Farias, de quem tenho grande orgulho de ser amigo e com quem tenho a grande satisfação de compartilhar tantas lutas, tantos debates, tantas realizações nesse tema de interesse de todos nós.

Quero transmitir um abraço à Deise, que estava aqui, uma amiga querida que faz tempo que não via; e também transmitir um grande abraço... Deise está aqui?! Deise querida, prazer em revê-la!

Ao final, quero transmitir um abraço ao meu Presidente, Dr. Humberto Adami. O senhor viu que ele chegou aqui e me puxou a orelha, porque eu estou em falta, porque eu sou isso, porque eu sou aquilo. Mas, em verdade, quero dizer da gratidão e da grande alegria de privar da sua amizade, de participar de todas essas lutas, de tê-lo como Conselheiro da nossa querida Universidade Zumbi dos Palmares e de, juntos, poder ter visto tantos progressos importantes nesse tema que nos apaixona e que toma o nosso tempo. Obrigado pelas gentis palavras.

Sr. Presidente, eu estava aqui refletindo sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos e não pude deixar de reconhecer que os direitos humanos não começaram em 1948, com a Declaração Universal da ONU. Eu poderia afirmar que tudo começou no exato dia em que o negro escravizado pisou neste País. Eu acho que foi nesse dia que o mundo – pelo menos o mundo dos trópicos – começou o aprendizado do que é defender a vida, a liberdade, a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Seguramente, foi com os negros que o Brasil aprendeu o pouco que pôde construir, porque, nos dias que se seguiram – o Dr. Humberto Adami trouxe isto aqui com



precisão –, seguramente alguns desses 5 mil quilombos inauguraram o projeto de uma nação que estivesse estruturada sobre o Estado democrático de direito. Foi seguramente um desses quilombos que inaugurou a genealogia dos direitos humanos, que hoje a gente está a discutir, porque foi lá que negros, brancos, índios, mouros, indígenas se juntaram para construir um projeto de nação alternativo onde o ser humano fosse o centro, onde todos pudessem ser respeitados na sua dignidade. Então, sob essa perspectiva, eu acho que, neste momento, pensar direitos humanos é de novo celebrar o que foi a luta, o que tem sido a resistência do povo negro neste País. Não tenho dúvidas quanto a isso!

O segundo aspecto muito importante é que, se a Declaração Universal dos Direitos Humanos estruturou um Estado em que tornava essa subjetividade um bem humano inegociável, inquestionável do ponto de vista de efetividade da condição humana, conseguiu alcançar voos significativos, pelo menos no que diz respeito aos Estados Unidos, que acabaram – em seguida, nós tivemos a Lei dos Direitos Civis – com aquele estado de *apartheid* americano.

Ele conseguiu repercutir para dentro da África do Sul, trazendo à África do Sul a liberdade, conseguiu constituir, depois de quase cinco diplomas, determinando, garantindo e defendendo essa liberdade e o combate a toda forma de discriminação, e replicou para dentro do nosso País, produzindo algumas intervenções importantes. Nós saímos, por exemplo, de uma lei que punia a discriminação e o racismo com uma pena de detenção, uma contravenção penal, e conseguimos galgar até torná-la, na Constituição, como um crime inafiançável e imprescritível, um crime hediondo. Construímos, inclusive, um diploma legal, que foi a lei do nosso falecido e guerreiro, nosso queridíssimo Caó, que, regulamentando a Constituição, estruturou talvez o mais draconiano documento de combate ao racismo e à discriminação no mundo. (*Palmas.*)

E, como foi bem dito aqui, nós não tivemos a capacidade de torná-lo efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero registrar, não para mim, mas com muito orgulho, que foi o Caó que pediu para eu ser Relator de uma lei de sua autoria, já que fomos Constituintes juntos.

Eu disse: "Eu aceito, Caó, só de um jeito. Nós não vamos mexer uma vírgula. Só vou assinar embaixo o seu projeto".

E assim foi feito.

O SR. JOSÉ VICENTE – E foi a primeira vez que o nosso País conheceu uma ferramenta dessa natureza, que, ao final, não conseguiu ainda cumprir os seus fundamentos, tendo em conta que, apesar de Caó, apesar de a Constituição grafar o crime de racismo como um crime hediondo, apesar de a Lei 7.716 determinar que as instituições deveriam fazer com que isso se cumprisse, até hoje nós não conseguimos dar um passo significativo nessa direção.

Mas foi a luta de todos nós que, primeiro, trouxe esse direito para dentro da sede constitucional, depois estruturou numa lei federal e, depois, então, permitiu que o pouco que se avançasse fosse esse pouco que minimamente fosse uma ação iniciada para estruturar isso como um direito substantivo.

Um aspecto que vem a seguir, dentro ainda dessa reflexão desses direitos humanos e dos motivos da sua comemoração, pois, a meu ver, temos motivos, sim, para comemorar, apesar dos pesares, é o fato de que ele acabou sendo ressignificado e agora internalizado para dentro dessa luta...

(*Soa a campainha.*)



O SR. JOSÉ VICENTE – ... do negro como uma ferramenta adicional para fazer o que foi a trajetória dos que o antecederam e para se instituir como um lugar a partir do qual nós conseguíssemos fazer com que aquela luta querida, sonhada e desejada cumprisse o seu objetivo de permitir que fôssemos, afinal, um País de todos, um País em que todos os brasileiros estivessem contidos de forma igualitária para dentro deste País, que nós denominamos como a nossa Pátria e como a nossa casa.

Talvez o aspecto decisivo, a meu ver, em que nós temos ainda um trabalho importantíssimo para caminhar é justamente na construção das ferramentas que permitam que nós possamos ter o acesso ao conhecimento.

Foi o conhecimento que nos faltou, que nos foi negado, que nos foi negligenciado e que hoje, para qualquer uma dessas situações e para cada um desses desafios que foram aqui elencados, será a arma crucial, será a ferramenta extraordinária para que possamos dar um salto civilizatório nisso que tem sido essa permanente luta de todos nós negros brasileiros.

E, neste momento, então, o desafio que pode ser repensado como uma dimensão desses direitos humanos que precisam ser consolidados, que precisam ser apropriados e que precisam ser fortalecidos para cumprirem os seus fundamentos, é aquele direito humano da possibilidade do acesso à educação.

Nós precisamos ainda mais de escolas, precisamos ainda mais de conhecimento. Nós não precisamos, Senador, de *sneakers*, nós não precisamos de uma polícia que nos distinga simplesmente pelo ritmo de música que nós possamos escolher. (*Palmas.*)

Nós precisamos de um Estado que esteja mais além da sua autonomia, mas principalmente um Estado que esteja mais além da sua escolha, da sua objetividade. Nós precisamos de um Estado que, menos do que neutralidade, tenha lado, e o lado tenha que ser justamente daqueles que, mais do que precisar, sempre foram os injustiçados.

Então, para este momento que se coloca, talvez das três dimensões da educação que mais chamam a atenção e que podem ser ferramentas importantes para auxiliar que, nas outras oportunidades, nós tenhamos informações significativas, seja aquela que permita que o ambiente escolar seja um ambiente plural, diverso e que permita o acesso ao aprendizado igualitário para todos.

A escola pública precisa ser uma escola que permita que todos tenham um conhecimento linear e por igual. Deve ser uma escola que permita que todos tenham a oportunidade de ter um aprendizado que seja plural, que privilegie a diversidade e que estimule o respeito entre os cidadãos.

É uma escola que precisa ter a presença dessa parte dos brasileiros. Precisamos de gestores negros, precisamos de professores negros. Nós precisamos que todos estejam dentro dessa corrente de permitir que esse acesso e essa permanência se dê.

Um outro espaço que nós precisamos....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Senador, reitores como V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ VICENTE – Muito obrigado, Senador.

Um outro desafio que se coloca e a que nós precisamos ter uma atenção é o acesso à permanência do jovem no ensino médio.

Todos os desafios que se colocam para dentro da educação é para a inclusão e a manutenção de todos no ensino médio, mas sobretudo do jovem negro.



Nós estamos perdendo 50% dos jovens no ensino médio e, desses 50% que se perdem, 70% são jovens negros. Então, nós precisamos de uma escola que, mais do que acolhedora, mais que respeitadora dessa diversidade, seja uma escola que tenha ferramentas e mecanismos para permitir a manutenção e a qualificação adequada desses jovens e precípuamente desse jovem negro.

Nós construímos ferramentas importantes, construímos nesta Casa a lei que estabelece a história do negro e a história da África, a lei que permite que a história de todos seja internalizada, conhecida, respeitada e sirva como ferramenta para melhorar o pertencimento e a autoestima, mas nós não conseguimos, nem com a Marinha, nem com a Aeronáutica, fazer com que ela seja cumprida.

Então, o desafio que se coloca para todos nós é que façamos prevalecer o simples, que a lei possa ser cumprida. (*Palmas.*)

E, por fim, nós chegamos, então, a esse momento importante da nossa luta e da nossa trajetória que é a chegada do jovem negro na universidade.

Nós estamos aqui completando alguma coisa próxima de 17 anos das ações afirmativas, da inclusão do negro na universidade e estamos chegando também perto de um momento bastante definitivo, porque em 2022 nós vamos ter que discutir as ações afirmativas.

E, daí, coloca-se, além da responsabilidade de conhecer o que se fez, o que se produziu, o que de fato se transformou na vida do ambiente educacional e na vida dessas pessoas e também da grande luta que terá que ser lutada num momento e num cenário bastante tormentoso, que é como fazer com que as ações afirmativas possam ser prorrogadas para que continuem cumprindo os objetivos que elas precisam cumprir.

Mas, ainda que não chegue nesse momento, o desafio que já se coloca neste momento é o que teremos capacidade de fazer com quase 1 milhão de jovens negros que neste exato momento estão nos bancos escolares do nosso País. Nós não podemos correr o risco de cometer os equívocos e os erros do passado. Nós não podemos cometer o crime de lesa-humanidade de deixar esses jovens no caminho. Nós vamos precisar retirar os obstáculos, os muros. Nós vamos ter que construir as pontes que possam levar esses jovens do ambiente escolar para o mercado de trabalho, para a vida social, para a possibilidade de implementação do aprendizado pelo qual eles duramente lutaram ao longo de todo esse tempo. E, para que isso aconteça, nós precisaremos combater o racismo e a discriminação no ambiente de trabalho público e privado deste País. Nós precisamos fazer com que as leis que determinam a cota nos concursos públicos sejam efetivamente cumpridas. (*Palmas.*)

E nós precisamos que todas as instituições, a Defensoria Pública, o Ministério Público, o TCU, a CGU, enfim, todas as instituições deste País ajudem a fazer cumprir a lei. Não estamos pedindo favor. Só queremos que seja cumprida a lei para que definitivamente esses 1 milhão de Neymares, de Robinhos, de Joaquins Barbosas, de Dras. Duprat, possam ter a grande capacidade de, de uma forma igualitária, disputar todos os espaços públicos e privados que estão colocados para todos no nosso País.

E, por fim, eu queria trazer uma mensagem de bastante agouro do nosso trabalho, da nossa instituição. No ano que vem, nós completamos 15 anos de vida. E, se alguém pudesse ter dúvidas da capacidade do trabalho para superar os obstáculos, ainda da envergadura daqueles sobre os quais nós estamos nos debruçando, eu trago a história da minha instituição.

Éramos simplesmente cinco jovens com um sonho na cabeça e um vale-transporte nas mãos, mas nós acreditávamos que era possível fazer a mudança. E, por conta disso, mantivemos a crença



no nosso compromisso, colocamos tenacidade nas nossas energias e colocamos trabalho, trabalho e muito trabalho, para tornar realidade a história da primeira universidade negra deste País.

Então, por conta disso, em nome de toda a comunidade acadêmica da Universidade Zumbi dos Palmares, nós queremos dizer muito obrigado a todos, mas sobretudo ao seu gabinete, que pôde nos acolher, que pôde nos auxiliar, que pôde nos transportar de uma situação de um início muito difícil para uma situação hoje de muito sucesso.

Nós lembramos até hoje a primeira vez em que V. Exa. pisou os pés na Zumbi dos Palmares...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ VICENTE – ... e lembramos até hoje qual foi a sua reação. Naquele dia, o senhor chorou junto conosco, porque foi a primeira vez que o senhor viu na sua vida, tanto quanto nós, mil jovens negros com o Código Penal debaixo dos braços. (*Palmas.*)

Se nós pudemos fazer, não temos dúvidas de que a sociedade brasileira poderá fazer muito mais. Se nós pudemos tornar este sonho realidade, não temos dúvidas de que o povo brasileiro poderá fazer muito mais.

Em nome de toda a nossa comunidade Zumbi dos Palmares, eu quero dizer a todos muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, Sr. José Vicente.

Não vai querer fazer a gente chorar lá e aqui também, não é? Aí não vale. Parabéns! É um orgulho estar do seu lado aqui.

Passamos a palavra agora à Sra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal e coordenadora do Grupo de Trabalho Nacional de Políticas Etnorraciais, da DPU.

Não é coincidência, mas é a terceira defensora a falar hoje aqui. Não é coincidência, é honra ao mérito, permita-me que eu diga.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para discursar.) – É verdade. Na verdade, é uma honra singular ser convidada por V. Exa. para estar aqui hoje. Estou muito, muito, muito agradecida mesmo, especialmente representando o Grupo de Políticas Etnorraciais, da Defensoria Pública da União, um grupo de uma história muito recente, mas muito potente também nesses quase dois anos de trabalho.

Então, eu queria inicialmente agradecer a V. Exa. pelo convite, parabenizá-lo pela sessão, que já trouxe tantas falas enriquecedoras aqui para a nossa reflexão e para o nosso debate.

Eu queria, na sua pessoa, cumprimentar todos os componentes da Mesa, os parceiros que já falaram e os que falaram na Mesa anterior. Eu me sinto assim bastante contemplada em várias falas que já foram feitas aqui e queria só fazer um parêntesis para me solidarizar com a Dra. Débora Duprat. (*Palmas.*)

Toda vez que uma mulher comprometida eticamente com a pauta dos direitos humanos tomba institucionalmente, nós tombamos junto e temos que parar para refletir efetivamente sobre a gravidade do processo que estamos vivendo. A fala que eu preparei aqui hoje pode não parecer muito otimista, mas eu espero que ela nos leve a uma reflexão que nos inspire potência de agir nesse cenário difícil.

Paradoxalmente, hoje é o dia em que a gente vai promover uma reflexão sobre os direitos humanos, marcado pela assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é amanhã. Mas, quando a gente olha para a população negra no Brasil, especialmente no nosso País, nós



vemos que o saldo dessa obra civilizatória, expressão cunhada por Sueli Carneiro, é a vã promessa de uma humanidade que não é partilhada por todos.

Acreditou-se que a existência de um documento positivando um programa indicativo de todas as democracias do mundo, seria suficiente para afirmar nos indivíduos de cada sociedade e nos Estados, as condições da cidadania em condizente patamar de dignidade universal.

Esqueceram-se, porém, de que, mesmo sob as bandeiras da liberdade, da igualdade e da soberania popular, a simples idealização de direitos seria inviabilizada pelo poder político e pela manutenção do poder econômico contra as mesmas pessoas desprovidas de condições mínimas de cidadania historicamente pelo colonialismo, pelo imperialismo e pelo racismo. Um pacto internacional movido pelo saldo genocida avassalador do racismo antissemítico, no pós-Segunda Guerra Mundial, mas no qual os conflitos raciais decorrentes da escala industrial da escravização dos povos africanos passaram ao largo por conta de uma idealização centrada na intelectualidade branca, europeia e das Américas.

A idealização dos direitos termina por invisibilizar as questões reais da vida dos indivíduos que nunca experimentaram esse ideal de humanidade. E, como diria a Profa. Dora Bertulio, da Universidade Federal do Paraná, na sua clássica obra *Direitos e Relações Raciais*, esses intelectuais, em seus trabalhos e sistematizações, apegadas nesses pactos, reforçam, no dia a dia, no inconsciente coletivo social, a naturalidade da discriminação e do preconceito, na mesma medida em que induzem a apreensão dos conceitos ideais de direitos como reais.

Há, entretanto, um pacto racista não escrito, mas cuja eficácia se sobrepõe à idealização de todo o direito que se propõe universal, que, na igualdade formal para todos, inclui apenas alguns.

Sueli Carneiro denunciou a batalha de Durban, em que a intransigência ocidental aflorou para não reconhecer o tráfico negreiro, a escravização e a exploração econômica africana como crimes de lesa-humanidade.

Senhores, o chamado que temos aqui hoje é o de tratar da realidade, com o desafio de sermos propositivos, cientes de que o Estado, do qual muitos de nós fazemos parte, opera, na verdade, uma máquina opressora e, muitas vezes, hipócrita, contra a afirmação da humanidade da população negra, de maneira a garantir poder político e econômico para grupos minoritários deste País.

Mais uma vez, valendo-me das palavras da Profa. Dora, é por meio do direito e suas idealizações vazias, que estabelecemos a legitimação da nossa irresponsabilidade em face dessa negação da humanidade.

Nesse sentido, o racismo institucional, como desdobramento necessário do estrutural, que nos forma como Nação e como projeto de Nação, é o grande desafio a ser fissurado para que as declarações humanitárias de direito saiam do círculo vicioso da ineficácia que enreda, historicamente, a população negra deste País. Retirar a máscara humanitária das instituições do sistema de Justiça é uma tarefa inicial minimamente honesta a ser enfrentada. Expor e constranger seus mecanismos de filtragem racial, de segregação seletiva em massa e de necropolítica, é inegociável nessa luta para quem deseja, de fato, encampá-la. (*Palmas.*)

Não há vitória possível se o chicote, os tiros e as celas não puderem ser atribuídos aos que assinam essas políticas, e não apenas aos seus executores imediatos, pois é no interior do sistema jurídico que os silêncios escamoteiam os questionamentos raciais e assim tornam possível que o pacto racista opere no melhor dos mundos em que a segregação funciona sob novas dinâmicas legitimadas continuamente. Se não tocarmos essas dinâmicas, as lutas intelectuais, ativistas,



políticas serão inócuas, apenas suscetíveis a ondulações, sem produzirem efeitos substanciais na realidade, senão somente para fazer ressurgir novas dinâmicas.

O recrudescimento que nós vivemos hoje é uma oportunidade para encarar de frente o pacto racista, sem a ilusão de que a obra civilizatória segue válida para todos, porquanto cientes de que esses são apenas aqueles que não foram racializados política e historicamente. Precisamos, então, nos encarar no espelho dos conflitos raciais, de modo a entender qual o nosso papel no âmbito das instituições e de seu funcionamento no palco desses tensionamentos. Sabemos que há institucionalidades praticamente perdidas na disputa popular e política contra o racismo estrutural e institucional.

Eu acredito, Senador Paim, que a Defensoria Pública, o lugar de onde eu falo, embora reproduza as mesmas lógicas meritocráticas dos que se beneficiam de riquezas que não produziram e que, portanto, não é imune ao racismo – muito ao contrário –, tem sido posta...

(Soa a campainha.)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – ... como estratégia de concessão controlada para legitimação do controle hegemônico exercido por grupos dominantes. É, apesar disso, uma instituição, um *locus* de disputa popular importante para promover as fissuras nas engrenagens estatais racistas. É preciso que aqueles que estão na luta antirracista se apropriem dessa disputa com muita tenacidade.

É uma luta, antes de tudo, ética, pela coerência do discurso de defesa dos direitos humanos com a prática cotidiana das instituições, e é preciso resgatar o rubor da ética nos atores institucionais, de modo que passem ao constrangimento de que suas ações não podem mais se sustentar na linha hipócrita e estratégica de negação do racismo, enquanto práticas cotidianas se traduzem em resultados discriminatórios evidentes. É preciso e urgente pensar em racismo institucional sob um olhar mais ampliado dos espaços de poder, em que ele realmente se matricula na estrutura das instituições, encarar a branquitude institucional como responsável por séculos e séculos de humanismo branco, mantenedor de privilégios para grupos minoritários, em absoluto cinismo com a agenda universalista dos direitos humanos. Os dados sociais estão todos aí para comprovar a matriz de opressão racial que sustenta esses privilégios.

A socióloga Denise Carreira define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo em uma posição de poder, um lugar confortável, no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo.

Então, é preciso desnaturalizar esses espaços institucionais, lugares onde a branquitude se vê como uma definidora absoluta dos projetos políticos da Nação e em que a subalternização dos sujeitos racializados é evidente. E, mesmo quando se confere um lugar de exceção, o negro torna-se ali a exceção para confirmar a regra. O que transforma a sociedade são estratégias que permitam a ocupação dos espaços de poder a partir de alianças éticas, fortes, capazes de promover fissuras nesses espaços institucionais, de modo a incidir de fato em um funcionamento contra os influxos autoritários que são naturais e estruturais das tensões sociais.

Dessa forma, Senador Paim, eu acredito que o grande passo a ser dado no âmbito das instituições jurídicas por aqueles de quem se pode cobrar essa coerência ética é a centralidade da pauta racial e sua articulação jurídica com o direito da antidiscriminação. Já amplamente debatida e até em certa medida incorporada em sistemas jurídicos europeus e americanos, sabemos que essa perspectiva foi concebida pelo diálogo com diversas formas de intolerância, até mais palatáveis em termos de aplicabilidade. Mas trazê-la para o cenário do enfrentamento jurídico da



questão racial me parece estratégico, para que as fissuras importantes sejam promovidas, a partir de uma linguagem jurídica em que a negação do racismo é a estratégia de manutenção dos espaços de dominação.

Nesse patamar, nós temos que cobrar a efetivação de políticas para forçar o cumprimento do art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê a inclusão do estudo de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas matrizes curriculares do ensino escolar. Temos que cobrar a observância rigorosa das políticas afirmativas consolidadas na legislação.

Recentemente, eu fiz um monitoramento do funcionamento das políticas de cotas nas universidades do Paraná e me surpreendi com várias universidades que ainda não aplicam a política e que são resistentes em aplicá-la.

É necessário cobrar a observância das cotas nos concursos públicos, que ainda se encontram obstruídas por políticas institucionais, como, por exemplo, imposição de cláusulas de barreira, manipulação dos currículos, ausência de políticas de formação e capacitação acessíveis aos candidatos cotistas. E é, sobretudo, como já foi falado aqui, se cobrar uma política de reparação histórica, histórico-cultural da população negra, por meio de uma iniciativa de reconhecimento...

(Soa a campainha.)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – ... internacional da preponderante contribuição africana e afrodescendente, para a formação nacional e como forma de reconhecimento do processo de justiça de transição em débito.

A implementação de políticas de monitoramento de saúde com recorte racial, como forma de permitir o enfrentamento dos gargalos que estrangulam o acesso da população negra aos serviços de saúde e que acentuam o processo de genocídio. Enfrentar os processos de filtragem racial, como os desvios da atividade policial e judicial, por meio de práticas que repercutam efetivamente na redução desse processo perverso.

E, para isso, Senador Paim, são necessárias posições radicais e de intransigência contra políticas genocidas travestidas de segurança pública. E essa é uma tarefa, sobretudo, política, porque o direito entra para jogar a pá de cal do silenciamento na operacionalidade dessas políticas, e essa Casa tem muito a fazer nessa tarefa.

É também de disputar a representatividade com o poder dos negros nos diversos espaços políticos da sociedade: do futebol, cujo poder político é subestimado, mas deve ser realçado, ao Congresso Nacional, às esferas da cúpula do Poder Judiciário, do Ministério Público, das defensorias e do setor econômico e financeiro. E as pessoas brancas que tiverem de fato compromisso com a luta antirracista terão de dar a prova dos novos por meio da saída do palco hegemônico do qual desfrutam secularmente.

Mas sabemos que não basta ser negro para ocupar esses espaços. É necessário o compromisso ético forte, com a centralidade da pauta racial na agenda dos direitos humanos, de modo a investir em políticas institucionais que de fato promovam a diversidade nas relações internas e com o público destinatário dos serviços públicos. Que se desmontem as políticas que obstruem a ascensão dos negros e de outras minorias políticas aos espaços de gestão. Que se mantenham espaços de reflexão e debate contínuo das práticas antirracistas e que não se desviem dos conflitos raciais por meio de subterfúgios jurídicos e políticos de silenciamento das tensões. É preciso rasgar simbolicamente esse pacto racial que se mantém, a partir dos silêncios e dos apagamentos dos conflitos raciais, no âmbito das instituições deste Estado.



Eu vou repetir aqui uma fala que eu fiz no Seminário de Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná: Senador Paim, os escravistas no Brasil contemporâneo têm nome, sobrenome e rede social, e eles não temem a ninguém, porque eles têm certeza de que as instituições serão complacentes com eles como não são em relação a quem eles escravizam, subjugam, humilham, e, quando nada disso dá certo, eles prendem e matam.

Audre Lorde, que já foi citado aqui, tem uma frase clássica que diz que a ferramenta do opressor não destrói a casa-grande. É verdade. Mas a estratégia de negar o racismo tem sido eficiente na dominação, por meio do mito da democracia racial brasileira, para barrar as pessoas negras dos espaços de decisão dos projetos desta Nação. É passada a hora de se apoderar dessa ferramenta do opressor, para ocupar os espaços vazios que legitimam a manutenção da casa-grande, pois, se não podemos e não vamos destruí-la, vamos então tomá-la, para construir um projeto de nação que não mais permita a nossa completa exclusão dos pactos dos direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Sra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública Federal e coordenadora do Grupo de Trabalho Nacional de Políticas Étnico-raciais da DPU.

Meus cumprimentos pela firmeza, pela coragem e pela grandeza do pronunciamento.

Convidamos agora a Sra. Maria Aparecida de Laia, Presidente do Instituto de Pesquisas e Ensino para o Desenvolvimento Social (Ipedes).

A SRA. MARIA APARECIDA DE LAIA (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer o convite do Senador Paulo Paim para esta sessão temática em celebração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos e a População Negra.

Quero também cumprimentar o meu amigo Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, e também nos solidarizar com a Procuradora Federal Deborah Duprat.

Este tema é muito importante, muito importante para todos nós da sociedade. Mas quando este tema é complementado com "e a população negra" a gente começa a pensar: será que nós da população negra temos muito o que celebrar em relação aos direitos humanos?

E eu quero aqui, na verdade, levantar algumas questões mais para a reflexão do que fazer um discurso tão belo quanto as pessoas que aqui me antecederam.

Por que é importante celebrar essa data? Seria mais importante se fosse uma data que tivesse focado bastante na população negra. O que a gente percebe é que os dados oficiais sobre a população negra têm mostrado que grande parcela desta população tem sido afetada pelos altos índices de violência e de violação dos direitos: violência nas religiões de matriz africana, os negros são maioria nos presídios, são a maioria entre as vítimas de homicídios, principalmente os jovens negros, têm menos acesso à saúde e, quando têm acesso à saúde, são discriminados, têm menos acesso à educação, principalmente como disse o professor José Vicente, a inclusão dos jovens no ensino médio.

Na questão do acesso ao trabalho, o que a gente percebe é que já é difícil para os negros terem trabalho e com essa grande demissão de trabalhadores os negros são sempre os primeiros.

Também eles têm menos acesso à moradia, cada vez mais a população negra é sempre empurrada para a periferia, para a periferia da periferia.

E, sem dúvida, é o segmento mais pobre da população. O inacreditável é que tudo isso faz violar o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos onde se diz: "Todos os



seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" e o Artigo III da declaração: "Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

Mas que direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, se parece que é regra a violação dos direitos humanos para a população negra, principalmente frente à negativa de direitos e à violência?

É o mais alto desrespeito na condição humana dessa população. Ignoram o protagonismo dos negros, a mídia explora a violência contra os negros de forma a naturalizar o genocídio da população negra, principalmente em relação aos jovens. Quantos jovens morrem todos os dias? Também precisamos lembrar a intransigência da postura dos governos que aplicam políticas públicas longe da realidade da população negra, que não respeitam os mecanismos instituídos, como conselhos, coordenadorias, secretarias, que são instâncias simplesmente simbólicas. Não respeitam as leis. Vários Estados e Municípios têm leis para implementar ações afirmativas, o combate à discriminação, a Lei das Cotas. Essas leis não são implementadas e, quando o são, são de forma muito ruim e pouco monitoradas. Não há programas relacionados que possam, realmente, dizer: nós temos uma política pública para os negros. O que nós temos e vemos são sempre projetos, projetos, projetos que não mudam efetivamente a situação do negro neste País.

Também temos que falar do sistema prisional, que aqui já foi falado. É um sistema perverso, pois naturaliza a situação precária e indigna do jovem negro. Outra face do racismo, desse racismo institucional, é a ausência do respeito e do reconhecimento dos cotistas nas universidades, inviabilizando as políticas de ações afirmativas.

Há também que se lembrar que apagam a nossa história, as nossas manifestações culturais, principalmente as originárias do continente africano. Além disso, também as religiões de matrizes africanas, que tão bem foram faladas pela Makota, têm sofrido um processo perverso de agressões e de grupos religiosos que querem o fim da diversidade religiosa.

Entendo que, frente a todas essas questões, há algo em que devemos nos centrar, que é o trabalho. Nós precisamos nos centrar nessa questão do trabalho, porque é aqui que há o maior obstáculo para combater as desigualdades sociais no Brasil.

Para terminar, quero dizer que o central das violações de direitos humanos são as relações raciais em nosso País. Isso é possível perceber porque estruturalmente o negro permanece desvalorizado e inferiorizado. Precisamos continuar lutando para que criemos mais estratégias para transformar a vida da nossa população negra, para termos mais dignidade, mais reconhecimento. Precisamos, principalmente, estar, de fato, na pauta dos direitos humanos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Maria Aparecida de Laia, Presidente do Instituto de Pesquisa e Ensino para o Desenvolvimento Social (Ipedes)! Meus cumprimentos pela fala.

Primeiro, vou fazer uma leitura rápida do e-Cidadania, de algumas posições que eles tiveram que resumir e mandaram para nós aqui.

Marcos Ribeiro, de Goiás. "Que bom que a população negra tenha ganhado cada vez mais espaço. Grande conquista em uma sociedade tão racista. Parabéns ao Senado Federal."

Eu já agradeço à TV Senado, à Rádio Senado e à Agência Senado. Nós estamos ao vivo para todo o Brasil desde as 15h.



Larissa Barbosa, do Ceará: "Negros até hoje sofrem com resquícios da escravidão. Políticas de educação de base de qualidade e de amplo acesso são a solução efetiva".

GJT, de São Paulo: "Reparação ao povo negro já! Sim às cotas e ações afirmativas. Por mais políticas de reparação e justiça social!"

E, por fim, Ricardo Cerqueira, do Acre, dizendo: "Acho que não devemos segmentar a sociedade". E ele afirma: "[Direitos humanos para todos]. Dia dos Direitos Humanos [que é amanhã] para todos!".

De imediato, eu passo a palavra à Sra. Ana Claudia Pereira, Gerente de Projetos da ONU Mulheres. (*Palmas.*)

A SRA. ANA CLAUDIA PEREIRA (Para discursar.) – Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria de saudar o Senador Paulo Paim e agradecer o convite à ONU Mulheres para que fizéssemos parte desta sessão de debates temáticos sobre um tema que nos é muito caro e que, além disso, também é objeto dos nossos esforços cotidianos.

Nós somos a entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento da mulher e nós entendemos que, num país como o Brasil, a partir de dados oficiais com os quais trabalhamos, discutir os direitos das mulheres e os direitos humanos sem falar da população negra é impossível – é simplesmente impossível!

O nosso trabalho passa pelo reconhecimento das populações que estão sujeitas à discriminação e em situação de vulnerabilidade, decorrente dessas dinâmicas. Então, muito do nosso trabalho, hoje, se centra na promoção dos direitos das mulheres negras.

Bom, quando falamos da celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, que será amanhã, dia 10 de dezembro, nós temos aí uma agenda muito rica, promovida pela sociedade civil e também por diversos governos, que vão enfocar na população como um todo, na humanidade, e trazer essa pauta dos direitos humanos como uma pauta universal. Acredito que seja muito saudável a gente também juntar a essa pauta uma mobilização em prol da população negra, pensando que as pessoas experimentam a violação dos seus direitos, muitas vezes, como grupos específicos, como mulheres, como pessoas LGBTI, como pessoas negras também.

Ao falar sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a gente está falando de uma pauta que, com certeza, começa em alguns contextos nacionais, mas que hoje é uma agenda internacional em que se discute, a partir de padrões, normativas, regulações e difusão de boas práticas dentro de uma comunidade internacional. Isso também é importante.

Eu vou centrar... As pessoas, as exposições que me antecederam focaram no contexto nacional, que é fundamental, porque é aí que os sujeitos experimentam a violação ou o gozo desse direito, mas eu vou trazer um pouco uma dimensão do debate internacional focado no tema da igualdade racial.

Quando a gente fala do Dia Internacional dos Direitos Humanos, quando a gente fala de direitos humanos, estamos falando de padrões normativos, de consensos mínimos civilizatórios que os países em determinadas instâncias estabelecem, seja ali no contexto da Assembleia Geral das Nações Unidas ou no contexto também de sistemas regionais de direitos humanos.

A gente também está falando dos esforços de movimentos sociais e de grupos, outros grupos que compõem a sociedade civil, que têm trazido, têm destacado que os direitos humanos como abstração são uma abstração, mas que têm destacado a necessidade de que os seus próprios direitos sejam contemplados, trazendo, a partir de evidências sobre a sua própria vivência, um reforço, uma ressignificação desse arcabouço universalista.



No dia 10 de dezembro, a gente celebra a adoção da Assembleia Geral da ONU da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, como já foi dito aqui, inclusive pela Sra. Maria Aparecida de Laia, eu acho que sempre se cita muito o Artigo I da Declaração Universal porque é um enunciado ético e civilizatório em si mesmo. Então, vou trazê-lo porque eu acho que é sempre relevante relembrarmos: "[...] [Todas as pessoas] nascem livres e iguais em dignidade e em direitos".

Esse é um enunciado que os países ali, no âmbito da Assembleia Geral da ONU, acordaram, já em 1948, um enunciado que, por si, seria capaz, como valor adotado, de transformar a vida de milhares de pessoas em todo mundo, mas que, no entanto, se entendeu, a própria comunidade internacional entende, ao longo dessa trajetória, que há uma necessidade de afirmar direitos específicos, enunciar e detalhar melhor o compromisso dos Estados para a materialização desses princípios.

Nós temos, então, junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Relembro aqui esses conjuntos de direitos, lembrando que a população negra também é beneficiária, enquadrada-se como sujeito de direitos desses conjuntos.

Juntos, esses três instrumentos, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos que nós também observamos aqui e celebramos na data do dia 10, mas exatamente por entender que a afirmação dos direitos universais não foi por si só capaz de assegurar que esses direitos se tornassem realidade na vida das pessoas. Em todo mundo a comunidade internacional também adotou, em 1965, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Icerd, como a gente chama pela sigla.

Portanto, ela foi proposta em 1965 e a gente celebra, no ano de 2020, os 55 anos desse mecanismo tão importante. A Icerd é um dos tratados internacionais de direitos humanos com o maior número de adesões. Ela também é um adesivo vinculante, ou seja, uma vez adotado e ratificado dentro dos diferentes contextos nacionais, passa a ter um poder vinculante à legislação nacional, como é o caso do Brasil.

Ele entrou em vigor em 1969, conta com 25 artigos e está dividida em três partes. A primeira parte, que anuncia o compromisso com a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Uma segunda parte, que detalha os mecanismos de monitoramento da sua implementação. E uma terceira parte, que versa sobre os procedimentos de ratificação, entrada em vigor e emenda do tratado.

E dessas três partes que a gente fala, uma versa exatamente sobre o monitoramento, e, para executar esse monitoramento, existe um comitê da sede que recebe denúncias e também os relatórios de país, os quais já foram apresentados pelo Brasil em anos anteriores, mas que foram apresentados pelo Brasil pela última vez no ano de 2004.

A sede traz, define como discriminação racial qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência com base em razões de raça, cor, linhagem, ou origem nacional e étnica, desde que essa distinção, exclusão ou restrição, tenha por objetivo ou por resultado anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em igualdade de condições dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Então, a gente nota aqui que ela não se refere à discriminação positiva, que é exatamente a forma de discriminação voltada a remediar os efeitos da discriminação negativa que está em contradição com os direitos humanos.



Ela também estabelece obrigações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita uma rápida interrupção, para registrar – fazemos sempre isto aqui, é praxe – que estão nas galerias, já estão descendo, porque tem que mudar toda hora, os alunos do ensino médio do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus de Ituiutaba, Minas Gerais.

Sejam bem-vindos! Esta é uma sessão em homenagem aos Direitos Humanos, com foco principalmente no preconceito racial.

Um abraço a todos! Bom retorno. (*Palmas.*)

A SRA. ANA CLAUDIA PEREIRA – Uma bem-vinda interrupção, considerando a relevância de a gente ter a juventude seguindo nessas agendas.

Enfim, a sede também estabelece as obrigações, ações, que os Estados devem cumprir no combate à discriminação racial. A gente lembra que, dentro de um marco de direitos humanos, os Estados são responsáveis por promover, garantir e respeitar os direitos. Não basta apenas que não violem, ou somente que promovam, mas também precisam respeitar. Enfim é um conjunto, essa tríade aí tão significativa de ações dos Estados, entendendo – a sede já enuncia – os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas e todos, inclusive de grupos sujeitos à discriminação racial.

A sede, portanto, segue sendo um mecanismo, um instrumento muito relevante para se trabalhar direitos humanos. O seu conteúdo tem sido reafirmado ao longo da história nos debates da Comunidade Internacional, tanto na Conferência quanto no plano de ação de Durban, que inclusive vai aprofundar alguns entendimentos. A sede tem essa peculiaridade de ser um mecanismo vinculante.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CLAUDIA PEREIRA – O plano de ação de Durban vai abordar especificamente a situação das populações afrodescendentes e também vai trazer para a gente um conceito de discriminação múltipla ou agravada. Vai traduzir esse conceito para um documento reconhecido pela Comunidade Internacional, fazendo menção aí às diversas formas de discriminação, ou de vulnerabilidade, ou de marginalização, que se sobrepõem ou se somam, ou se combinam de alguma forma à discriminação racial. E aí a gente está falando também de discriminações de gênero, de origem, de renda, de acesso à terra e de tantas outras.

Bom, além do plano de ação de Durban, tivemos um olhar renovado para esses instrumentos no momento da declaração da década internacional de afrodescendentes. É uma década que está em vigor a partir do ano de 2015, que segue sendo celebrada pela Comunidade Internacional até 2024, também reafirmando o grande papel da sede e do plano de ação de Durban.

Nós estamos, além de todas essas datas, que fazem uma menção explícita à situação de discriminação racial em alguns casos da população afrodescendente, nós também, como já foi falado na Mesa anterior, os países-membros da ONU adotaram em 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma agenda ambiciosa que traz planos para as pessoas, planetas e prosperidade e que contém para isso 17 objetivos, 169 metas. São ambições bastante grandiosas, mas que não poderão ser alcançadas se a gente tiver metade da população brasileira ainda sujeita a condições de desigualdade e de vulnerabilidade.

Então, um desafio para o cumprimento dessa agenda, um dos desafios, é exatamente que se adote um olhar que seja atento à condição da população negra, que seja atento às diferenciações e



às discriminações também de gênero, seja no interior, seja fora dessa população. E nós temos trabalhado nesse sentido, apoiando o Governo brasileiro na produção de dados desagregados por sexo e por raça, cor. Esse é um desafio ainda grande. Quando a gente olha a Agenda 2030 em todo o mundo, a agenda nos convida a uma revolução nos dados, e boa parte dos dados que nós ainda não temos são dados que dizem respeito à vida das mulheres, e aí da população negra também incluída.

Nós temos trabalhado nesse sentido e também temos dialogado com a sociedade civil nesse sentido, exatamente porque essa agenda tem como lema, internacionalmente, não deixar ninguém para trás. Nós entendemos que o trabalho de desenvolvimento, a paz e a prosperidade só podem ser alcançadas...

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA CLAUDIA PEREIRA – ... se a população toda estiver sendo contemplada pelas políticas públicas e esforços de inclusão.

Eu agradeço esta oportunidade, então. Agradeço também a nossas parceiras e parceiros que nos têm ajudado e com quem temos somado forças no avanço para que o que está ali colocado, tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também na sede e em tantos outros instrumentos internacionais, se torne realidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sra. Ana Claudia Pereira, Gerente de Projetos da ONU Mulheres, que deu um panorama em nível global sobre a questão do preconceito e do racismo.

Passo a palavra neste momento ao Sr. Antônio Crioulo, Coordenador das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O SR. ANTÔNIO CRIOULO (Para discursar.) – Primeiramente, saudações quilombolas aos companheiros e às companheiras, mas em especial a três pessoas que se fazem presentes aqui nesta Mesa: Senador Paulo Paim, que é uma pessoa que tem sido referência para a população negra, especialmente para os jovens quilombolas e estudantes, aos quais durante toda a sua existência foi negado o direito de sonhar. Aqueles que sonham em ocupar algum espaço parlamentar, têm como referência os mandatos do Sr. Paulo Paim, uma representatividade muito significativa em defesa da população negra, em especial da população quilombola; a companheira Débora Duprat, que tem se somado, junto com as comunidades quilombolas e à Conaq, na defesa dos direitos adquiridos; e o companheiro Humberto Adami, que tem sido uma referência para os nossos jovens advogados negros, advogados quilombolas, e que também tem sido um companheiro na luta em defesa dos direitos adquiridos.

Eu gostaria de vir aqui a esta tribuna festejar, porque nós estamos, há vários anos, com subsequentes leis e direitos adquiridos: começando lá em 1988; depois recentemente, nas conquistas do Decreto nº 4.887, da Lei das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; recentemente na reconquista do Decreto nº 4.887, por meio do Supremo Tribunal Federal.

Mas infelizmente eu não estou vindo aqui para festejar. Estou vindo aqui para colocar esse espaço também como um espaço de denúncia, como um espaço em que nós precisamos ter mais força, principalmente pelo momento político que estamos vivendo.

Estou fazendo esta fala e vou fazê-la como se faz nas nossas comunidades: falamos de nós por meio de história.



Na história do meu povo, na história do povo quilombola, na história do povo negro no Brasil, na história da grande maioria do povo negro deste País, se for fazer a árvore genealógica, veremos que seus ancestrais passaram por um quilombo. A grande maioria dos negros deste País tiveram na sua história uma passagem por um quilombo. Mas também é verdade que, desde a época dos quilombos, nem todos os negros honraram a cor da pele. Desde aquele período, nós também temos negros que se propuseram a estar a serviço do escravizador, a exemplo do nosso ex-Presidente da Fundação Cultural Palmares, que recentemente foi destituído do cargo.

Nossa história também está marcada por traidores. A nossa história também está marcada por pessoas negras que ocupam espaços que deveriam defender o direito adquirido, que não foi direito dado, direito adquirido a custo de muito sangue, de muita morte, mas que se propõem a fazer o papel do capataz, o papel do escravizador.

Na história das comunidades quilombolas – e talvez eu seja repetitivo aqui, com as excelentes apresentações anteriores – nós não podemos deixar de registrar que foram 4,5 milhões de africanos, tirados de um país para vir formar uma Nação chamada Brasil. Esses 4,5 milhões foram trazidos para este País, mas não foram trazidos de boa vontade. Eles foram forçados a vir e, chegando aqui, muitas vezes, até ludibriados, fora as situações forçadas na África do investimento do poderia branco em cima de uma população que, como toda população internacional, tinha também os seus conflitos.

No caso do povo africano, houve um investimento internacional, em especial dos portugueses, que foram os responsáveis pela trazida dos nossos ancestrais aqui para o Brasil.

Nós temos que analisar... Eu fico muito sensibilizado hoje quando se criam leis que praticamente dão cadeia a quem, por exemplo, faz maus-tratos a animal. Hoje, se a gente matar um cachorro, uma caça, isso dá cadeia. Se fizermos comparação com os nossos ancestrais, os que foram escravizados, eles foram tratados pior do que hoje nós tratamos os nossos animais de estimação. Por exemplo, na roça, há um jequinho que trabalha na roça, que ajuda a carregar a colheita, mas nós cuidamos dele, nós o alimentamos, nós damos água, coisa que não acontecia com meus ancestrais. Meus ancestrais foram forçados a trabalhar sem alimentação adequada, foram chicoteados até a morte.

Vamos fazer mais uma comparação.

Hoje, nós temos uma sociedade majoritariamente machista. Imaginem alguém invadir sua casa, usar sua esposa de várias maneiras, seja sexual, seja ela qual for, e você não ter direito nem a reclamar – se reclamassem, era morto! Imaginem seu filho morrer de fome, porque o leite que amamentava a criança não poderia ser usado, pois ele ia servir de alimento para o filho da senhorinha ou do senhorzinho lá! Imaginem, pessoal, você levar 500 chicotadas em um tronco, porque você se pôs simplesmente a fazer a sua expressão cultural, seja ela religiosa, seja ela da capoeira, como nossos ancestrais tinham.

Aí veio a bendita Lei Áurea, que as escolas colocam como um marco referencial de libertação dos escravos – e não falam em libertação de negros; falam em libertação dos escravos –, mas o nosso sistema educacional não contextualiza com o que realmente acontecia naquela época. Não falam da participação dos negros na Guerra do Paraguai, que foi um dos principais fundantes para a Lei Áurea. Dizia-se, naquela época, que os militares não iam mais perseguir os negros, e, então, se não havia quem perseguisse os negros, automaticamente, os negros estavam conquistando sua liberdade. A maioria dos negros contribuiu com aquela guerra, em que morreram mais de 20 mil



brasileiros, e quem morreu foi o povo negro. E se tornaram irmãos naquele momento dos militares, porque a dor era conjunta.

Também não se levou em consideração que os quilombos produziam. Eu sou de uma comunidade quilombola chamada Conceição das Crioulas, lá em Pernambuco. E minha comunidade quilombola foi...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CRIOULO – Eita!

... adquirida por meio do comércio. Nós produzíamos algodão naquele período, e foram adquiridos 17 mil hectares em terras compradas à Torre, de Portugal, que lá em Pernambuco era representada em uma cidadezinha pequena chamada Flores.

Eu vou tentar ser um pouco mais rápido, desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem sete minutos.

O SR. ANTÔNIO CRIOULO – As comunidades quilombolas no Brasil se organizam da seguinte maneira: elas se organizam, territorialmente, por comunidades. Essas comunidades são, algumas, aglomerados que nós chamamos de territórios quilombolas. Nós estamos participando, atualmente, da construção do censo quilombola 2020. Para nossa felicidade, companheiro Humberto Adami, não é extraoficial. Oficialmente, foram identificadas no Brasil 6,3 mil comunidades quilombolas, que correspondem ao nosso discurso, como comunidades quilombolas – porque nós tínhamos esse número, mas só são certificadas pela Fundação Palmares 3.460, em torno disso. Hoje, oficialmente, nós temos reconhecidos no Brasil 6,3 mil comunidades quilombolas, dentro dos nossos territórios. Nós sabemos que os territórios quilombolas são subdivididos. Se a gente pega, por exemplo, aqui, o Kalunga, o território quilombola de Kalunga tem mais de 60 comunidades quilombolas.

Nós queremos também registrar aqui o momento difícil por que nós estamos passando, com fortes ataques aos nossos territórios, mas principalmente às lideranças. Nós temos enfrentado inimigos bem diferentes, mas o pior deles é o Estado. Eu trago aqui, por exemplo, o que está acontecendo lá no território de Alcântara. Não por coincidência, o Município de Alcântara é o Município onde nós temos mais comunidades quilombolas no Brasil – em torno de 210. Uma só cidade tem 210 aglomerações de povo negro, de povo quilombola. Não é só um ataque à soberania do País, como é dito; é um ataque também étnico, é um ataque a um povo, é um ataque à principal referência de espaço de comunidades quilombolas neste País, o território quilombola de Alcântara.

Nós também tivemos agora, recentemente – na semana passada – o assassinato do Sr. Vermelho, uma liderança quilombola lá na Bahia, no território Rio dos Macacos, que vem sofrendo há mais de 20 anos conflitos com a Marinha. Há cinco dias, nós fomos acordados de madrugada com uma ligação da principal liderança da comunidade, a Rosimeire, porque a casa dela estava cercada. Após o assassinato do Vermelho, que era uma das principais lideranças, a outra liderança da comunidade liga para a gente de madrugada, atordoada, porque a sua casa estava cercada, e não estava cercada de qualquer coisa; estava cercada do que nós entendemos que, independentemente de qual militar fosse, tem a obrigação de proteger, porque ele existe porque nós pagamos imposto. Então, automaticamente, do nosso ponto de vista, eles seriam nossos funcionários. Eles estariam a serviço da nossa proteção, e não o inverso.



Também é importante registrar aqui situações como, por exemplo, a que nós passamos lá em Pernambuco, com o Porto de Suape, que acabou com a Comunidade Quilombola de Mercês. Também não podemos esquecer de registrar aqui a situação do Matopiba, que pega a grande maioria das comunidades quilombolas do Nordeste – Piauí, Maranhão e Ceará.

Então, este espaço estou tentando colocar como um espaço de denúncia, mas também quero parabenizar pela iniciativa...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CRIOULO – ... porque nós entendemos que, mesmo o público aqui sendo um público pequeno, o espaço de mídia da TV Senado está em abrangência nacional, e às pessoas que não estão vendo agora essa denúncia vai ficar à disposição, para quem depois tiver a curiosidade de entender o que é isso.

Só para fechar, quero trazer como recado, um recado para o meu povo quilombola, e dizer que nunca foi fácil, que, mesmo nas situações mais complicadas, nós resistimos e que nós vamos continuar resistindo, porque, mesmo não tendo acesso a esse espaço de letras, que muitos dos nossos companheiros negros tiveram, infelizmente as comunidades quilombolas... Foram colocados dados há alguns meses em que a população que acessa a universidade já está metade/metade – metade negra, com a outra metade da população –, mas não trouxe alguns recortes que são muito caros para a gente. Primeiro, quais são os cursos a que essas pessoas estão tendo acesso? Nos cursos de elite, o povo negro está? (*Palmas.*)

Medicina, Direito, Engenharia... O povo negro realmente está tendo acesso a esse espaço? Não estou citando o meu recorte. A população rural, a população quilombola, como estão tendo acesso a esse espaço? Existe realmente o acesso a esse espaço? Eu sou de uma comunidade quilombola privilegiada, porque a minha comunidade quilombola priorizou a educação como fonte de informação. Não é a realidade da grande maioria das comunidades quilombolas. Eu digo isso porque tenho andado muito nas comunidades quilombolas.

O índice de analfabetismo nas nossas comunidades é grande, é enorme, por vários motivos.

Primeiro, porque a grande maioria das nossas comunidades não têm o mínimo acesso à comunicação, o que nos torna alvo com mais facilidade de verdades absolutas de igrejas evangélicas, de igrejas católicas e do sistema de comunicação majoritário público – público não, mas principalmente Band, SBT e Rede Globo, que são os canais que entram nas nossas comunidades. Nós não temos outras verdades.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CRIOULO – A única verdade que nós temos, que é a verdade absoluta, é a verdade transmitida de um ancestral da nossa história, de pai para filho. Mas é importante nós salientarmos que estamos sendo alvos, com muita incidência, desses meios de comunicação, porque, enquanto nós temos esse momento de estar nos nossos terreiros, nas nossas roças, conversando com nossos filhos, nossos filhos estão diariamente ouvindo o que a Globo diz, diariamente ouvindo o que o SBT diz, diariamente ouvindo o que a Band diz.

O SBT que ontem, pelo seu diretor majoritário, tomou uma decisão contra o público que elegia uma negra como ganhadora do público, mas ele não aceitou que a negra ganhasse e deu o prêmio a uma branca, dizendo que a negra não merecia ganhar aquilo ali, porque ele decidia quem deveria ganhar esse prêmio.



Então, meus companheiros e minhas companheiras, é agradecer pelo espaço dado à Conaq, às comunidades quilombolas, para também estar aqui representado, e dizer que o momento é complicado, mas nunca foi fácil para nós, e nós vamos resistir, porque o atual passa, e nós precisamos contar com quem vai continuar dando sua contribuição na história.

Queremos deixar nosso nome na história, mas como alguém que está contribuindo com aquilo, por que os nossos ancestrais lutaram para que nós estivéssemos aqui defendendo. Aqueles que não querem estar deste lado da história respeitamos, aqueles que querem se comportar como capatazes respeitamos, mas nós queremos, como comunidade quilombola, deixar a nossa referência de que temos uma obrigação aqui que é continuar a história dos nossos ancestrais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Sr. Antônio Crioulo, Coordenador das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, representando aqui a Conaq, que fez todo um histórico – na verdade, deu aula para nós outros e para todos aqueles que estão assistindo à TV Senado. Vai ficar na internet, vai ficar no YouTube, fica circulando toda esta audiência de hoje.

De imediato agora, o Sr. Tom Farias, jornalista, escritor, biógrafo, crítico literário, com especialização em literatura do final do século XIX. É autor de diversos livros e artigos, inicialmente publicados com o seu próprio nome, Uelinton Farias Alves. Mais tarde adotou o nome literário Tom Farias.

O SR. TOM FARIAS (Para discursar.) – Boa noite a todas e todos aqui presentes.

Muito obrigado. Eu queria agradecer também ao Senador Paulo Paim, um grande amigo, por este convite e, na pessoa da Procuradora Federal Deborah Duprat, cumprimentar toda a Mesa presente e os amigos que já saíram em função de horários de voo, enfim.

Bom, é um grande desafio, depois de passar por duas grandes intervenções da primeira Mesa e agora da segunda Mesa, poder falar alguma coisa sobre o Dia Nacional dos Direitos Humanos com foco, com abordagem sobre a questão da população negra.

Eu acho que vou até usar aqui uma máxima do Sócrates: "Eu sei que nada sei", depois de tudo isso que foi falado aqui. E, puxando a brasa para a minha sardinha, eu falo um pouco dessa relação que nós hoje temos com a questão da literatura negra no Brasil, porque, de alguma maneira, todas essas informações que nos chegam, seja das comunidades rurais quilombolas, seja da questão dos direitos humanos com afetação na população indígena, na população negra, LGBT, na questão das mulheres, tem que passar pela literatura.

A literatura é o instrumento moderno da comunicação, e eu acho que nada vai substituir, eu diria, até o papel, a folha escrita. Então me preocupa muito que nós tenhamos uma série de autores e autoras no Brasil, desde que o Brasil é Brasil, desde o seu descobrimento, que são basicamente embranquecidos ou apagados da história de uma maneira violenta, de uma maneira criminosa, de uma maneira que procura trazer à luz, não os valores de uma população que chegou aqui escravizada... São basicamente 5 milhões de seres humanos, homens, mulheres e crianças que vieram escravizados para cá. Foram 38 mil viagens feitas em mais de três séculos, eu diria, da forma mais criminosa que se tem para se justificar o ganho do capital, que é a subjugação de seres humanos.

Ao Brasil, vieram pouco mais de cinco milhões, e boa parte deles nem chegou às terras brasileiras, porque, de cada dez, morriam três ou quatro no processo da viagem e eram lançados



no mar como comida para peixe. Já foi falado que até os tubarões mudaram as suas rotas, dada a facilidade de alimentação que havia nesse processo.

E quando eu comecei a pensar nessa questão da literatura como instrumento de valor, de valorização, sobretudo no século XIX, quando, a cada cem pessoas no Brasil, dez apenas eram alfabetizadas, e eu digo "alfabetizadas" não na língua pátria – na verdade, na língua portuguesa, que é a brasileira –, mas alfabetizadas na língua francesa. A língua francesa foi um instrumento de comunicação muito forte no Brasil no século XIX, não só a língua francesa mas os costumes franceses. Quando a família real chegou ao Brasil, em 1808, ruas como a Primeiro de Março chegaram a vender casacos de pele e patins para patinar no gelo, num país tão tropical como o nosso.

Nesse contexto do letramento dessa população, a gente já tem, desde o século XVII, de 1600, grandes negros letRADOS produzindo saberes, produzindo conhecimento e fazendo comunicações, inclusive com grandes autoridades. Nesse aspecto do letramento, nesse aspecto desse processo da formação de uma nacionalidade através da literatura, a gente vai buscando essas referências e não vai encontrando, porque elas estão embranquecidas, como foram embranquecidos uma série de escritores até modernos, no período do século passado e no século retrasado.

Há pouco tempo, o Reitor José Vicente, que já esteve aqui nesta tribuna, fez a campanha "Machado de Assis Real", restaurando a verdadeira face de Machado de Assis para o Brasil, para o Brasil que não conhecia um escritor que nasceu no morro do Rio de Janeiro e que teve um processo de autodidatismo tão poderoso, que se tornou um dos principais escritores da nossa literatura. Talvez por esse fato, ele não era aceito como um homem negro no século XIX, nem no início do século XX, quando morreu, em 1908. Algumas campanhas públicas veiculadas na televisão traziam a imagem de um Machado embranquecido. Isso foi motivo de protesto não só do movimento negro mas, enfim, da sociedade. E essa campanha teve que ser mudada.

Acho que partimos desse pressuposto para dizer que só a nossa mobilização, esse poder de vigília, esse poder de denúncia que esta tribuna, que este evento de hoje acaba tendo... Acho que Antônio Crioulo foi muito feliz em algumas falas no sentido de que este espaço tem que ser usado também para essa finalidade, porque a comunicação do Brasil ainda está na mão de poderosos. Não só a comunicação mas os meios de produção do saber estão na mão dos poderosos. Até hoje nós temos uma universidade negra no Brasil, que é a Zumbi dos Palmares, a única, enquanto nos Estados Unidos você tem centenas de universidades, desde o século XIX, funcionando perfeitamente até hoje.

Mas no Brasil essas questões do racismo, eu digo até que são uma questão de Estado. O racismo, no Brasil, é uma questão de Estado. O Estado decidiu por isso. Há dados de que, ainda no século XIX, Roquette-Pinto fez uma estatística, em 1874, que foi usada em 1912, por um diretor do Museu Nacional, numa conferência dos Direitos Humanos, inclusive na ONU, em que ele dizia que, na população brasileira, no ano de 2012, não haveria mais a presença de negros, porque a miscigenação, a migração de europeus iria gradativamente eliminar essa população...

(Soa a campainha.)

O SR. TOM FARIA – ... esse sangue ruim da sociedade brasileira. E se, no ano de 2012, encontrássemos alguém ainda com estes fenótipos – nariz chato, beiço largo –, não era preciso se importar, porque seria só um resquício ainda desse sangue na sociedade.

Acho que essa camarada deve estar se virando no túmulo até hoje, o Roquette-Pinto, porque nós somos 54% da população e, daqui a 80 anos, vamos ser 80% da população. Eu estou prevendo



um Brasil completamente negro, porque a velocidade com que nós nos miscigenamos, a velocidade com que nos tornamos mais negros do que brancos, vai fazer com que o Brasil seja um país negro, autenticamente negro.

Mas eu queria, Senador, falar aqui de algumas personalidades que acho importantes nesse aspecto. O século XX eu acho que foi o pior século para a população negra no Brasil. Embora a gente tenha o século XIX como o final da escravidão, em 13 de maio de 1888, havia negros proeminentes no século XIX, e não vejo negro proeminente no século XX nem no XXI.

Às vezes, eu brincava com meus alunos – sou professor de literatura brasileira também – e pedia dez nomes de grandes personalidades do século XIX na área da música, na área da política, na área da medicina, na área do empresariado ou como escritores, como jornalistas, e eles não sabiam dar nomes de nenhum deles. Muitos ainda não sabem que aquele túnel que há no Rio de Janeiro, o Rebouças, e a Avenida Rebouças, em São Paulo, têm a ver com homens negros, que foram Antônio e André Rebouças. Toda aquela família Rebouças foi muito importante para nossa história.

Então, eu sempre falo sobre isso. Se pegarmos, na música, Pe. José Maurício, considerado o Mozart brasileiro; se pegarmos Teixeira e Sousa, considerado o pai do romance no Brasil, com o primeiro romance publicado em 1843; Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista, em 1859, com o livro *Úrsula* – não só a primeiro romance, mas também o primeiro texto de ficção que combate a questão do racismo e faz uma propaganda maciça contra a escravidão no Brasil; e Luiz Gama, que, no mesmo ano de Maria Firmina, em São Paulo – jovem nascido livre na Bahia, mas escravizado por mais de dez anos –, se tornou um grande advogado da história deste País, com mais de 500 liberações só na defesa pelos direitos humanos daquelas pessoas. E também Luiz Gama, em 1859, publica as suas trovas, que foram um marco também daquele período.

Pegando outros aspectos do negro como intelectual, que eu diria como intelectual, um aspecto negado na sociedade, o saber do negro como intelectual, nós temos o Paula Brito, um dos grandes editores brasileiros. Graças a ele nós conhecemos Machado de Assis, porque Machado de Assis foi o seu primeiro funcionário, como também foi a pessoa que publicou o primeiro texto de Machado de Assis, além de outros escritores do período romântico, fundadores do romantismo brasileiro, que também passaram, como Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, todos passaram pela loja e pela editora do Paula Brito.

Falo também de Cruz e Sousa, um poeta catarinense, fundador e criador de uma escola literária no Brasil que foi a escola simbolista. Foi o primeiro negro, o único negro brasileiro que criou uma escola literária no Brasil.

Falo também de José do Patrocínio...

Eu até vou fazer aqui uma propaganda, Senador, me permita falar sobre o meu último livro lançado agora, já chegou às livrarias na semana passada, a biografia de José do Patrocínio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TOM FARIAS – *José do Patrocínio, a pena da Abolição.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. TOM FARIAS – Patrocínio, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O livro é recente? De agora?



O SR. TOM FARIAS – Sim, chegou às livrarias agora, na semana passada. Editora Kapulana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós sempre abrimos espaço na CDH para o lançamento de livros, nas quintas-feiras, com o horário de toda...

O SR. TOM FARIAS – Terei muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É nosso convidado já no dia que quiser lançar.

O SR. TOM FARIAS – Patrocínio, para a gente ter uma ideia, é filho de um padre com uma negra de 13 anos. A gente já falou aqui um pouco que o Brasil é fundado no estupro, na violência, sobretudo da mulher. Imaginem uma jovem de 13 anos parir um filho!

Então, são essas mentalidades tão naturalizadas no Brasil, da violência – a cada 23 minutos um jovem negro morre no Brasil –, isso está muito naturalizado, a gente não se importa com isso, as pessoas não se importam que em seu departamento não tenham negros no mesmo *status* que eles.

Ao entrar no elevador, o ascensorista é negro, a pessoa que vai catar o lixo é negra, mas ela não se importa que não tenha um negro na administração, na direção, ela não se importa com isso. Enquanto o Brasil viver essa falta de se importar, o Brasil não vai mudar.

Mas voltando aqui ao Patrocínio. Patrocínio foi um camarada que modernizou a imprensa no Brasil no século XIX. O que nós conhecemos de imprensa no Brasil vem do Patrocínio, a partir de 1887, com o jornal que ele fez.

Ele só não voou antes de Santos Dumont porque o seu balão pegou fogo. Santos Dumont reconheceu esses feitos do Patrocínio como balonista.

Todo automóvel no Brasil... O primeiro automóvel no Brasil, o primeiro acidente também, no Brasil, de automóvel, deve-se a Patrocínio, ao ensinar o amigo Olavo Bilac a dirigir. Enfim, coisas de poetas e escritores. O proclamador civil da República.

Além de Patrocínio, nós temos uma infinidade de personalidades do século XIX, de engenheiros, eu diria aqui, de Parlamentares, de empresários, de Senadores, muitos que representaram esta Casa, tanto no século XIX como no início do século XX, cinco Presidentes da República com sangue negro no Brasil até 1910; na verdade, até 1916, com Rodrigues Alves, eleito duas vezes Presidente da República, o reformulador do Estado brasileiro. A configuração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TOM FARIAS – ... que se tem hoje do Rio de Janeiro cabe a Rodrigues Alves.

Médicos. Há um dado de que pelo menos um terço da população médica do século XIX era negra, dada a Escola de Medicina da Bahia e dada a Escola de Medicina de Ouro Preto formando esses médicos. Um dos maiores médicos do período foi exatamente Juliano Moreira, que entrou na faculdade de Medicina aos 13 anos de idade.

Então, esses são aspectos que, quando a gente olha as imagens dessas pessoas – eu os chamaría de intelectuais, de escritores –, estão embranquecidos numa referência, por exemplo, da sua ancestralidade, não se sabe quem é a mãe. Isso está tudo encoberto pela história.

Eu tenho muita preocupação de quando vou escrever meu livro, primeiro, escrevo-o de uma maneira que qualquer pessoa possa ler, qualquer pessoa possa entender. A linguagem precisa ser facilitada para as pessoas, porque os níveis de conhecimento são diferenciados. Então, no mundo acadêmico, a gente tem muito essa sofreguidão de querer escrever para o povo acadêmico,



esquecendo que o povo acadêmico é uma parcela muito pequena da população ainda representando o Brasil nessas instituições de nível superior.

Assim, fechando o que eu gostaria de deixar de mensagem aqui nesse aspecto que eu chamaria de um preconceito pedagógico, um preconceito linguístico que o Brasil carrega até hoje e muito forte, sobretudo quando se trata de um negro, nós precisamos sempre provar mais do que é necessário.

(Soa a campainha.)

O SR. TOM FARIA – As pessoas dizem: "Você faz o quê?". Eu sou escritor. "Mas você trabalha com quê?". Então, a minha opção de escritor não é uma profissão.

Na universidade, quando eu era professor, também havia esse confronto muito grande porque as pessoas acham que o professor tem que ter Lattes. Eu não preciso ter Lattes para poder ser professor. A minha formação não vem do Lattes, vem do banco da universidade onde eu enverguei a minha espinha, estudei para poder me tornar o profissional que eu sou.

E aí, quer dizer, num dos meus livros, que é sobre a Carolina Maria de Jesus, eu tive a felicidade de ser agora finalista do Prêmio Jabuti com esse livro – o resultado saiu na semana passada. Ela foi uma dessas pessoas que o preconceito linguístico basicamente eliminou da sociedade brasileira como intelectual. Ela escreveu, em 1960, um livro chamado *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, que foi um dos livros mais vendidos, durante quase dois anos na lista dos mais vendidos no Brasil. São 16 idiomas hoje traduzidos, 46 países e cerca de 6 a 7 milhões de livros vendidos no mundo, da Carolina, que era uma pessoa que tinha dois anos de escolaridade, pobre.

Ela dizia que era soldo da escravidão, a mineira, nascida em Sacramento, soldo da escravidão, como ela mesma dizia, moradora da favela do Canindé, uma favela que foi extinta a partir do movimento do livro da Carolina, e uma pessoa que mudou a vida dela pelo amor à literatura e pelo amor aos livros. A literatura que ela produzida de papéis que ela encontrava na rua, cadernos velhos que ela encontrava na rua, que ela reaproveitava para escrever a sua história.

(Soa a campainha.)

O SR. TOM FARIA – E, com os livros que ela encontrava no lixo, ela formava a sua biblioteca em casa.

Então, são essas pessoas que a gente procura numa data de hoje, há 31 anos desta comemoração, que eu diria do Dia Internacional dos Direitos Humanos, com foco na população negra brasileira, e são esses personagens que precisam ser lembrados.

O advogado Humberto Adami lembrou muito bem aqui o escravo de Paty do Alferes, e existe até livro sobre ele muito importante do processo que ele sofreu, mas, além de tudo isso, a残酷在na leitura desses processos do que foi feito com o Manuel Congo. É tão cruel o crime, como se fosse um exemplo para toda a população de negros do Brasil, como se essa reação, esse tipo de atitude de querer a liberdade, lutar pela liberdade, não só sua, mas a liberdade de toda uma população, fosse um crime.

Então, o Manuel Congo sofreu um crime, como eu diria, de morte natural na forca, esse processo de violência que negros e negras sofrem até hoje no Brasil.

Então, Senador, eu gostaria, encerrando realmente agora, mais uma vez, de agradecer este espaço. Eu acho que eu vou fazer das palavras aqui do nosso amigo Toni as minhas, eu acho que o senhor tem um papel importante a cumprir nesta Casa Legislativa.



(*Soa a campainha.*)

O SR. TOM FARIAS – E eu faço votos de que o senhor continue trazendo essa bandeira dos direitos humanos, trazendo a bandeira da população negra, porque, quando o senhor está sentado nessa mesa aí, nós sabemos que há um negro sentado nessa mesa, não temos dúvida disso. Além do mais, nós sabemos que somos representados através da sua pessoa.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço. Muito obrigado pelas palavras, Sr. Tom Farias, professor, jornalista, escritor, biógrafo e crítico literário, com especialização em literatura do final do século XIX, autor de livros e artigos, inicialmente publicados com seu próprio nome, Wellington Faria Alves, mais tarde adotou o nome literário de Tom Farias.

Muito obrigado. V. Exa. deu uma aula para todos nós aqui. O senhor usou o dobro de tempo dos outros, mas não parecia. Quando eu notei aqui, V. Exa. conversou conosco, conosco e com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nada disso. Isso é didática de quem é professor, articulador.

Meus cumprimentos.

Passamos a palavra agora, como última oradora, à nossa convidada. Quero dizer que a convidamos na corrida e ela disse: "Não, diga para o Paim que eu vou lá sim". E está aqui. Uma salva de palmas à Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. (*Palmas.*)

A SRA. DEBORAH DUPRAT (Para discursar.) – Boa noite a todas e todos. Eu gostaria de agradecer inicialmente ao Senador Paim, sempre tão generoso comigo, e a todas as pessoas dessa mesa que manifestaram solidariedade a minha gratidão.

Eu começo fazendo uma provocação com essa celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Há um pensamento decolonial que vai incomodar essas grandes invenções do Ocidente com a América. Então, vai perguntar por exemplo... Há um filósofo africano, o Achille Mbembe, que tem o livro *Crítica da Razão Negra*. E ele vai interrogar exatamente Kant. Onde estava Kant, esse sujeito tão genial, que cria essa teoria dos sujeitos que nascem livres e iguais em direitos, quando ele escreveu isso tudo na época da escravidão? Lembro que a Declaração Americana de Direitos Humanos – todos nascem livres e iguais em direitos –, a Declaração Francesa de 1789 – todos nascem livres e iguais – foram na época da escravidão.

Enfim, e por que o holocausto dos judeus é que dá início a essa preocupação com os direitos humanos, quando o episódio de conquista da América e da escravidão provocou holocausto em termos de tamanho e em termos de impacto similar ou talvez pior.

Então, o que há é que nós produzimos o chamado processo civilizatório, que é um artefato do Ocidente, com um olhar totalmente embranquecedor. Então, vamos ter cuidado quando falamos do tal processo civilizatório, porque ele tem cor, ele tem gênero, ele tem raça. Mas vamos celebrar, de qualquer maneira, a declaração, porque não deixa de ser um documento internacional que afirma direitos universais.

No entanto, quanto tempo a declaração demorou para chegar no Brasil? A declaração é de 1948. A primeira vez que no Brasil há um documento que prevê direitos para todas as pessoas é a



Constituição de 1988, ou seja, 40 anos depois. Mas mesmo a Constituição de 1988 nasce com uma fissurazinha. Apesar de ela ser um documento de tantas lutas, ela não é um documento de um legislador iluminado. Tentaram que fosse assim, uma comissão de notáveis. As lutas entraram nessa Constituição, mas ela nasce com uma fissura: o empregado doméstico, que nasce com menos direitos que os empregados de uma maneira geral.

Mas quem é o empregado doméstico? É uma mulher, é negra. Ela ocupa um espaço da casa sem ventilação, que reproduz as mesmas condições da casa grande e da senzala, em termos de arquitetura, e ela está absolutamente disponível, sua força de trabalho absolutamente disponível ao empregador. Precisou uma emenda à Constituição de 1988 para que houvesse essa alteração. Então, é de imaginar que todo o nosso processo de direitos é sempre muito difícil e muito tardio.

Mas vamos celebrar também a Constituição de 1988 e aí vamos celebrar que é uma Constituição que entende que há um racismo estrutural, tanto que ela é tão econômica no Direito Penal. O Direito Penal da Constituição está todo no art. 5º, Dos Direitos Fundamentais. Ela vai prever o racismo como crime inafiançável, como uma das condutas mais abjetas que pode haver numa sociedade que distribui direitos e convive de forma civilizada.

E vai haver uma política extremamente interessante que vai ser, não sei por que razão, lá no finzinho da Constituição, no capítulo das Disposições Constitucionais Transitórias, um artigo que vai falar da demarcação das terras quilombolas. Lembro que esse artigo, em termos reais e simbólicos, é de uma potência enorme, primeiro porque ele vai revelar aquilo que foi a farsa do final da escravidão sem indenizações e uma lei de terras que impedia os negros e negras de adquirirem terras, porque afinal terras só podiam ser compradas mediante dinheiro, que era alguma coisa, pois quem havia acabado de sair de um regime sem direitos não poderia ter acumulado fortunas.

É tão curioso esse dispositivo que eu entrei no Ministério Público Federal para trabalhar com a questão indígena e fui surpreendida, muitos anos depois da Constituição, em meados da década de 90, com alguém chegando e falando assim: "Há 700 comunidades quilombolas no Brasil". Eu falei: "Como?". Inclusive vizinhas, como Kalunga, Mesquita. Eu falei: "Como? O que é isso? Não é Palmares? Não aconteceu só Palmares?".

Estou falando de um processo de invisibilização tamanho que nós do Direito, que trabalhávamos essa categoria direitos humanos, não conhecíamos as comunidades quilombolas no Brasil. Enfim, na hora em que você se abre, você começa a descobrir que elas não são 700; elas são 2 mil, depois 4 mil e hoje 6 mil.

Mas esse dispositivo, que era tão importante para mostrar que é uma Constituição que mudava o seu rumo, ao transferir a responsabilidade dos grandes latifúndios brancos pelas grandes mazelas no campo, conseguiu ter uma tradução de que: "Não, na verdade, esses latifundiários não poderiam ser responsabilizados pela escravidão e muito menos pela concentração de terras no meio rural. Então, vamos inventar que nós temos que ter um processo de desapropriação". E nós temos, passados 31 anos da Constituição, um número de terras tituladas que não cabe aqui. Lembro que, quando saiu o primeiro decreto, no Governo Fernando Henrique Cardoso, exigiam-se cem anos de permanência na terra. Era o usucapião negro, porque, em qualquer outra circunstância, quem estivesse no campo, ocupando uma terra por mais de 25 anos, tinha direito à propriedade da terra. Mas, para os negros, tinha que ser cem anos.



Quando veio o Decreto 4.887, no Governo Lula, no dia seguinte à edição do decreto, houve uma ação direta de constitucionalidade que, mais uma vez, foi o motivo de paralisação de todo esse processo de demarcação das áreas quilombolas.

No SUS, quando surge, não há padrões para os médicos e médicas em relação à anemia falciforme. Até hoje nós não tratamos o aborto, quando se aborta muito no Brasil, mas quem morre por abortamento inseguro são as mulheres negras, jovens, das periferias brasileiras. Se nós pensarmos o que foi a epidemia zika vírus e quais foram as crianças e as mães afetadas, nós vamos chegar ao mesmo público de mulheres negras e jovens.

A educação é tão importante, que a Constituição pensa para o exercício da cidadania, da diversidade, a educação como resgate das histórias não contadas. Até recentemente, um dos autores mais festejados para as crianças era Monteiro Lobato. E há um livro de Monteiro Lobato, *Caçadas de Pedrinho*, que já vinha, até uns cinco anos atrás, com uma introdução dizendo que caçar é crime. Nós todos, hoje em dia, gostamos muito do meio ambiente, nós...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DEBORAH DUPRAT – ... festejamos o meio ambiente. E, no entanto, não havia nenhuma nota introdutória, que o professor tivesse obrigação de explicar em sala de aula, dizendo que, quando chamam a Tia Anastácia de macaca, aquilo é racismo. Não havia! Não sei se recentemente houve alguma alteração nesse livro didático.

Enfim, lembro, mais uma vez, que nada surge por acaso. As cotas raciais nas universidades e o ensino da história da África, da cultura africana no Brasil surgem quando Abdias Nascimento, na década de 70, foi convidado a participar de um congresso na África. Abdias já era conhecido no Brasil por um discurso que denunciava a democracia racial. Abdias foi proibido pelo Ministério das Relações Exteriores de sair do Brasil e ir para África participar desse seminário, mas conseguiu fazer chegar lá um documento que ele tinha produzido denunciando a farsa da democracia racial brasileira e mostrando que muitas atitudes tinham que ser adotadas para se superar esse passivo de desigualdade racial no Brasil, de dominação branca. E duas políticas, ao ver de Abdias Nascimento, eram essenciais. A primeira eram as cotas raciais, como imperativo democrático. Instituições públicas têm que refletir o perfil demográfico da população brasileira. Cotas começando por onde? Ministério das Relações Exteriores e depois universidades. E o estudo da África e da cultura africana no Brasil também é uma ideia de Abdias Nascimento, que depois vai sendo incorporada ao Direito brasileiro.

Terminando, porque já estamos muito tarde, nós estamos num momento em que esses poucos ganhos constitucionais estão sob ameaça. Tudo isso, o investimento que foi feito corre risco. Nós temos a Emenda 95, que criou o teto de gastos, e, com isso, as políticas de promoção da igualdade racial praticamente acabaram. Nós não temos mais demarcação de áreas quilombolas, que o Presidente disse que não vai fazer mesmo, ele disse claramente que não vai nenhum centímetro de terra. E, se pegarmos o Orçamento previsto para 2020, eu acredito que nós não vamos ter mais nenhuma política de igualdade racial com um orçamento minimamente adequado, porque, de uma maneira geral, o investimento público sofreu uma redução de 40%.

E eu quero aqui lembrar uma conversa que eu tive recentemente com o filósofo, negro, professor em São Paulo na universidade, Sílvio de Almeida. Ele me falou: "Deborah, a gente esquece que as revoluções não podem ser jurídicas, se elas não são acompanhadas se revoluções éticas e estéticas". O que nós temos que fazer é, enfim, mudar completamente a percepção do que é belo, do que é poder, do que são os espaços simbólicos, como é que os museus retratam, como é



que as escolas ensinam, quais são os livros que nós lemos, quais são os atores de justiça nos tribunais, quais são os Parlamentares que decidem o que é bom e o que é ruim.

É isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a nossa querida Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Vou falar para vocês – o pessoal da minha assessoria vai ficar bravo comigo, mas descontraidamente –: está aqui um belo pronunciamento feito em equipe – Isabel, Paulo André, Ivanete, enfim, todo mundo trabalhou. Mas tudo que eu falar no pronunciamento vocês já disseram aqui, e eu me sinto contemplado pelo que está também neste pronunciamento. Por isso, não há necessidade. Eu vou dar por lido o discurso do Presidente, mas vou fazer só um gesto.

Eu confesso que, até o momento, ainda está na minha garganta o que aconteceu em Paraisópolis, São Paulo, quando eu vi aquela moçada – negros e negras, 95% – tratada quase como gado, que botavam no gueto, espancavam, e eles não tinham saída. Eu vi na TV isso, não tinham para onde sair. Isso é inaceitável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E dá a impressão de que é algo natural, algo natural, que aconteceu. Não, não é natural! Eu vi, em uma outra cena, a moçada tendo que sair por um único local e, quando saía, ganhava uma paulada. Onde estamos? Era o Estado, era o Estado batendo.

Por isso, resolvi que a melhor forma da minha fala aqui hoje é falar duas coisas, só duas, que são a síntese do pronunciamento. Primeira delas – não sei se há algum jurista aqui – é que hoje quase ninguém é enquadrado na lei de racismo, que é imprescritível, que não prescreve, que é prisão, e tudo é considerado injúria. Fica como injúria e pronto, o cara pega e vai embora. A gente pensa em rever essa questão simplesmente da injúria, que virou um instrumento para não punir aqueles que cometem crime de racismo. E segundo, que para mim é mais grave, mas alguém tem que falar, e eu vou falar: nós temos que dar uma boa discutida com todos os partidos políticos neste País, todos, porque hoje você não precisa ser bem de vida ou rico ou ter financiamento de um grande empresário para ser candidato a alguma coisa. Na minha última campanha, eu não gastei um centavo do meu bolso. Eu vou dizer o porquê. Nas outras todas, eu tive que mendigar para lá e para cá, campanhas baratas, mas na última eu não gastei, porque existe hoje fundo eleitoral e fundo partidário. Ora, por que nós não vamos ter... Estou apontando para amanhã já; amanhã é o ano que vem. Por que nós não vamos ter mais candidatos negros e negras para Vereadores ganhando a mesma ajuda que os que não são negros ganham? Por quê? Vamos ter ali em 2022 campanha para Deputado Estadual, Federal, Senador, Governador e Presidente da República. O fundo partidário e eleitoral pode tranquilamente financiar a campanha dos candidatos, independentemente da cor da pele.

Eu queria muito, porque essa é uma provocação positiva. Não estou aqui acusando ninguém, mas é fundamental que os partidos políticos começem a pensar em realmente financiar campanha de brancos e negros na mesma proporção, já que nós somos 54% da população. Não vejo problema nenhum. Qual era a desculpa no passado? Não, a pobreza tem cor neste País: é preta. Consequentemente, ninguém tinha dinheiro para fazer campanha. Hoje, com o fundo eleitoral e partidário, esse problema não existe. Então, nós vamos ter que ter uma boa conversa com todos os partidos políticos para que possam ser financiadas as campanhas dos candidatos a Vereadores e Prefeitos que se aproximam aí.



Acho que é possível. Esse diálogo é possível. É só nós olharmos... Eu sei que isso aqui não é coisa nova, mas quantos Vereadores negros e negras nós temos eleitos neste País? Na minha cidade, não há nenhum, só para dar um exemplo. Minha cidade não tem, e não é uma cidade pequena. Quantos Deputados Estaduais negros e negras nós temos eleitos neste País? Leonel pode me ajudar, mas parece que o meu Estado não tem nenhum. Não é que é só o meu Estado, é geral. Quantos Deputados Federais? Quantos Senadores? Quantos Senadores nós temos negros e negras?

Não é só dizer que eu tenho a pele mais clarinha ou mais escurinha, mas assumir a sua negritude e defender o interesse desse povo, que são 54% da população. Nós temos que discutir um pouco mais isso, e dá para fazer uma boa discussão. E dá para fazer uma boa discussão. Quantos Governadores nós temos? Eu não sei. Dos 27 Estado da Federação, não sei. Eu, sinceramente, não sei. Quantos reitores nós temos? Um? Não sei. Vou dizer que aqui eu vi um.

Esse é um debate que, se nós quisermos de fato mudar este País, nós vamos ter que aprofundar. Quantos executivos nós temos? Nas Forças Armadas, quantos nós temos? É algo para que, eu acho, tem que fazer um observatório, começar a debater, discutir e fazer acontecer, porque senão nós vamos só ficar lamentando o que aconteceu em Paraisópolis, por exemplo, porque a saída para mim é pela questão política, é pelas instituições, é pela democracia, é pelos espaços maiores dos quilombolas.

Esse Governo parece que não quer investir mais na questão quilombola, você disse muito bem. Mas que movimento nós estamos fazendo – agora as emendas são automáticas, a liberação – em cima dos Parlamentares? Há emenda de bancada, há emenda individual, há emenda de Comissão, de forma tal que a gente consiga mandar verba para as comunidades que são mais vulneráveis.

E por fim, pessoal, como eu estou muito indignado, porque eu vi, acompanhei, não dormi de noite vendo aquilo, o que fizeram lá em Paraisópolis – e, como muitos já me disseram, a esse se deu visibilidade, mas muitos como esse já aconteceram –, eu queria, no encerramento aqui, simbolicamente, fazer o seguinte gesto: eu vou dizer o nome de cada um desses meninos e menina que faleceram lá... Que faleceram! Foram assassinados, que morreram, foram assassinados; e eu queria só que vocês dissessem "presente". E nós vamos fazer aqui depois o primeiro minuto de silêncio, que já fizemos aqui para muita gente, mas, em nenhum momento, foi feito para esses meninos e meninas. Eu queria que todos vocês só dissessem "presente".

Gustavo Cruz Xavier, tinha 14 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Repito: Gustavo Cruz Xavier, 14 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dennys Guilherme dos Santos Franco, 16 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dennys Guilherme dos Santos Franco, 16 anos.

(Manifestação da galeria.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcos Paulo Oliveira dos Santos, 16 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Denys Henrique Quirino da Silva, 16 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Luara Victoria Oliveira, 18 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gabriel Rogério de Moraes, 20 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eduardo da Silva, 21 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bruno Gabriel dos Santos, 22 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mateus dos Santos Costa, 23 anos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos assassinados lá, na favela de Paraisópolis, cidade de São Paulo. Qual o crime deles? Ser negro, pobre, adolescente, gostar do baile *funk* e não ter nenhum tipo de diversão. Calculem os senhores que estão me assistindo nas suas casas se fossem os meus filhos, os seus filhos, os nossos filhos. São filhos do povo brasileiro. Morrer sufocado? Espancado? Não tendo para onde correr? Calcule! Eu me ponho no lugar deles, todos correndo, e no fundo uma grade, não tinha por onde sair...

Pode completar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Corredor polonês. Isso não pode passar assim!

Eu fiz uma audiência pública hoje pela manhã, vou fazer outra amanhã de manhã, e vamos continuar esse debate. Essa história não pode se repetir! Porque, afinal, que Congresso é este? Que liberdade é essa? Que Justiça é essa? Vai mais uma vez ficar o dito pelo não dito? Não vai. Não pode ficar.

Eu entro com um voto de pesar, para encaminhar à favela, aos familiares, a todos os segmentos, mas quero aqui, agora, junto com vocês, a gente vai fazer um minuto de silêncio em



homenagem a essa juventude massacrada. Em cada dez... Eu tinha todos os dados no meu pronunciamento, mas todos sabem que a cada dez jovens assassinados, oito são negros.

Eu não quero oito negros nem quero dois brancos. Eu não quero ninguém assassinado na nossa juventude.

Por isso eu peço a todos que se ponham de pé para um minuto de silêncio, homenageando os familiares e em protesto contra que isso que vem acontecendo em nosso País.

Eu controlo lá. Depois, a gente termina com uma salva de palmas a eles, que lá no alto chegue a nossa energia, em oração, a eles. (*Pausa.*)

(*Faz-se um minuto de silêncio. (Palmas.)*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa sessão temática de direitos humanos, com foco no preconceito racial.

Amanhã de manhã, às 9h, começa outra na CDH.

Um abraço a todos. Vão com Deus, de retorno aos seus lares.

Que as palmas sejam de homenagem a eles que estão lá no alto, injustamente assassinados.

O.k., encerrada. Até a amanhã.

Eu convido a todos para tirarmos uma foto aqui em cima em homenagem aos direitos humanos – para os que puderem subir, há um acesso lateral. Vamos tirar uma foto coletiva aqui em cima.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 26 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 243^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

GLBSI- Memo. 145/2019

Fica-se à
 substituição.
 Em 09/12/19

Brasília, 9 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
 Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição de membro da CCJ

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do **Senador Flávio Arns** para compor, na condição de membro titular, a *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ* em substituição ao **Senador Fabiano Contarato**.

Atenciosamente,

Senadora Leila Barros
 Líder do *Bloco Senado Independente* em exercício

Recebido em 9/12/2019

Hora: 12:23

Alice Lima Lapa
 Matrícula 341864 SLSF/SGM



Designação



A Presidência designa as seguintes Senadoras e os Senadores para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense, nos termos do Requerimento nº 994, de 2019:

Titulares	Suplentes
Bloco Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
1. Dário Berger	1. Marcio Bittar
2. Mecias de Jesus	
3.	
Bloco Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
1.	1.
2.	
Bloco PSDB/PSL	
1. Izalci Lucas	1.
PODEMOS	
1.	1.
Bloco da Resistência Democrática (PT, PROS)	
1.	1.
Bloco Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
1. Jorginho Mello	1.
PSD	
1. Otto Alencar	1. Nelsinho Trad

* De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.





SENADO FEDERAL
Liderança do Partido Social Democrático

OFÍCIO Nº 169-GLPSD/2019

Brasília, 27 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de membros da CPI – Familiares das vítimas do acidente dos jogadores da Chapecoense.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Regimento Interno do Senado Federal, indico para compor a **CPI criada para tratar da situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores do time da Chapecoense**, como Titular:

- Senador Otto Alencar (PSD/BA);

Como Suplente:

- Senador Nelsinho Trad (PSD/MS);

Atenciosamente,

Senador OTTO ALENCAR
Líder do Partido Social Democrático

Recebido em 28/11/2019
Hora: 9:28

Alice Lima Lana
Matrícula 341864 SLSF/SGM





Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil

OF. Nº 239/2019 GLMDB

Brasília, 27 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
 Presidente do Congresso Nacional
 70.165-900 – Brasília/DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e do REPUBLICANOS para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, acerca da “*situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol*”.

TITULARES	SUPLENTES
1- Dário Berger (MDB/SC)	1- Marcio Bittar (MDB/AC)
2- Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Senador **EDUARDO BRAGA**
 Líder do MDB e da MAIORIA

Recebido em 22/11/2019
 Hora: 19:09

Fábio Giordani Rues Ferreira
 Matrícula: 29851 SLSF/SGM

Ala Antônio Carlos Magalhães, Gab. 04 – 70165-900 Brasília/DF. Tel: (61) 3303-1400





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. Nº 076/2019-BLVANG

Brasília, 25 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Jorginho Mello** (PL/SC) para integrar, como membro **Titular**, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense – CPICHAPE, criada pelo Requerimento nº 994, de 2019-CN, destinada a “*apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas naquele terrível acidente aéreo.*”

Atenciosamente,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Líder do Bloco Vanguarda
DEM – PL – PSC

Recebido em 25/11/2019
Hora: 20:34

Thiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SCM





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 121/19-GLPSDB

Brasília, de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador **IZALCI LUCAS** para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas naquele terrível acidente aéreo, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Recebido em 20/11/19
Horas: 18:58
Assinatura: *Júlia Soares Amorim*
Matrícula: 302809 SLSF/SGM



Mensagem do Presidente da República



MENSAGEM Nº 648

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Declara o padre Theodor Amstad Patrono do Cooperativismo Brasileiro”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.926 , de 6 de dezembro de 2019.

Brasília, 6 de dezembro de 2019.



Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar dos autógrafos.



Ofício da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1458/2019/SGM/P

Brasília, 4 de dezembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Palácio do Congresso Nacional
Brasília-DF

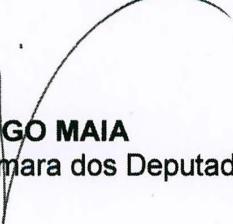
Assunto: **Declaração de prejudicialidade do PL n. 2.731/2008.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que declarei prejudicado o PL n. 2.731/2008, do Senado Federal, nos termos do artigo 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente,

PLS 75/2005


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Recebido em 04/12/19
Hora: 17:42

Rodrigo Bressan Saldanha - Mat. 31574
SGM/SLGF

24.579 (AGO/18)



Documento : 83666 - 5



O Ofício da Câmara dos Deputados nº 1.458/2019 retorna ao Arquivo.



Ofício "S"





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" N° 43, DE 2019

Encaminha denúncia de feminicídio.

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

DESPACHO: À CDH.



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

MEMO. Nº. 032/19 - CDH

Brasília, 05 de dezembro de 2019

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
 Presidente do Senado Federal
 Em mãos

Assunto: solicita autuar denúncia sobre feminicídio, encaminhada por advogado.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, recebeu denúncia de feminicídio, encaminhada por um de advogado.

Entendo que, por ser tratar de grave violação aos direitos humanos, a referida denúncia deve ser examinada e encaminhada ao órgão competente para conhecimento e providências cabíveis.

Assim, solicito seja o referido documento autuado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, a fim de que possamos instrui-la.

Cordialmente,

Senador Paulo Paim
 Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Recebido em 6/12/2019
 Hora: 09:05

 Alice Lima Lana
 Matrícula 341864 SLSF/SGM

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
 Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho, sala 4 A | CEP 70165-900 | Brasília DF
 Telefone: +55 (61) 3303 2005 | Fac-símile: +55(61) 3303 4646 | scomcdh@senado.gov.br

Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6330, DE 2019

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para ampliar o acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral pelos usuários de planos de assistência à saúde.

AUTORIA: Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

SF/19097.52028-11

PROJETO DE LEI N.º de 2019.
(DO SENADOR REGUFFE)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para ampliar o acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral pelos usuários de planos de assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

.....
 § 4º As coberturas a que se referem as alíneas *c* do inciso I e *g* do inciso II deste artigo são obrigatórias, em conformidade com a prescrição médica, desde que os medicamentos utilizados estejam registrados no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, com uso terapêutico aprovado para essas finalidades.

§ 5º O fornecimento previsto nas alíneas *c* do inciso I e *g* do inciso II deste artigo dar-se-á por meio de rede própria, credenciada, contratada ou referenciada, diretamente ao paciente ou ao seu representante legal, podendo ser realizado de maneira fracionada por ciclo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.880, de 12 de novembro de 2013, incluiu tratamentos antineoplásicos ambulatoriais e domiciliares de uso oral, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia entre as coberturas obrigatórias dos planos privados de assistência à saúde. Passaram a ter cobertura, igualmente, medicamentos para controle de efeito adversos ao tratamento e medicamentos adjuvantes à quimioterapia oncológica. A despeito disso, o acesso de pacientes que têm planos de saúde a esses tratamentos ainda é difícil.

Isso acontece, porque, ao contrário dos medicamentos administrados na internação hospitalar – que são de cobertura obrigatória, desde que estejam regularmente registrados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) –, no que se refere a medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, há que se respeitar as condições estipuladas nas Diretrizes de Utilização, estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Por conseguinte, no caso da quimioterapia endovenosa, assim que uma nova medicação é registrada pela Anvisa, ela já é incorporada na cobertura dos planos de saúde. No caso dos medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, contudo, o paciente só tem acesso ao medicamento que, além de aprovado pela Anvisa, integre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde estabelecido pela ANS, o qual só é atualizado a cada dois anos.

O presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Sérgio Simon, é enfático ao afirmar: “*Se a medicação de via oral está aprovada pela Anvisa não tem sentido o paciente esperar dois anos pela atualização do rol e ainda tem o risco da medicação que ele precisa não entrar na lista*”.

Essa situação prejudica sobremaneira o tratamento do paciente oncológico, pois, se precisar de um medicamento oral que não está no rol, a única forma de obtê-lo é mediante processo judicial.

SF/19097.52028-11





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

SF/19097-52028-11

Todavia, se um medicamento antineoplásico de via oral já foi aprovado pela Anvisa, não há motivo para o paciente esperar dois anos pela atualização do rol e, ainda, correr o risco de a medicação não entrar na lista.

De fato, a quimioterapia oral apresenta inúmeras vantagens: mesma eficácia que a medicação utilizada por via parenteral; maior conforto ao paciente, pois o medicamento é tomado em casa; e menor utilização dos hospitais, o que gera economia. Além disso, o futuro do tratamento oncológico é a sua administração por via oral e, desse modo, novos medicamentos têm surgido com rapidez.

Por essas razões, considerando ser necessário agilizar o tratamento das pessoas com câncer e promover o acesso aos antineoplásicos orais, porque a doença não espera, conclamamos nossos Pares a aprovar a presente proposição.

Sala das Sessões,

REGUFFE

SENADOR DA REPÚBLICA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde - 9656/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9656>

- artigo 12

- Lei nº 12.880, de 12 de Novembro de 2013 - LEI-12880-2013-11-12 - 12880/13
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12880>



O Projeto de Lei nº 6330, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1083, DE 2019

Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Renato César de Carvalho.

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

SF/19832.65184-73 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à família e amigos do senhor RENATO CESAR DE CARVALHO, pelo falecimento de RENATO CESAR DE CARVALHO, PRESIDENTE DA Associação dos Jornais do Interior do RS (ADJORI-RS).

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

RENATO CESAR DE CARVALHO, PRESIDENTE DA Associação dos Jornais do Interior do RS (ADJORI-RS).

Morreu na tarde do domingo, dia 08 de novembro de 2019, na cidade de em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul (RS), onde estava internado desde setembro, o empresário e jornalista RENATO CESAR DE CARVALHO.



Renato era o diretor-presidente do Jornal O Semanário, da cidade de Tupanciretã, RS, e Presidente da ADJORI-RS - Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul e também da ADJORI-BRASIL – Associação dos Jornais do Interior do Brasil.

“Renatinho”, como era conhecido e carinhosamente chamado, foi um ícone do jornalismo do interior, estando à frente da Adjori-RS desde 2015.

Organizou e realizou Congressos Anuais de Jornais do Interior, o espaço Casa dos Jornalistas do Interior na Expointer entre outros projetos.

Eu pude participar do 55º Congresso de Jornais realizado pela Adjori em setembro de 2018, na cidade Torres, RS. O evento reuniu cerca de 200 pessoas, representando 80 jornais do interior do RS.

Renatinho deixou ex-esposa Themis Goretti que com ele teve o casal de filhos Nathália, e Teodoro, e os netos Pedro Afonso e Iris Luiza, além é claro de uma multidão de amigos e admiradores de seu trabalho árduo em prol do jornalismo do interior, sua maior paixão na vida.

Renato faleceu em função de falência de múltiplos órgãos decorrente de uma infecção urinária. O jornalista tinha 64 anos e estava internado no Hospital São Vicente, em Cruz Alta desde final de setembro, onde fazia tratamento.

O corpo está sendo velado na capela São Camilo e o enterro ocorre nesta segunda-feira, no cemitério municipal de Tupanciretã, na Região Central do estado.



O 1º vice-presidente da AdjoriRS, Jair Francisco de Souza, que já estava exercendo as atividades de presidente da entidade devido ao afastamento de Renato e lamentou a morte do amigo. Jair comentou que "a principal lembrança que ele deixa para os amigos é a vontade de viver. Ele sofreu acidente de carro aos 18 anos, no auge da juventude, e ficou quatro anos entre idas e vindas do hospital. Sempre lutou muito e nunca reclamava de nada", lembra. À frente da AdjoriRS desde 2016, Carvalho foi reeleito em 2018. Há pelo menos 30 anos ele comandava o Semanário, em Tupanciretã.


SF/19832-65184-73 (LexEdit)

Ele lembra também que Renato era uma pessoa independente, mesmo com dificuldades de locomoção. "Depois do acidente ele ficou deficiente, mas utilizava uma bengala para caminhar. Apesar disso, ele era totalmente independente na vida, viajava. Ele aproveitou bastante", destaca.

Em 19 de dezembro, Carvalho iria completar 65 anos.

Descanse em paz guerreiro da notícia e da boa informação do interior do meu Rio Grande!

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2019.

**Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 155, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2018, do Senador Randolfe Rodrigues, que Acrescenta o art. 210-A à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para suspender a contagem do período de afastamento do servidor no decorrer de capacitação, estudo ou programa de pós-graduação que esteja em concomitância com a licença à maternidade, à adoção ou à paternidade.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Rose de Freitas

04 de Dezembro de 2019



PARECER N° DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2018, do Senador Randolfe Rodrigues, que *acrescenta o art. 210-A à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para suspender a contagem do período de afastamento do servidor no decorrer de capacitação, estudo ou programa de pós-graduação que esteja em concomitância com a licença à maternidade, à adoção ou à paternidade.*



SF/19502.78890-71

Relatora: Senadora ROSE DE FREITAS

I – RELATÓRIO

Vem para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2018, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Em seu art. 1º, a proposição acrescenta o art. 210-A à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. O objetivo do novo artigo é impedir a simultaneidade do exercício do direito à licença para capacitação ou para estudo, no País ou no exterior, com o exercício do direito à licença pela condição de gestante, de adotante ou de pai ou de mãe. O art. 2º da proposição estabelece que a lei dela resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Em suas razões, o autor argumenta que a chegada de uma criança à vida do servidor exige dele dedicação integral, o que torna sem sentido a vigência de uma licença para estudo ou capacitação quando se sabe que não haverá condições para o estudo ou a capacitação.



O projeto foi encaminhado à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

O Senador Eduardo Girão apresentou uma emenda para vincular a suspensão da contagem do tempo da licença para capacitação à comprovação da “suspensão formal das atividades de capacitação a que o servidor estiver vinculado durante o período em que o mesmo estiver usufruindo da licença”.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado federal, compete a esta Comissão opinar sobre proteção à família, o que torna regimental o exame do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2018.

Não há óbices de constitucionalidade da proposição, que se apoia sobre o art. 24 e o inciso III do art. 59, da Carta Magna, nem de juridicidade: ela não colide com lei vigente nem com princípio geral de direito e terá eficácia, pois não é redundante e encontra lugar lógico no ordenamento jurídico brasileiro.

Estamos de acordo com a ideia do autor, bem como com sua abordagem do tema. Quando se trata de capacitação, por um lado, e de família, por outro, há que se procurar um bom ajuste dos direitos e dos deveres aí implicados, pois ambos são de interesse da sociedade brasileira como um todo.

Não há sentido em que o período de capacitação seja consumido pelos afazeres maternos ou paternos nem em que o início da primeira infância seja sacrificado com o aperfeiçoamento profissional. O que se quer é a integralidade das finalidades da lei: profissionais aperfeiçoados e crianças sadias, física e emocionalmente.

Por fim, a proposição surge aprimorada com a incorporação da emenda apresentada a esta Comissão, que assegura que a interrupção da contagem, por parte do Estado brasileiro, corresponda à interrupção das atividades na instituição visitada, para fins de capacitação, pelo interessado – de modo a se evitar que a intenção do Estado se perca ante a realidade de fato de a instituição visitada seguir demandando atividades daquele em processo de capacitação. Com a emenda, garante-se o melhor uso possível dos recursos públicos, sem que se perca a finalidade fundamental, que é a proteção de direitos fundamentais.

SF/19502.78890-71


Do ponto de vista da técnica legislativa, optamos por acolher a Emenda nº 1 oferecida perante esta Comissão mediante a incorporação do seu teor ao *caput* do art. 210-A.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2018, com a incorporação da Emenda nº 01 desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos da seguinte:

SF/19502/78890-71

EMENDA N° 2 -CDH

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 210-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2018:

“Art. 210-A. A superveniência das licenças previstas nos arts. 207, 208 e 210 suspende a contagem do período de afastamento de que tratam os arts. 87, 95 e 96-A, condicionada à comprovação da suspensão formal das atividades que motivaram o afastamento.

Parágrafo único.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Relatório de Registro de Presença

CDH, 05/12/2019 às 09h - 136^a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 153/2018)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ROSE DE FREITAS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 2-CDH, QUE INCORPORA A EMENDA Nº 1, APRESENTADA PELO SENADOR EDUARDO GIRÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 156, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 33, de 2018, que Fim da Taxa de 15 reais do
Despacho Postal para produtos importados não tributados.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Marcos Rogério

04 de Dezembro de 2019



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER N° , DE 2019

SF/19457/41199-60

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão (SUG) nº 33, de 2018, do Programa e-Cidadania, cujo objeto é o *fim da Taxa de 15 reais do Despacho Postal para produtos importados não tributados.*

Autor: PROGRAMA E-CIDADANIA

Relator: Senador MARCOS ROGÉRIO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 33, de 2018, do Programa e-Cidadania, cujo título é *fim da Taxa de 15 reais do Despacho Postal para produtos importados não tributados.*

A SUG nº 33, de 2018, visa a coibir que “os Correios” – Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) – cobrem “taxa” denominada Despacho Postal para produtos não taxados pela Receita Federal.

A origem remota da SUG nº 33, de 2018, é a Ideia Legislativa nº. 109.547, que contou com 34.809 apoios, configurando 14.809 apoios a mais que o mínimo necessário, que é de 20.000.

A justificação consiste no reestabelecimento de prática anteriormente utilizada pela ECT, qual seja, a não cobrança do Despacho Postal para produtos não tributados pela Receita Federal, notadamente pelo fato de que a empresa pública “não deveria onerar mais ainda seu público, sem oferecer uma contrapartida decente em melhorias reais de qualidade na entrega”.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF19457-A1199-60

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e com a Resolução nº 19, de 2015, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas, inclusive decorrentes de ideias legislativas que obtiverem apoio de pelo menos vinte mil cidadãos, como é o caso.

Em adição, a proposição envolve matéria sujeita à competência privativa da União, não arrolada entre as reservadas ao Presidente da República. Desse modo, pode o Congresso Nacional, por meio de seus membros ou Comissões, exercer a iniciativa legislativa sobre o assunto. A par disso, não há óbice à matéria no que tange à constitucionalidade.

De igual modo, a proposição engendra uma inovação no ordenamento vigente e com ele se harmoniza. Enfim, veiculada pela espécie normativa apropriada, não há nada a embaraçar o prosseguimento da proposta no que concerne à juridicidade.

A sugestão ora examinada é meritória.

Em poucas palavras, o serviço de entrega de um produto importado passa pelo ato de uma pessoa adquirir algo do exterior, pagando o valor da mercadoria e do frete, que engloba todo o percurso do exterior até o local escolhido pelo adquirente (residência, trabalho ou local de livre escolha no Brasil). Na sequência, o adquirente paga o tributo, quando devido, eletronicamente ou em agências da ECT. Desde 2014, com a cobrança do Despacho Postal, o adquirente paga também um valor fixo à ECT, além, de não raro, ter que buscar a encomenda fora do local eleito.

De acordo com a ECT, a partir de informações coletadas no sítio eletrônico oficial, o Despacho Postal se trata de um serviço inerente ao processo de importação, algo como “atividade administrativa de suporte ao desembarque aduaneiro”. Apesar de não explícito, pode-se inferir que são atividades como o recebimento dos objetos, inspeção por raio-x, formalização da importação e disponibilização de informações ao importador para liberação da encomenda via internet. Portanto, atualmente, a empresa estatal se posiciona no sentido de que o Despacho Postal não é tributo nem frete e o seu pagamento é obrigatório para a





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF/19457/41199-60

liberação da encomenda recebida no Brasil, independentemente de ser tributada ou não.

Instituído desde 2014, o Despacho Postal de produtos isentos de tributação não era cobrado pela ECT. Mas, em agosto de 2018, a cobrança passou a abranger todo e qualquer produto – importado ou não. Atualmente, o preço praticado para a prestação desse serviço é de R\$ 15,00 (quinze reais), cuja cobrança, de acordo com a ECT, é quatro vezes menor que as praticadas pelo segmento de encomendas, além de estar convencionada a possibilidade de cobrança pelo setor postal mundial.

Não obstante os argumentos lançados pela ECT, a exigência da cobrança não merece prosperar, por motivo de ordem regulatória-concorrencial e de defesa do consumidor.

Primeiro ponto. A Lei nº 6.538, de 25 de junho de 1978, também conhecida como Lei Postal, prevê que o serviço postal será explorado pela União, por meio de empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações. E, conforme o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, essa empresa é a ECT, a quem compete executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais no Brasil (art. 2º). A mesma lei dispõe que a ECT goza de isenção de direitos de importação de materiais e equipamentos destinados aos seus serviços, dos privilégios concedidos à Fazenda Pública, quer em relação a imunidade tributária, direta ou indireta, impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, quer no concernente a foro, prazos e custas processuais (art. 12).

Portanto, a partir dos dispositivos mencionados tem-se que a lógica regulatória postal escolhida pelos legisladores brasileiros é a de existir a universalização, de modo que atinja um maior número de cidadãos possíveis. Em razão disso, optou-se pela criação de uma empresa pública, com missão pública de fazer garantir o acesso ao serviço postal para todos os cidadãos, ao permitir que cartas e encomendas em geral vindas do exterior sejam recebidas e distribuídas para os cidadãos por preços que garantam a acessibilidade resguardada na constituição. Registre-se que em razão dessa missão pública, a ECT goza de privilégios não extensíveis ao setor privado.

Segundo ponto. A ECT representa o Brasil na União Postal Universal (UPU), entidade que congrega mais de 190 países, sendo a única empresa





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF1945741199-60

brasileira autorizada a operar com essa malha postal internacional. Desse modo, quando o frete é pago no país de origem do remetente, este tem a obrigação de custear a entrega e enviar a encomenda que será finalizada no país de destino. O frete, em tese, já engloba todos os custos da remessa.

Terceiro ponto. A imposição de cobrança do Despacho Postal por parte da ECT, a despeito da faculdade trazida pela União Postal Internacional, prevista no item 3 do art. 20 da Convenção Universal Postal, inviabiliza remessas de baixo valor e isentas de tributação, como por exemplo encomendas de até cinco dólares, que representa boa parte das encomendas abaixo do limite autorizado pela Receita Federal. Conforme mencionado, a ECT é a única empresa brasileira com acesso a essa União Postal Internacional, portanto, com acesso a essa malha internacional de serviços postais, de modo que diversos consumidores certamente são lesados e impedidos do acesso ao serviço postal de importações de produtos de baixo valor.

Sabemos que há outras empresas que prestam serviço postal internacional, mas com características e mercado relevante muitas vezes distintos, focadas em entregas mais rápidas, com serviços adicionais de rastreamento etc. Contudo, a nosso ver, não possuem a mesma malha postal geográfica da ECT, nem detém o dever, dadas as condições legais e de mercado, de prover serviço universalizado com preços mais reduzidos à população.

Quarto ponto. Entendemos que o despacho postal tem clara natureza de contraprestação de serviço, não sendo taxa, tributo ou qualquer coisa do tipo. E, ainda que a ECT preste serviço de natureza pública, é pacífica a aplicação do CDC em relações de consumo com empresas estatais (ADPF nº 46, julgada 05/08/2009). Portanto, em matéria de consumo, o CDC deverá prevalecer sobre a Convenção Postal e à Lei nº 6.538, de 25 de junho de 1978.

Ao explorar o Despacho Postal sem qualquer justificativa razoável, a ECT afronta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), em especial, diretamente o inciso VI do art. 6º, que vedava a prática abusiva no fornecimento de serviços e os incisos V e X do art. 39, que vedam ao fornecedor exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva e elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços, respectivamente. Subverte-se assim, a própria lógica postal de existência de empresa pública no setor.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF/19457/41199-60

Quinto ponto. Apesar de notória a crise financeira enfrentada pela ECT, a instituição da cobrança de Despacho Postal para cobrir custos de apoio aduaneiro não deveria recair sobre os consumidores – elo mais fraco da relação de consumo –, mas equalizados entre os Estados membros da União Postal Internacional, a fim de se evitar efeito-surpresa, fechamento de mercado para produtos de baixo valor e violações ao acesso a serviços postais.

Dito isso, nos parece razoável coibir a instituição do Despacho Postal para produtos isentos de tributação, de modo que a aprovação da SUG nº 33, de 2018, é medida que se impõe.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** da Sugestão nº 33, de 2018, na forma do seguinte Projeto de Lei, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa:

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Insere o § 3º no art. 33 da Lei nº 6.538, de 25 de junho de 1978, que *dispõe sobre serviços postais*, para vedar a cobrança de tarifa, preço ou prêmio *ad valorem*, além do valor do frete, por remessas isentas do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 6.538, de 25 de junho de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33.

.....





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

§ 3º Fica vedada a cobrança de tarifa, preço ou prêmio *ad valorem*, além do valor do frete, por remessas isentas do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

SF/19457/41199-60

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CDH, 05/12/2019 às 09h - 136ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 33/2018)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI. A MATÉRIA PASSA A TRAMITAR COM A AUTORIA DA CDH.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 157, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 54, de 2017, que Mudança do artigo 213 crime de
estupro.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Rose de Freitas

04 de Dezembro de 2019



PARECER Nº DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 54, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe a *mudança do artigo 213 crime de estupro.*

SF/19974:34534-05
|||||

Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 54, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe a alteração do art. 213 do Código Penal para a tipificação “dos casos de homens ejaculando em mulheres nos coletivos”.

A SUG em questão deriva da Ideia Legislativa nº 91.741, proposta pelo cidadão Daniel Barbosa Pereira, do Rio Grande do Sul, no Portal e-Cidadania.

Na justificação, o cidadão argumenta que “depois da mudança no código penal em 2009, onde foi revogado o atentado violento ao pudor, sendo esse caracterizado no artigo 213, abriu brecha para a dificuldade de enquadrar estupradores em coletivos”. Ademais, alega que “homens tem se masturbado e ejaculado em mulheres sem elas perceberem o ato, impedindo que se defendam, e contrangendo-as em público”. Finalmente, conclui que “há consenso que há ali um crime de estupro”.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão



o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ademais, segundo o parágrafo único do referido dispositivo:

A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Conforme o Memorando da Secretaria de Comissões nº 92, de 10 de outubro de 2017, a Ideia Legislativa nº 91.741, “alcançou, no período de 29/09/2017 a 06/10/2017, apoioamento superior a 20.000 manifestações individuais”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 54, de 2017, seja apreciada por esta Comissão.

No mérito, entendemos que a sugestão é conveniente e oportuna.

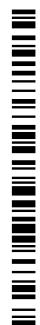
Recentemente, foi aprovada a Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018, que, entre outras providências, tipifica, no art. 215-A do Código Penal, o crime de “importunação sexual”, com pena de reclusão, de um a cinco anos, se o ato não constitui crime mais grave, para aquele que “praticar contra alguém e sem anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.

Assim, atualmente, todo e qualquer ato libidinoso praticado na presença de alguém, que não seja consensual e tenha objetivo de satisfazer de desejo de cunho sexual, se não constituir crime mais grave (por exemplo, o estupro), será enquadrado no art. 215-A do Código Penal.

Dessa forma, a conduta de ejacular na presença, ou na própria vítima, como ocorre às vezes em coletivos urbanos, configura o crime de “importunação sexual”, previsto no art. 215-A do Código Penal.

No nosso entendimento, a conduta em questão é grave e não deve ser enquadrada apenas no crime de importunação sexual, com pena branda de um a cinco anos de reclusão. Isso porque, mesmo que não haja contato com a vítima e nem a utilização de violência ou grave ameaça, ela tem o condão, a nosso ver, de causar sérios danos psicológicos para a pessoa que a presencia. Trata-se, portanto, de comportamento odioso e que deve ser tratado com rigor pela legislação penal.

SF/19974:34534-05




Sendo assim, apresentamos o projeto de lei abaixo para aplicar a pena do crime de estupro à conduta de constranger, molestar ou importunar alguém de modo ofensivo ao pudor, praticando ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. Por consequência, propomos a revogação do art. 215-A do Código Penal.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** da Sugestão nº 54, de 2017, do Programa e-Cidadania, e pela apresentação do seguinte projeto de lei:

SF/19974:34534-05



PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera o art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aplicar a pena do crime de estupro à conduta de constranger, molestar ou importunar alguém de modo ofensivo ao pudor, praticando ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1948 – Código Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 213.....

.....

§ 3º Incorre na pena do *caput* deste artigo quem constranger, molestar ou importunar alguém de modo ofensivo ao pudor, praticando ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



4⁵

Art. 3º Fica revogado o art. 215-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1948 – Código Penal.

Sala da Comissão,

, Presidente


SF/19974:34534-05

, Relatora





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 05/12/2019 às 09h - 136ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 54/2017)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ROSE DE FREITAS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI. A MATÉRIA PASSA A TRAMITAR COM A AUTORIA DA CDH.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

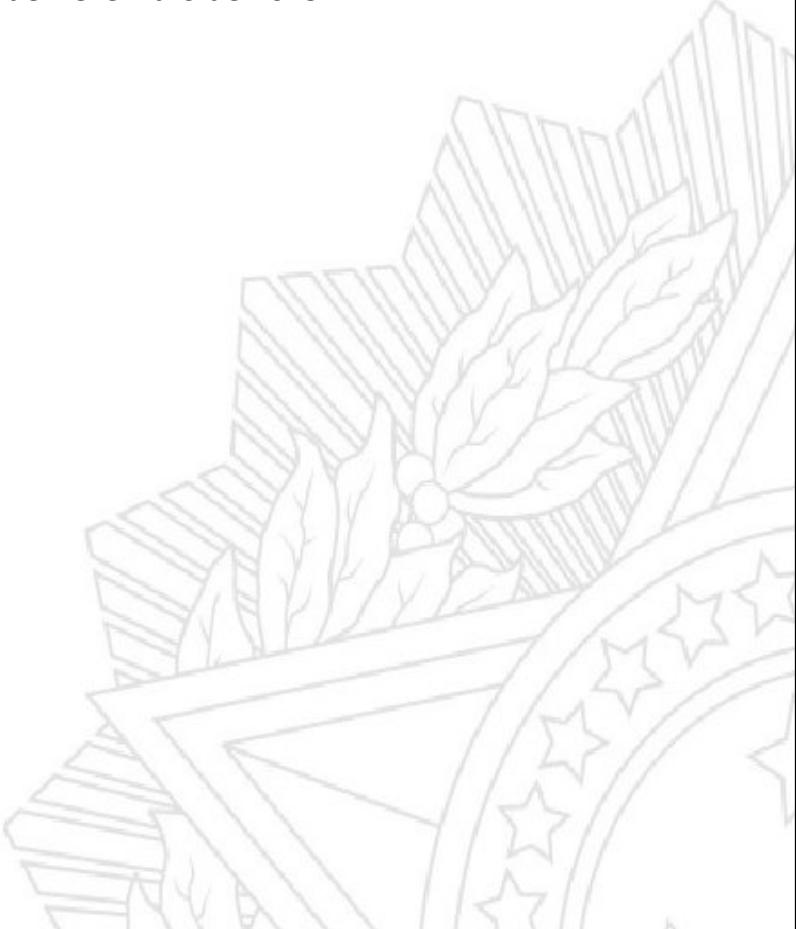
PARECER (SF) Nº 158, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 38, de 2017, que Reduzir os impostos das peças
de informática (hardware).

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Marcos Rogério

04 de Dezembro de 2019



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH), sobre a Sugestão nº 38, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe *reduzir os impostos das peças de informática (hardware)*.

SF/19202/53172-11
Autor: **PROGRAMA E-CIDADANIA**Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO****I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação desta Comissão a Sugestão nº 38, de 2017. A Sugestão teve como base o envio à CDH da Ideia Legislativa nº. 74.626, sob o título de “Reducir os impostos das peças de informática (hardware)”. Segundo o proponente, Sr. Bruno Gabriel dos Santos Silva, a ideia irá promover à redução dos impostos de hardware que chegam a quase 60% do produto.

Para ele, os impostos devem ser diminuídos já que, no Brasil, muitas pessoas trabalham com hardware, e suas vendas têm crescido progressivamente. Em suma, sugere que os impostos sobre hardware no Brasil são altos e deveriam ser reduzidos.

Apoiada no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19 de 2015, a Ideia foi encaminhada à CDH para análise. Segundo a mencionada Resolução, as manifestações que obtiverem apoio de 20 mil cidadãos em 4 meses terão tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas e deverão ser encaminhadas a esta Comissão.

Destaque-se que a Ideia Legislativa nº 74.626 alcançou, no período de 22/05/2017 a 07/08/2017, apoio superior a vinte mil manifestações individuais. Assim sendo, foi cumprido o requisito formal para sua apreciação





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

pela CDH. Em consequência disso, terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Dessa forma, com base no art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, e no art. 102-E do Regimento Interno desta Casa, passarei a me manifestar sobre a matéria.

II – ANÁLISE

Em primeiro lugar, destaque-se o mérito da Ideia Legislativa apresentada.

A redução da carga tributária sobre material de informática certamente tornaria mais barato, consequentemente, mais pessoas poderiam adquirir esses produtos. Como eles contribuem para o aumento da produtividade - e esta é chave para o crescimento econômico - o aumento do seu uso resultaria, ao fim, em maior crescimento, em ganhos para o País.

Apesar do mérito, a implementação dessa Ideia teria uma série de dificuldade, vejamos.

Em primeiro lugar, urge considerar que sobre os bens de informática incidem impostos estaduais e federais. O mais gravoso deles é o ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação), de competência dos Estados e do Distrito Federal. O Congresso Nacional só tem competência para legislar sobre impostos da União, não lhe tendo sido atribuída competência legislativa pela Constituição Federal para reduzir as alíquotas de ICMS incidentes sobre bens de informática.

Em relação aos tributos federais, durante cerca de dez anos, até 2015, vigeu o Programa de Inclusão Digital, que isentava artigos de informática e smartphones das Contribuições para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esse programa, considerado bem-sucedido, reduziu significativamente o contrabando e a pirataria, mas, como todo bom programa de incentivo, foi temporário e extinto ante as dificuldades fiscais crescentes vividas pelo País naquele período.

SF/19202/53172-11



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Infelizmente, ainda passamos momentos de profunda crise, as reformas fazem parte do dia a dia de milhares de brasileiros, assim como ajustes - que tentam reduzir os gastos da União, Estados e Municípios e promover crescimento econômico.

Assim, ainda não chegamos no momento de promover benefícios fiscais desse porte.

SF/19202/53172-11

III – VOTO

Por todo o exposto, voto pelo **arquivamento** da Sugestão nº 38, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença

CDH, 04/12/2019 às 12h - 136^a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 38/2017)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELO ARQUIVAMENTO DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 159, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 37, de 2019, que Alteração do § 3º do art. 128 da
Constituição Federal.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Styvenson Valentim

04 de Dezembro de 2019



PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 37, de 2019, da Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público e da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais, que propõe a *alteração do § 3º do art. 128 da Constituição Federal.*



SF/1996556301-19

Relator: Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão (SUG) nº 37, de 2019, de autoria da Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (ANSEMP) e da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP), que propõe a *alteração do § 3º do art. 128 da Constituição Federal*, para prever a participação dos servidores efetivos dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios como eleitores para a formação da lista tríplice para a escolha dos respectivos Procuradores-Gerais de Justiça.

As entidades justificam a sua pretensão afirmando que a *proposta chega para atender ao anseio dos milhares de servidores dos Ministérios Públicos em todo o país, que se encontram, no momento, completamente excluídos do processo de escolha daqueles que comandam as instituições que servem.*

II – ANÁLISE

Preliminarmente, cabe observar que a presente sugestão, de autoria de associação de classe e de federação sindical, atende a exigência contida no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), podendo ser, assim, admitida ao exame desta Comissão.



Estabelece o § 3º do art. 128 da Constituição, que os *Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.*

O dispositivo, claramente, representa uma homenagem à independência e à autonomia do Ministério Público, instituição que foi enormemente fortalecida pela Constituição de 1988.

Trata-se de juntamente com outras normas constitucionais, de deferir à instituição os instrumentos necessários para levar a cabo a sua missão institucional.

Ou seja, não se trata de dispositivo que concede descentralização da gestão do Ministério Público para o seu corpo de servidores, mas que busca assegurar a autonomia da instituição e a independência funcional dos seus membros.

Nesse sentido, a indicação da lista tríplice não é pensada com o objetivo de instituir uma eleição geral dentro do *Parquet*, especialmente, se consideramos todos os inconvenientes que essa prática pode trazer, com partidarização e politização de uma instituição que deve, acima de qualquer outra, evitar isso.

Assim, opinamos pela rejeição e consequente arquivamento da SUG nº 37, de 2019.

SF/1996556301-19
|||||



4

3

III – VOTO

Do exposto, na forma do inciso II do parágrafo único do art. 102-E do RISF, votamos pela rejeição e consequente arquivamento da SUG nº 37, de 2019.


SF/1996556301-19

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença

CDH, 04/12/2019 às 12h - 136^a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 37/2019)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR STYVENSON VALENTIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 160, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 14, de 2017, que Fim do Fundo Partidário e do
Voto Obrigatório.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Marcos Rogério

04 de Dezembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER N° , DE 2019

SF/19331-32208-88

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 14, de 2017, elaborada no âmbito do Programa e-Cidadania, e originada da Ideia Legislativa nº 68.348, que propõe o fim do voto obrigatório e do fundo partidário.

Autor: **PROGRAMA E-CIDADANIA**

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 14, de 2017, do Programa e-Cidadania, cujo título é *fim do voto obrigatório e do fundo partidário*.

A origem da SUG nº 14, de 2017, é a Ideia Legislativa nº 68.348, que contou com 20.946 apoios, configurando 946 apoios a mais que o mínimo necessário, que é de 20.000.

A justificação consiste na tese de que todo partido político deve ser financiado somente pelos seus filiados, apoiadores e doadores, de forma voluntária e não compulsória. Ademais, o autor também sustenta que o voto é um direito do cidadão e não uma obrigação.

II – ANÁLISE

Nos temos do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF/19331-32208-88

compete a esta Comissão opinar sobre as Ideias Legislativas registradas no Programa e-Cidadania, que alcançarem um total de 20 mil apoios em um prazo de 4 (quatro) meses após seu registro, requisito este plenamente alcançado. Assim, a SUG nº 14, de 2017, encontra amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Passando a analisar a matéria de que se trata, tanto no que diz respeito à proposta de extinção da obrigatoriedade do voto quanto no que se refere à extinção do fundo partidário, cabe ponderar que ambas as propostas de modificação requerem a alteração da Constituição Federal. Isso porque a obrigatoriedade do voto está expressamente prevista na Lei Maior, para os cidadãos maiores de dezoito anos e menores de setenta anos, conforme o art. 14, § 1º, que assim dispõe:

Art. 14.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos,

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

.....

Da mesma forma, a existência do fundo partidário está prevista no art. 17, § 3º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 17.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

.....

Portanto, em face da constitucionalização do voto obrigatório e do fundo partidário, a sua extinção deve ser objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC).





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF/19331-32208-88

Quanto especificamente à proposta de extinção do fundo partidário, devemos registrar que recentemente o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 5.029, de 2019, que entre outras matérias, alterou regras referentes ao fundo partidário, tendo a proposição sido transformada na Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019.

Desse modo, o Congresso Nacional, ao proceder a alterações em regras do fundo partidário, por decorrência lógica necessária, se manifestou pela sua manutenção.

Sendo assim, em face do disposto no art. 334, II, do RISF, que prevê a prejudicialidade de matéria pendente de apreciação pelo Senado, em virtude de seu prejuízamento pelo Plenário em outra deliberação, por interpretação extensiva, entendemos que a sugestão que propõe a extinção do fundo partidário ficou prejudicada.

No que se refere ao voto obrigatório, cabe anotar que hoje há em tramitação no Senado Federal uma PEC que tem o mesmo objetivo de acabar com tal obrigatoriedade. Trata-se da PEC nº 10, de 2015.

Portanto, quanto à segunda parte da SUG nº 14, de 2017, que pretende acabar com o voto obrigatório, não é necessária a sua transformação em proposição legislativa, por já haver em tramitação proposta no mesmo sentido.

Por essa razão, o nosso entendimento é o de que lamentavelmente a presente sugestão não deve prosperar, devendo ser arquivada, conforme previsto no inciso II do parágrafo único do art. 102-E do RISF.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pelo arquivamento da Sugestão nº 14, de 2017.

Sala da Comissão,



5

4

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

, Presidente

, Relator

SF/19331-32208-88





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CDH, 04/12/2019 às 12h - 136ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 14/2017)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELO ARQUIVAMENTO DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 161, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 18, de 2017, que Referendo pela Restauração da
Monarquia Parlamentarista no Brasil.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Marcos Rogério

04 de Dezembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 18, de 2017, do(a) Programa e-Cidadania, que propõe referendo pela Restauração da Monarquia Parlamentarista no Brasil.

SF/199/13.516/12-93

Autor: **PROGRAMA E-CIDADANIA**

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

A Ideia Legislativa nº 70.135, intitulada “Referendo pela restauração da Monarquia no Brasil” alcançou, entre 17 de abril e 20 de maio de 2017, conforme o Memorando nº 45, de 22 de maio de 2017, da Secretaria de Comissões, mais de vinte mil manifestações de apoio, o que confere a ela, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, tratamento análogo ao dado às Sugestões Legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Encaminhada a esta Comissão, foi identificada como Sugestão (SUG) nº 18, de 2017, e encontra-se agora sob análise.

A sugestão consiste na convocação de referendo para consulta ao eleitor a respeito da restauração da monarquia parlamentarista no Brasil. Conforme o autor, identificado como Rodrigo Brasileiro, domiciliado no Rio de Janeiro, “o presidencialismo brasileiro é corrupto e corruptor. A implantação da Monarquia tiraria o viés partidário das decisões de Estado, garantindo a isonomia do mesmo, ao mesmo tempo em que as funções de governo permaneceriam com os representantes eleitos pelo povo, com um menor custo ao erário público”.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

II – ANÁLISE

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre as Ideias Legislativas registradas no Programa e-Cidadania, que alcançarem um total de 20 mil apoios em um prazo de 4 (quatro) meses após seu registro, requisito este plenamente alcançado, conforme o Memorando nº 45, de 2017, mencionado no Relatório.

SF/199/3.516/12-93

No que se refere ao mérito, cabe lembrar, inicialmente, que a forma monárquica de governo vigorou no Brasil de 1822 a 1889, quando foi proclamada a República. Desde então, até 1988, todas as Constituições vedaram a deliberação de proposição tendente à abolição da forma republicana de governo.

A Carta de 1988, contudo, inovou nessa matéria. A República deixou de figurar entre as cláusulas pétreas do texto constitucional, mas, nos termos do art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi prevista uma consulta plebiscitária, a realizar-se em 7 de setembro de 1993, sobre a forma e o sistema de governo.

Essa consulta foi antecipada para 21 de abril de 1993 e seu resultado, no que respeita à forma de governo, foi a vitória esmagadora da opção republicana sobre a alternativa monárquica. O resultado final apurou, conforme consta do site do Tribunal Superior Eleitoral, 10,13 % dos votos favoráveis à monarquia contra 64,48 % dos votos favoráveis à república, além de 10,29 % de votos em branco e 13,04 % de votos nulos.

Devemos examinar esse resultado tanto da perspectiva constitucional quanto da perspectiva política. Considero que o legislador constituinte optou por não incluir a forma republicana entre os dispositivos imunes à mudança em razão da previsão de plebiscito a respeito da matéria. Afinal, passado um século de experiência republicana, considerou-se oportuno escutar diretamente o povo soberano.

A derrota da Monarquia reposiciona, contudo, a República como cláusula pétrea, a meu ver. Mesmo a convocação de novo plebiscito pelo legislador constituinte derivado não poderia sobrepor-se à decisão do legislador constituinte originário.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

Nessa linha de argumentação, apenas um novo processo constituinte seria dotado de legitimidade para reabrir a questão da forma republicana de governo para deliberação por meio de Proposta de Emenda à Constituição.

No mesmo sentido aponta a argumentação política. Houve, há pouco mais de um quarto de século, a manifestação esmagadora do povo brasileiro em favor da forma republicana de governo. Não ocorreu fato relevante, desde então, capaz de desacreditar a República no entendimento dos cidadãos e alterar sua preferência para favorecer a monarquia.

III – VOTO

Em razão do exposto, manifestamos nosso voto contrário à Sugestão nº 18, de 2017, devendo a mesma ser arquivada.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença**CDH, 04/12/2019 às 12h - 136ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 18/2017)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO E ARQUIVAMENTO DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 162, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 35, de 2019, que Isenção de Imposto de Renda
para Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros, PF e PRF.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Telmário Mota

RELATOR ADHOC: Senador Flávio Arns

04 de Dezembro de 2019





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 35, de 2019, do Programa e-Cidadania, com a seguinte ementa: *Isenção de Imposto de Renda para Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros, PF e PRF.*

Relator: Senador TELMÁRIO MOTA

SF/19673:35820-76

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 35, de 2019, do Programa e-Cidadania, que visa a isentar da incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) os salários recebidos por policiais militares, civis, federais e rodoviários federais, bem como por bombeiros militares.

A referida Sugestão foi originada da Ideia Legislativa nº 122.672, apresentada pelo proponente Fábio Brito, sob o título de “Isenção de Imposto de Renda para Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros, PF e PRF”, que alcançou, no período de 3 de maio a 15 de junho de 2019, apoio superior a 20.000 manifestações individuais.

De acordo com o proponente, a isenção proporcionaria ganho salarial, por via reflexa, aos policiais civis, federais, rodoviários federais, militares e bombeiros militares. Ainda segundo o idealizador, os profissionais emprestariam sua saúde, juventude e vigor físico em prol da

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmario.mota@senador.leg.br



2³

SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

sociedade, de modo que não seria justo que tivessem compulsoriamente um terço de seus vencimentos retirados pela tributação.

II – ANÁLISE

De acordo com o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

O Memorando da Secretaria de Comissões nº 53, de 24 de junho de 2019, informa que a SUG nº 35, de 2019, “recebeu apoioamento superior a 20.000 manifestações individuais”. Ainda de acordo com o referido documento, 15 de junho de 2019 é a data de alcance do número de apoios necessários. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 35, de 2019, seja apreciada por esta Comissão.

Embora reconheçamos a necessidade de incremento das remunerações dos profissionais que atuam na segurança pública, a via escolhida (redução dos tributos) é constitucionalmente inadequada.

A concessão de isenção do IRPF para determinada categoria não é possível, em face da igualdade de tratamento tributário, expressamente prevista no inciso II do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), abaixo reproduzido:

“**Art. 150.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, **proibida qualquer distinção**





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

.....” (grifamos)

O dispositivo constitucional veda a distinção tributária em razão de ocupação profissional exercida pelo contribuinte. Desse modo, a referência profissional (no caso policiais e bombeiros militares) não pode ser o critério para concessão da isenção. Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.276/MT pelo Supremo Tribunal Federal (STF):

(...) CONCESSÃO DE ISENÇÃO À OPERAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS. (...) 3. A isonomia tributária (CF, art. 150, II) torna inválidas as distinções entre contribuintes "em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida", máxime nas hipóteses nas quais, sem qualquer base axiológica no postulado da razoabilidade, engendra-se tratamento discriminatório em benefício da categoria dos oficiais de justiça estaduais. (...)

Para ficar compatível com o Texto Constitucional, o critério legal deve se restringir a aspecto objetivo, independentemente da profissão exercida.

Destaca-se, ainda, os princípios da universalidade e da generalidade estabelecidos especificamente para o Imposto sobre a Renda no inciso I do § 2º do art. 153 da CRFB. De acordo com esse dispositivo, em regra, tudo e todos devem se sujeitar à imposição tributária.

III – VOTO

Pelo exposto, em função da inconstitucionalidade da proposta contida na Sugestão nº 35, de 2019, o voto é por sua rejeição.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmario.mota@senador.leg.br



4 5



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/19673:35820-76
|||||

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmario.mota@senador.leg.br





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CDH, 04/12/2019 às 12h - 136ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 35/2019)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FLÁVIO ARNS RELATOR "AD HOC". EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 163, DE 2019

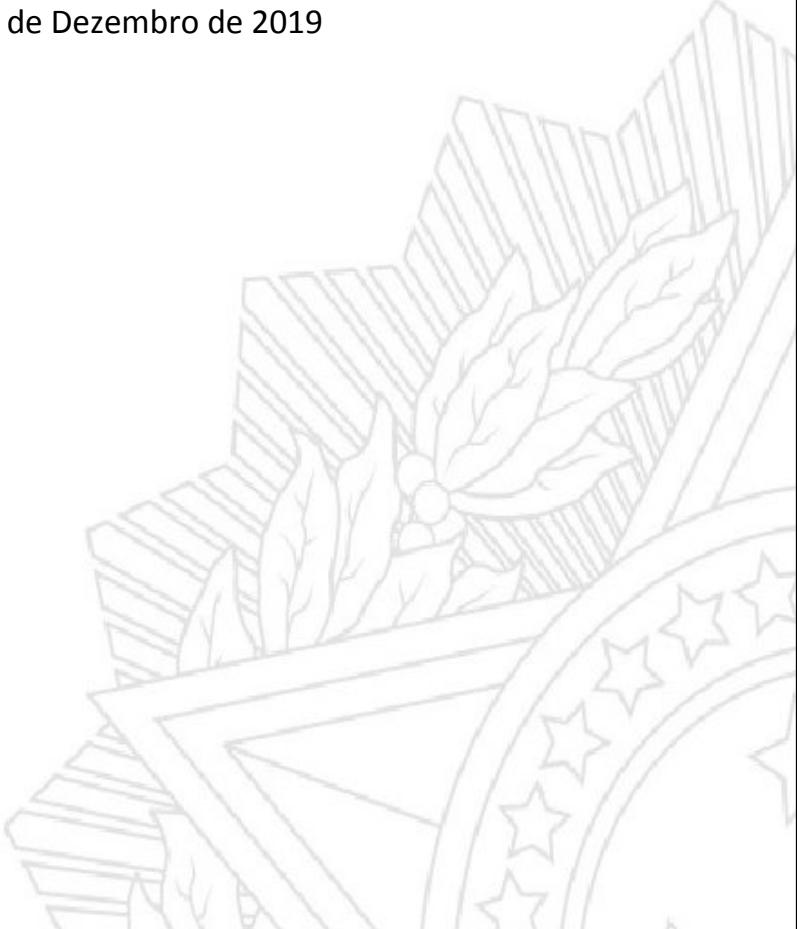
Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 10, de 2019, que Presença do Nutricionista em
todas as UBS para tratamento e prevenção de doenças.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Leila Barros

RELATOR ADHOC: Senador Flávio Arns

04 de Dezembro de 2019



2



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 10, de 2019, do Programa e-Cidadania, que propõe a *presença do Nutricionista em todas as UBS para tratamento e prevenção de doenças.*

SF/19910.59885-00

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 10, de 2019, que propõe a *presença do Nutricionista em todas as UBS para tratamento e prevenção de doenças.*

A SUG decorreu da Ideia Legislativa nº 117.366, que alcançou, apoio superior a 20.000 manifestações individuais no portal e-Cidadania do Senado Federal, segundo informa o MEMO. nº. 013/2019 – SCOM, da Secretaria de Comissões.

De acordo com o proponente, Ery M. A. Filho, do Estado do Amazonas, as doenças crônicas não transmissíveis geram a maior parte dos gastos com saúde no Brasil. Alega, ainda, que doenças tais como diabetes, “pressão alta” e obesidade são desencadeadas por maus hábitos alimentares e pelo sedentarismo. Assim, a prevenção da má alimentação poderia diminuir gastos e melhorar a saúde da população.

Nesse sentido, continua o autor, cada unidade básica de saúde (UBS) deveria prover atendimento nutricional aos usuários. O nutricionista faria orientações e recomendações, prescreveria dietas, encaminharia o paciente a outros profissionais e manteria consultas regulares até que o paciente se estabilizasse. Também atenderia crianças e faria parte da avaliação pré-natal. O encaminhamento para o atendimento nutricional, por





sua vez, poderia ser realizado pelo médico ou pelo assistente social, e agendado pelo Sistema Nacional de Regulação (SISREG).

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas originadas do Programa e-Cidadania. Consequentemente, a apreciação da SUG nº 10, de 2019, por esta Comissão, tem amparo regimental.

No ano de 1994, o Ministério da Saúde iniciou a implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF), inicialmente denominada Programa de Saúde da Família.

Nesse modelo de atenção, equipes multiprofissionais atuam em localidades geograficamente determinadas, sendo que as famílias que ali residem ficam vinculadas ao serviço.

As equipes de Saúde da Família (eSF), por sua vez, estão ligadas às UBS, estabelecimentos que executam ações e serviços de atenção básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

As equipes são compostas, no mínimo, pelos seguintes profissionais: médico generalista ou especialista em saúde da família, ou médico de família e comunidade; enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família; auxiliar ou técnico de enfermagem; e agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em saúde bucal.

Ao longo do tempo, contudo, a composição das eSF sofreu mudanças, acompanhando a evolução das políticas de atenção básica (também chamada de atenção primária).

Nessa trajetória, destacam-se a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), em 2008, posteriormente denominados Núcleos

SF/19910.59885-00





**SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS**

Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Esses serviços atuam em articulação com as eSF, com o objetivo de ampliar a abrangência e a resolutividade das ações da atenção básica.

Os NASF-AB são constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas, a saber: médico acupunturista; assistente social; profissional/professor de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; nutricionista; médico pediatra; psicólogo; médico psiquiatra; terapeuta ocupacional; médico geriatra; médico internista, médico do trabalho, médico veterinário e profissional com formação em arte e educação e profissional de saúde sanitária.

Qualquer município brasileiro, desde que tenha ao menos uma eSF, pode implantá-los. A definição das categorias profissionais que compõem os NASF-AB, contudo, é atribuição do gestor local, devendo ser exercida de forma autônoma, de acordo com as necessidades do território.

Esses serviços tiveram rápida expansão. Três anos após a sua criação, em junho de 2011, já existiam 1.388 deles, que contavam com 1.038 nutricionistas.

Atualmente, de acordo com o Ministério da Saúde, o nutricionista está presente em aproximadamente 88% dos NASF-AB, que ultrapassam 5.000 equipes, distribuídas por mais de 70% dos municípios brasileiros. O nutricionista é o terceiro profissional mais frequente nas equipes (mais de 4.200, em 2017).

Assim, consideramos que a expansão dos NASF-AB – que contam com número significativo de nutricionistas –, atendeu aos desígnios da sugestão aqui analisada.

Ademais, no que se refere à constitucionalidade, ainda que a matéria em questão se insira na competência privativa da União para legislar sobre segurança social, qualquer proposição do Legislativo federal que se destine a regulamentar ações e serviços de saúde da competência de outros entes federados – no caso, os municípios – teria vício de iniciativa, por atentar contra o princípio federativo que rege a organização do Estado.

SF/19910.59885-00





brasileiro. Ressalte-se, ainda, que o texto constitucional reserva ao município a organização e a prestação dos serviços públicos de interesse local, que é o caso da atenção básica à saúde e das UBS.

No campo infraconstitucional, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), bem como as demais normas que regem o Sistema Único de Saúde SUS, em consonância com a Constituição Federal, pautam-se pelo princípio da descentralização político-administrativa das ações e serviços de saúde, com ênfase na municipalização. Nesse sentido, compete à direção municipal do SUS “planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde” (art. 18, inciso I).

Por fim, no que se refere à juridicidade, a sugestão também se mostra inadequada, porque veicula matéria típica de norma infralegal. As leis são normas de caráter geral, que não devem se ater a minúcias ou peculiaridades, como é o caso da definição dos profissionais que compõem as UBS. Esse é o papel dos regulamentos e das normas infralegais.

Por essas razões, consideramos que não cabe ao Poder Legislativo Federal designar que profissionais devem atuar nas UBS.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** da Sugestão nº 10, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/19910.59885-00





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CDH, 04/12/2019 às 12h - 136ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 10/2019)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FLÁVIO ARNS RELATOR "AD HOC". EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 164, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 4, de 2019, que Extinção da obrigatoriedade de
pagamento da anuidade de órgãos como OAB, CREA, CAU, etc.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Flávio Arns
RELATOR: Senador Paulo Paim

04 de Dezembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER N° , DE 2019

SF/19940/48282-18

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 4, de 2019, do Programa e-Cidadania, que propõe a *extinção da obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos como OAB, CREA, CAU, etc.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, a Sugestão (SUG) nº 4, de 2019, originária da Ideia Legislativa nº 110.824, do Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, apresentada pelo Senhor Tiago Sanches Zocolaro, em 28 de setembro de 2018, que trata do tema “Extinção da obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos como OAB, CREA, CAU, etc”.

Em defesa de sua iniciativa, o proponente alega:

A obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos regulatórios como CREA, CAU, OAB, entre outros, somente onera o profissional e não agrega em nada para o desenvolvimento da classe. A ideia é





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

que seja facultativo o pagamento somente da anuidade, não se estendendo para outros tipos de serviços como recolher ART, no caso de engenheiro.

Embora o proponente não tenha sugerido explicitamente a apresentação de proposição legislativa sobre o tema acima, fica clara sua intenção de mudança na legislação vigente, a fim de tornar facultativo o pagamento da anuidade devidas aos Conselhos corporativos.

II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa.

As anuidades devidas por pessoas físicas e jurídicas aos conselhos profissionais, em decorrência do exercício da atividade cuja fiscalização é de competência desses, constitui contribuição de interesse das categorias profissionais, têm natureza tributária (art. 149 da Constituição Federal) e, portanto, submetem-se às normas do Sistema Tributário Nacional.

Em relação à natureza dessas anuidades, são classificadas como sendo contribuições especiais. Quanto ao fato gerador, conforme o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, é a existência de registro junto a um determinado Conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.

Os conselhos têm o dever de propor a ação de execução fiscal do crédito tributário, sob pena da prescrição, após cinco anos contados da data de sua constituição definitiva (art. 174 do Código Tributário Nacional – CTN).

Como se sabe, os conselhos profissionais são instituídos com o objetivo de disciplinar (sob os aspectos normatizador e punitivo) e fiscalizar o exercício das profissões, outorgando a seus titulares a capacidade legal

SF/19940/48282-18





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

indispensável à sua admissão ao exercício profissional. Cabe também a essas instituições zelar pelo perfeito desempenho ético da profissão.

SF/19940/48282-18

Exercem, portanto, função pública, uma vez que a fiscalização do exercício profissional está acima dos interesses da corporação e configura interesse da coletividade, constituindo-se, portanto, interesse público. Por isso mesmo, ou seja, por exercerem função de natureza pública é que os conselhos são dotados de prerrogativas públicas, tais como: o poder de verificar a aptidão dos interessados em ingressar nos seus quadros, para que possam adquirir a situação jurídica de profissional de um determinado ofício; o poder disciplinar sobre os seus membros e o de aplicar-lhes sanções que podem até excluí-los do Conselho; o poder de cobrar contribuições, taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia e, ainda, cobrar multas (Cf. ADILSON ABREU DALLARI, Ordem dos Advogados do Brasil - Natureza Jurídica - Regime de seu Pessoal, *in* Revista de Informação Legislativa, nº 116, out./dez. de 1992, pp. 259-260).

Não é demais ressaltar que o objetivo primordial dos conselhos é o de proteger a sociedade e jamais o de defender ou proteger os interesses dos profissionais neles inscritos, mediante reserva de mercado de trabalho. Por isso mesmo que, em suas constituições, eles são os Conselhos de Medicina, de Engenharia etc., e não do médico, do engenheiro.... Não se confundem e nem mantêm semelhança com associações de classe ou entidades sindicais de categoria profissional.

As atividades desenvolvidas pelos conselhos, em consequência, são típicas do Estado, embora este os tenha autarquizado. São entidades constituídas para execução de atividades inerentes ao Estado, extensão do Estado, vez que este lhes delega funções que deveriam ser executadas pelo próprio Estado.

A par desses aspectos, convém assinalar que, sendo essas autarquias afetas ao Poder Executivo e sendo o poder de cobrar contribuições, taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia e, ainda, multas atribuições inerentes a essas entidades, cremos que iniciativa de lei para extinguir essa cobrança é da exclusiva competência do Chefe do Executivo, consoante o





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

estabelecido pela alínea *e* do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, já que envolve o desempenho de funções inerentes ao Executivo.

Assim, a supressão das anuidades por lei de iniciativa de qualquer parlamentar, por usurpar o exercício de competência privativa do Executivo, afronta também o princípio da harmonia e independência dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal.

III – VOTO

Pelas razões expostas, na forma do art. 102-E, parágrafo único, II, do RISF, votamos pelo **arquivamento** da SUG nº 4, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CDH, 04/12/2019 às 12h - 136ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 4/2019)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR PAULO PAIM PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR FLÁVIO ARNS PARA QUE POSSA RELATAR A MATÉRIA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELO ARQUIVAMENTO DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador FLÁVIO ARNS

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 165, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 8, de 2019, que Diga NÃO a privatização do Banco
do Brasil.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Flávio Arns
RELATOR: Senador Paulo Paim

04 de Dezembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER N° , DE 2019

SF/19514.84661-64

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a SUG nº 8, de 2019, do Programa e-Cidadania, que “*diz NÃO à privatização do Banco do Brasil*”.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 8, de 2019, do Programa e-Cidadania, que *diz NÃO à privatização do Banco do Brasil*.

A matéria tem como objetivo que se crie um Projeto Legislativo que não permita a privatização do Banco do Brasil, algo que vem sendo considerado pelo atual governo.

A SUG em questão deriva da Ideia Legislativa nº 115.718, proposta pelo cidadão Jaime Rodrigues De Carvalho, do Rio de Janeiro, no Portal e-Cidadania.

Na justificação, o cidadão argumenta que “*o Banco do Brasil é importante agente para a garantia da manutenção de importantes políticas sociais*”.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

II – ANÁLISE

Em consonância com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 19, de 2015, o qual regulamenta o Programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento consolidado no Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Segundo o parágrafo único do referido dispositivo:

A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Conforme o Memorando da Secretaria de Comissões nº 11, de 14 de fevereiro de 2019, a Ideia Legislativa nº 115.718, “*alcançou, no período de 16/11/2018 a 25/11/2018, apoio superior a 20.000 manifestações individuais*”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 8, de 2019, seja apreciada por esta Comissão.

Entendemos que a matéria tenha mérito, o que discutimos a seguir.

Os bancos públicos desempenham papel fundamental na economia brasileira. Por meio destes é que se faz políticas públicas que buscam a promoção do desenvolvimento econômico e social. São políticas essenciais para o país. Estas políticas possibilitam que as pessoas financiem seus imóveis a taxas de juros subsidiadas, sem o que não seria possível que muitos brasileiros pudessem comprar sua casa própria. Seria impraticável o financiamento de imóveis às taxas de juros de mercado, pois as taxas são excessivamente altas.

Sem a presença dos bancos públicos teríamos menos estudantes nas universidades e as famílias teriam enormes dificuldades de vencerem o círculo vicioso da baixa escolaridade que leva a baixos salários e condições de vida piores para seus familiares. Políticas públicas que financiem os estudantes na universidade são essenciais para que se combata a desigualdade.

SF/19514.84661-64





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Os bancos públicos têm efeito direto na redução das inúmeras desigualdades regionais, que assolam nosso país. Eliminar as desigualdades é uma meta que temos e precisamos atingir. Os bancos públicos têm papel de relevo no financiamento da infraestrutura, setor em que o país tem grande carência.

O papel destas instituições no crédito à indústria também é fundamental. Sem bancos estatais o grau de investimento da indústria seria reduzido o que levaria a mais desemprego, menor crescimento, mais problemas nos mercados de trabalho, prejudicando o país.

Considerando que a SUG 8 de 2019 versa especificamente do sobre o Banco do Brasil levantamos aqui alguns dados sobre a atuação da instituição.

O Banco do Brasil tem atuação em 99,3% dos municípios brasileiros, possui 64.056 unidades de atendimento de crédito, incluindo 4.716 agências. Injeta quase R\$700 bilhões na economia, cerca de R\$ 270 bilhões destinados à movimentação do setor produtivo, sendo 706 mil micro e pequenas empresas. É, ainda, responsável pelo financiamento de 57% a 60% do total do segmento agro, o qual representa quase 25% da riqueza do país.

O modelo de empresa pública do BB tem dado bons resultados tendo em vista que, sem considerar o recolhimento de impostos, o Banco alimentou o caixa da União com R\$ 32,3 bilhões nos últimos doze anos. Apenas com o lucro de 2018, mais de R\$ 5 bilhões foram distribuídos para acionistas e investidores, sendo R\$ 2,7 bilhões para o Tesouro.

Desde 2012, o BB é listado no “Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova York - DJSI”, tendo sido considerado benchmark mundial no setor “bancos”, em diversos temas como Estratégia fiscal, Política/Medidas de Prevenção ao crime, Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico, Relato Ambiental, Relato Social, Filantropia e Cidadania Corporativa, Inclusão Financeira, entre outros.

Em pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e realizada pelo Instituto DataPoder360, mais de 80% dos parlamentares entrevistados consideraram o Banco eficiente (58%) ou muito eficiente (26%) e 77% acreditam na sua

SF/195/4.84661-64





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

importância para a economia brasileira. A mesma pesquisa questionou aos parlamentares o posicionamento sobre a possível privatização do banco, sendo que 67% se disseram contrários.

Em virtude de todos estes motivos sou contra a privatização dos bancos públicos. Estes prestam um serviço de grande relevância ao país e precisam do nosso apoio para que possam continuar atuando de modo a permitir que o Brasil consiga transformar os anseios que estão cristalizados em nossa Carta Maior em realidade: um país sem tantas desigualdades, onde todos têm direitos ao tratamento digno, à saúde e à felicidade.

Embora tenha o entendimento de que a matéria é meritória, infelizmente, foge à competência do Poder Legislativo legislar preventivamente sobre ela. Cabe apenas observar que qualquer privatização de empresa pública ou estatal exige lei específica que a autorize. Diante do conflito de competência entendemos que a SUG nº 8, de 2019, está prejudicada.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela PREJUDICIALIDADE da SUG nº 8, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CDH, 04/12/2019 às 12h - 136ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO	3. LUIS CARLOS HEINZE
MAILZA GOMES	4. EDUARDO BRAGA
EDUARDO GOMES	5. LUIZ PASTORE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. JÚIZA SELMA
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
MARA GABRILLI	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ELIZIANE GAMA
ACIR GURGACZ	2. FABIANO CONTARATO
LEILA BARROS	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 RODRIGO CUNHA
 JAYME CAMPOS
 ZEQUINHA MARINHO



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 8/2019)

NA 136ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR PAULO PAIM PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR FLÁVIO ARNS PARA QUE POSSA RELATAR A MATÉRIA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA PREJUDICIALIDADE DA SUGESTÃO.

04 de Dezembro de 2019

Senador FLÁVIO ARNS

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
S/Partido - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Luiz Pastore* (S)
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-14 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz Pastore.	MDB / ES
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 10

PSDB-8 / PSL-2

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
-------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	21
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	10
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Paim** (PT-RS)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juíza Selma** (PODEMOS-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz Pastore* (MDB-ES)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (S/Partido-RJ)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (S/Partido-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21 Líder Esperidião Amin - PP (29) Líder do MDB - 14 Eduardo Braga (8,28,36) Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (11) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (10) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 10 Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,39) Rodrigo Cunha (32,45) Líder do PSL - 2 Major Olímpio (5) Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (23) Líder do PATRIOTA - 0 Líder do PDT - 4 Weverton (9) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (2) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (19) Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55) Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (14,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,22) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (14,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (7,17) Jorginho Mello (1,16) Zequinha Marinho (18,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (7,17) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,16) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (18,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (3) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
PODEMOS - 10 Líder Alvaro Dias - PODEMOS (6) Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (25,48)	Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (8,28,36)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (35) Vice-Líderes Eduardo Gomes (41,53) Elmano Férrer (38) Izalci Lucas (33,39) Chico Rodrigues (40)
Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (19)		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).



6. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
10. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Oriovento Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
35. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
36. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Oriovento Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilhou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019/GLREDE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (1)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)

Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (1)

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3) CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

* De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (8,33)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8,32)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
VAGO (15,34)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Ângelo Coronel (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovaldo Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. nº 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
34. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE).
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (8,20,25)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (24)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)

Notas:

4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (9,51)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (8,48,49,50)	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14,46)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TG) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (24)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (11,26)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. VAGO (3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TG) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Irajá (1,23)	2. VAGO (1,25)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Carlos Viana (1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolph Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permudam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF)⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (10,24)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. VAGO (20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. VAGO (19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,22)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TG) (25)	5. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (30)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,29)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- * . A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3^a suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2^a suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,27)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Elmano Férrer (20,26,28)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
 2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-T0) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
VAGO ^(10,20)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-T0) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
20. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL(Of. nº 111/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,11)
VAGO (5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (16)
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (22)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Omar Aziz (2)	2. Senador Otto Alencar (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.
PODEMOS (19)	
Senador Elmano Férrer (20)	1. Senador Styvenson Valentim (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (20)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (24)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLPSDI).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLPSDI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (6)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (6)	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (6,12,26)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (21)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. VAGO (1,23)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (8)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (15,16,17)
PODEMOS⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe (19,24)	1. Senador Styvenson Valentim (19,20,25)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. VAGO (1,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olímpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

